



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零一二零一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-34 期
I Série N.º IV-34

Data: 25 de Novembro de 2010
26 de Novembro de 2010

(Início e termo da reunião do dia 25 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 20 horas

(Início e termo da reunião do dia 26 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 19 horas e 57 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 25 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Kou Hoi In, Chui Sai Cheong, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Ho Iat Seng, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Cheung Lup Kwan.

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 26 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Fong Chi Keong, Kwan Tsui

Hang, Kou Hoi In, Chui Sai Cheong, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Ho Iat Seng, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Leong On Kei e Cheung Lup Kwan.

Convidados:

Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora dos Serviços de Finanças;
Sou Tim Peng, Director dos Serviços de Economia;
Anselmo Teng, Presidente da Autoridade Monetária de Macau;
Shuen Ka Hung, Director dos Serviços para os Assuntos Laborais;
Jackson Cheong Chou Weng, Presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau;
Manuel Joaquim das Neves, Director de Inspeção e Coordenação de Jogos;
Ip Peng Kin, Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social;
Vanessa Kong Pek Fong, Directora dos Serviços de Estatística e Censos;
Winnie Lau, residente do Conselho de Administração do Fundo de Pensões;
Wong Chi Hong, coordenador do Gabinete para os Recursos Humanos;
Wong Hon Neng, residente da Comissão Executiva do Conselho de Consumidores;
Wong Io Kuan, Coordenador substituto do Gabinete de Informação Financeira;
Lam Hou Iun, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Gonçalo Jorge Cabral-Lourenço da Silva, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Sam Kam San, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Chok Man, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Vong Sin Man, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Au Ieong Kit, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Fernando Lo Chi Fai, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Chio Pou Chu, Assessora do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças.

Ordem do Dia: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 na área da Economia e Finanças.

Sumário: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 na área da Economia e Finanças.

Acta:

(Sessão do dia 25 de Novembro de 2010)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. representantes do governo, amigos da comunicação social, caros visitantes: antes de mais, devido ao incidente ocorrido recentemente, gostava de lembrar os visitantes de que a vossa presença é um direito que a AL vos confere, mas não é autorizado o uso da palavra para interromper o plenário. Caso se repitam incidentes suspenderei o plenário, pedirei ao pessoal da AL para expulsar quem esteja a perturbar os trabalhos e chamarei agentes policiais para procederem à identificação dos responsáveis. Essas pessoas serão processadas criminalmente em conformidade com as disposições do Código Penal. Espero que todos tenham o respeito devido pelo plenário da AL para que este se realize sem problemas. Bom, vamos começar os trabalhos. Em primeiro lugar, vou convidar o Sr. Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças, a fazer uma apresentação das Linhas de Acção Governativa para a área.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa,

Exm.s Sr.s Deputados.

Permitam-me fazer, para referência de todos os ilustrados deputados, uma apresentação das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2011, na área da Economia e Finanças, desejando, em primeiro lugar, efectuar uma análise sintética sobre a tendência da actual conjuntura económica, antes de apresentar as prioridades da acção governativa delineadas para o próximo ano.

No decurso deste ano, beneficiada da dissipação gradual dos efeitos da crise financeira internacional e da reanimação do ambiente económico global, a economia de Macau apresentou uma tendência de recuperação acelerada, tendo registado, durante o primeiro semestre do corrente ano, um aumento substancial no seu Produto Interno Bruto (PIB) com taxa de crescimento real situada em 40,2%, perspectivando um crescimento real anual de dois dígitos durante o ano em questão. As finanças públicas locais têm mantido em situação de superavit, com mercado financeiro em estado saudável e estável, tendo ainda a taxa de desemprego diminuído para 2,9% entre Julho e Setembro do corrente ano, ou seja, menos de 0,8 ponto percentual relativamente ao período homólogo do ano passado. Assim, graças ao melhoramento das condições do sistema económico em geral, as pequenas e médias empresas passam a

beneficiar de um ambiente de negócios mais aperfeiçoado, tendo, os diversos sectores de actividade económica, registado, contudo, desempenhos distintos, revelando as dificuldades encontradas por parte de determinados sectores na exploração das suas actividades.

Ao longo do ano que está prestes a findar, cumprindo as políticas prioritárias definidas nas linhas de acção governativa, temos empenhado principalmente na concretização das seguintes tarefas: fomento da recuperação económica; garantia da solidez do sistema financeiro; promoção do emprego dos residentes; apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas; impulsionamento da diversificação económica adequada; reforço de monitorização do sector do jogo; intensificação das acções de formação profissional; construção da plataforma de serviços; aperfeiçoamento do Regime da Segurança Social, entre outras.

Em suma, foram praticamente alcançadas neste ano as metas das acções governativas definidas, com a situação económica global a manter-se em crescimento estável, o mercado financeiro em estado sólido e saudável e a taxa de desemprego num nível relativamente baixo. No próximo ano, iremos encontrar não só raras oportunidades de desenvolvimento, mas também um elevado número de dificuldades e riscos.

A nível externo, o ano de 2011 será o primeiro ano da implementação do “12.º Plano Quinquenal” lançado pelo governo chinês, pelo que a economia do Interior da China deverá manter-se em crescimento a um ritmo mais rápido, com transformação acelerada do seu modelo de desenvolvimento e ajustamento da respectiva estrutura, proporcionando a Macau um ambiente externo favorável, com boas oportunidades de negócios.

Em simultâneo, graças à consolidação da implementação do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) e das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (Linhas Gerais), bem como à aplicação dos acordos de cooperação celebrados entre Guangdong e Macau, as relações económicas e comerciais entre Macau e o Interior da China têm vindo a intensificar-se gradualmente, particularmente no que diz respeito à cooperação regional Guangdong-Hong Kong-Macau e à cooperação Guangdong-Macau, que irão a entrar num novo patamar de desenvolvimento. Estes aspectos, associados ainda ao lançamento das obras de construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e ao desenvolvimento da nova zona da Ilha de Montanha, constituem factores favoráveis ao fomento do desenvolvimento da economia local.

Todavia, verificam-se no panorama económico externo factores complexos e indefinidos, mantendo ainda existentes os efeitos profundos da crise financeira internacional, estando imersos os potenciais riscos inerentes ao desenvolvimento económico mundial, atrasando o ritmo de recuperação económica, particularmente no que se refere ao mercado financeiro internacional que deverá continuar a deparar-se com perturbações e instabilidades, provocando-se constantes flutuações nas taxas de câmbio das principais moedas. Os avultados fundos injectados pelos diversos governos nacionais contribuíram não só para o seu incremento económico, mas também para o agravamento dos riscos de inflação e de bolha de activos respectivos.

A 2.ª ronda de estímulo monetário de afrouxamento quantitativo (QE2) recentemente promovida pelos EUA tem provocado um

grande impacto a nível mundial, quer nas bolsas de valores, quer nos mercados imobiliário e de produtos, agravando assim a pressão inflacionista sobre os diferentes países do mundo. Além disso, para assegurar a recuperação e o crescimento da sua economia, os diferentes Estados criaram, de diferentes formas e níveis, as suas barreiras comerciais.

Em termos de condições internas, perspectiva-se a manutenção da tendência de recuperação económica local no próximo ano, especialmente no que diz respeito ao sector do jogo e turismo e as actividades conexas, que deverão continuar a apresentar uma expansão relativamente acelerada, indo também as exportações de serviços a crescerem substancialmente. Os investimentos privados e as necessidades de consumo, por sua vez, poderão também aumentar gradualmente, devendo a taxa de desemprego manter-se em baixo nível.

Em contrapartida, terá, a economia local, que enfrentar as seguintes dificuldades e problemas:

1) Dificuldade na mudança radical, num curto espaço de tempo, da situação da monolitização da estrutura económica local. Nos últimos anos, as actividades que não sejam o jogo, tais como, as convenções e exposições, a hotelaria, o comércio a retalho, a restauração, a logística, entre outras, embora tenham registado um desempenho positivo, a alteração radical do fenómeno da monolitização da economia local poderá representar uma tarefa difícil de concretizar num curto espaço de tempo, havendo, portanto, ainda um longo caminho a percorrer até alcançar o patamar de uma economia adequadamente diversificada;

2) Aumento da pressão inflacionista. Agravamento da pressão de inflação devido ao impulsionamento da procura doméstica e aos efeitos da inflação importada;

3) Agravamento acentuado dos conflitos entre a oferta e a procura de recursos humanos. Por um lado, a recuperação da economia provoca um aumento das necessidades de recursos humanos, conduzindo ao agudizar do problema de falta da mão-de-obra em geral e, por outro, a persistência do problema de desemprego estrutural que origina novos desafios em matéria de manutenção do equilíbrio entre a importação de mão-de-obra não residente e a garantia das oportunidades de emprego aos cidadãos locais;

4) Manutenção das dificuldades de exploração sentidas pelas pequenas e médias empresas, com exigências concorrenciais relativamente elevadas, necessitando, por conseguinte, a elevação da sua capacidade competitiva.

Em termos globais, prevê-se a manutenção da tendência de recuperação da economia de Macau, devendo, portanto, alcançar um crescimento positivo no próximo ano. Face às conjunturas económicas interna e externa, as linhas de acção governativa da área da economia e finanças traçadas para o próximo ano consistem em: tomada de medidas adequadas para responder aos efeitos subsequentes da crise financeira internacional; manutenção da solidez do sistema económico e financeiro; manutenção da tendência de recuperação económica; prosseguimento dos trabalhos para o aperfeiçoamento das oportunidades de emprego dos residentes e o melhoramento eficaz da qualidade da sua vida; prestação de apoio efectivo ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas; empenho na promoção da diversificação adequada da economia; aprofundamento da cooperação económica regional;

aperfeiçoamento incessante das condições de exploração comercial; elevação da competitividade geral, transformação gradual de Macau num centro internacional de turismo e de lazer e na plataforma regional de serviços comerciais, com vista à concretização das metas definidas em termos do desenvolvimento estável da economia, da melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos e da criação de um ambiente harmonioso e próspero na sociedade de Macau.

As prioridades da acção governativa para o próximo ano serão o seguinte: manutenção da tendência de recuperação; promoção da diversificação adequada da economia; reforço da monitorização do sector do jogo; prestação de apoio às pequenas e médias empresas; empenho na conciliação entre a oferta e a procura de recursos humanos; estreitamento da cooperação regional; aperfeiçoamento das condições de exploração comercial e melhoria da qualidade da vida dos cidadãos.

A seguir, irei proceder a uma breve apresentação sobre algumas prioridades da acção governativa delineadas para a área de economia e finanças do próximo ano.

1. Concretização do posicionamento do desenvolvimento económico e promoção da diversificação adequada da economia

Após o regresso de Macau à Pátria, o Governo da RAEM, ouvidas e analisadas as opiniões das diversas camadas sociais e tendo em conta a realidade do território, definiu, com pragmatismo, o posicionamento para o desenvolvimento económico local, que posteriormente foi ajustado em conformidade com a evolução dos acontecimentos.

Em 2000, sugerimos o aproveitamento e a exploração eficazes dos recursos existentes em Macau, no âmbito de jogos, promovendo a reforma dos regimes de exploração e de monitorização do sector de jogo, impulsionando o seu desenvolvimento regulado e diversificado, fomentando a diversificação da estrutura económica local, envidando esforços para que Macau fosse transformada gradualmente não só num centro de turismo e jogo com ofertas diversificadas, como também numa cidade de prestação de serviços comerciais dentro da região asiática em que se situa.

Em 2002, propusemos o sector do jogo e turismo para liderar o desenvolvimento económico, seguindo-se o sector de serviço em coordenação com os outros sectores de actividade económica, transformando gradualmente Macau num centro de turismo com ofertas atractivas e peculiares e numa plataforma de serviços comerciais dentro da região asiática em que se localiza.

Em 2007, o posicionamento do desenvolvimento local foi novamente ajustado, tendo sido definida a seguinte linha orientadora: Para além de manter o crescimento dos sectores com vantagens competitivas, tais como o sector do jogo e turismo, entre outros, esforçar-se pela promoção do progresso e do aumento da qualidade das actividades de serviço com ele relacionadas, adoptando medidas efectivas no sentido de fomentar a diversificação adequada da economia e reforçar a participação nas actividades de cooperação regional a nível económico, procurando, desta forma, impulsionar a economia local a enveredar-se pelo caminho do crescimento coordenado, saudável e sustentável, transformando Macau num centro de turismo e de lazer internacional e numa plataforma regional de serviços comerciais.

Nas Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e

Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (Linhas Gerais), publicadas no final de 2008, foi definido claramente o posicionamento de Macau como um “centro de turismo e de lazer a nível mundial” no seio dessa Região, tendo esta definição sido descrita, pela primeira vez, no planeamento para o desenvolvimento do País.

Além disso, conforme a proposta constante do “12.º Plano Quinquenal” lançado pelo Governo Central em Outubro p.p., foram ainda determinadas explicitamente as seguintes linhas de trabalho: “apoio a Macau na construção de um centro de turismo e de lazer a nível internacional e na promoção da sua economia rumo a um desenvolvimento diversificado e adequado”.

Mesmo o nosso prestigiado Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, no seu périplo efectuado recentemente a Macau, deixou, de forma clara, a seguinte mensagem “procurar transformar Macau num centro de turismo e de lazer a escala mundial”, salientando que no “12.º Plano Quinquenal” do Estado, iriam ser delineados, de forma mais explícita, o papel e as funções de Macau no universo do desenvolvimento nacional.

Localizada num espaço geograficamente privilegiado, banhada pelas maravilhosas paisagens entoadas por montanhas e rios que a rodeiam com um clima morno e agradável e herdada de uma longa história marcada pela convivência das culturas oriental e ocidental, Macau já se encontra a dispor de elementos e potencialidades básicos e aptos para transformar num centro mundial de turismo e de lazer. As actividades de jogos e de entretenimento, em particular, para além de terem ganho uma fama internacionalmente reconhecida, representam ainda uma singularidade competitiva no quadro da divisão regional de trabalhos na área económica, estando as instalações para fins turísticos e de lazer a serem melhoradas e aperfeiçoadas progressivamente.

Mas, em termos gerais, são ainda insuficientes os elementos dotados, devendo as respectivas potencialidades e condições serem fortalecidas e aperfeiçoadas continuamente. Por esta razão, no contexto turístico e de lazer, deverá Macau a empenhar-se não só na promoção das actividades de jogo e de entretenimento disponíveis, mas também na injeção até criação contínuas de outros elementos de alta qualidade, mais diversificados, com características peculiares e atracções espectaculares.

Para o efeito, à medida do fomento do desenvolvimento do sector do jogo com vista a torná-lo suficientemente robusto e de alta qualidade, é necessário aproveitar e desenvolver eficazmente os outros recursos históricos e culturais locais com valores invulgaes e especiais, procurando incrementar e elevar o conteúdo cultural inerente ao turismo, impulsionando a diversificação das actividades de jogos e de turismo, apostando maior energia para incrementar e criar novos conteúdos turísticos, fomentando o turismo local com prestação de serviços integrados de jogos e entretenimento, de convenções e exposições, de comércio, de lazer e visitas turísticas, de compras e gastronomia e de experiência cultural, no sentido de transformar, passo a passo, Macau num centro internacional de turismo e de lazer, com capacidade para complementar mutuamente com as regiões da sua vizinhança e conteúdo turístico cada vez mais interessante e diversificado. Sendo certo que o posicionamento do desenvolvimento definido para Macau incide também na sua função de plataforma regional de serviços comerciais, especialmente vocacionada quer para a prestação de serviços comerciais para a Zona Oeste da Província de Guangdong e a Região do Grande-Delta

do Rio das Pérolas, quer para o estabelecimento da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e da ligação e intercâmbio dos empresários chineses espalhados por todo o mundo.

Nota-se que a promoção da diversificação adequada da economia é o caminho fundamental para levar em diante a concretização da política de posicionamento de desenvolvimento, mediante a reunião dos esforços conjuntos de todas as camadas sociais, envidados de forma gradual e faseada.

Neste aspecto, para fomentar a diversificação adequada do tecido económico local, promovendo a concretização progressiva do posicionamento em termos de desenvolvimento económico, desenvolver-se-ão, durante o próximo ano, os seguintes trabalhos prioritários neste âmbito da economia e finanças: *-Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições.* Esta indústria, enquanto pilar relevante no processo de diversificação da estrutura económica de Macau, não só assume um papel de protagonista principal no contexto da plataforma de serviços comerciais desempenhada, constituindo também um elemento importante para um centro de turismo e de lazer. Por isso, esperamos que seja aproveitada a expansão do sector de convenções e exposições para enriquecer os elementos turísticos de lazer em Macau e aperfeiçoar as funções desempenhadas como plataforma de serviços, procurando, assim, cultivar novas indústrias competitivas e novos pontos de crescimento económico. Nesta perspectiva, iremos:

(1) Estabelecer, junto da Direcção dos Serviços de Economia, um departamento para os assuntos das convenções e exposições, no sentido de reforçar os serviços de promoção, de encaminhamento e de apoio providenciados em prol do desenvolvimento do referido sector, proporcionando serviços aos respectivos operadores; potenciar, de forma eficaz, o papel da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, promovendo a auscultação de opiniões junto dos diferentes sectores da sociedade civil e a realização de estudos de políticas e medidas para a expansão das actividades do respectivo sector;

(2) Melhorar continuamente as actuais medidas de apoio e incentivo a favor da indústria de convenções e exposições, prestando assistência à realização em Macau de actividades de feiras e exposições;

(3) Fomentar o desenvolvimento e a criação de convenções e exposições de referência locais, proporcionando apoio às entidades organizadoras de diferentes regiões na realização, em Macau, de actividades de exposições e venda de produtos de marca, procurando, mediante negociações com as entidades competentes da China Continental, atrair a vinda e a realização em Macau, das feiras chinesas com certa envergadura, especialmente as com grande influência; ajudar os operadores do sector locais na realização de actividades de intercâmbio e no estabelecimento de parceria com os seus homólogos estrangeiro, reforçando as acções de formação destinadas aos trabalhadores do sector, redobrando esforços para atrair os profissionais qualificados estrangeiros dessa área a prestarem serviços em Macau; implementar, com maior eficácia, o regime de livretes ATA, promovendo o melhoramento do serviço de informação sobre convenções e exposições.

- *Promoção do desenvolvimento industrial mais adequado para Macau.* Construir o centro de turismo e de lazer a nível internacional, promover a reconversão e a valorização da indústria tradicional e

fomentar o desenvolvimento das indústrias adequadas à realidade de Macau, continuam a ser uma das linhas orientadoras dos nossos trabalhos vocacionados para impulsionamento da diversificação adequada da economia local.

Para o efeito, empenharemo-nos na realização das seguintes tarefas: (1) Incentivar o sector empresarial para o aproveitamento do benefício da isenção de direitos aduaneiros, consagrado no CEPA, investindo na manufactura dos produtos adequados à realidade de Macau para conquista de mercados chineses, intensificando ainda a cooperação industrial com o Interior da China.

(2) Fomentar e apoiar as empresas no desenvolvimento de novos produtos relacionados com o turismo e o lazer, bem como no aproveitamento de novas tecnologias e método de gestão para elevar o nível de qualidade dos produtos fabricados em Macau.

(3) Empenhar em divulgar activamente a imagem económica e comercial de Macau, promovendo os produtos de marca de qualidade de Macau e do “M in M – Made in Macau”, no sentido de conquistar mercados domésticos e estrangeiros.

(4) Implementar, com eficácia, o plano de desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, continuando a introduzir em Macau projectos favoráveis à diversificação e à elevação da qualidade das indústrias locais.

- *Implementação e aperfeiçoamento das políticas de incentivo e de suporte para a diversificação adequada da economia.*

No âmbito das *políticas de incentivos financeiros*: pleno aproveitamento das políticas e medidas promovidas, como por exemplo, do “Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização” e dos planos de “Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial” e de “Incentivos Fiscais no Âmbito da Política Industrial”, com vista no fomento do desenvolvimento das indústrias favoráveis à diversificação adequada da estrutura económica de Macau.

No âmbito das *políticas para recursos humanos*: prestação de apoio adequado aos sectores considerados relevantes para a diversidade dos componentes económicos locais, quer na área da formação de recursos humanos quer na importação de trabalhadores não residentes e profissionais qualificados.

Relativamente às *políticas de apoio à criação e promoção das marcas de qualidade de Macau e do “M in M”*: prestação de apoio efectivo para o desenvolvimento de marcas de qualidade a favor dos produtos tradicionais, incluindo serviços de apoio à promoção e publicidade dos mesmos; organização ou apoio à organização de delegações empresariais locais para a participação em feiras no exterior; prosseguimento do apoio proporcionado para a organização de actividades da “Semana Dinâmica de Macau” em diversas cidades do Interior da China, para efeitos de promoção e divulgação dos produtos de Macau ou dos mercadorias e serviços operados neste território; instalação de um Centro de Exposição de Mercadorias de Macau que deverá entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2011, com fins de promover os produtos de Macau ou as mercadorias e os serviços operados em Macau.

Além disso, iremos empenhar-nos também na realização de acções em articulação com o desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias culturais e criativas, entre outros sectores

de actividade económica.

2. *Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs) para elevação da sua competitividade*

As pequenas e médias empresas, dadas as variadas actividades que operam e a absorção de uma quantidade significativa da população empregada, têm vindo a ocupar um papel relevante na promoção do crescimento e da estabilidade da economia de Macau, podendo o seu desempenho afectar, da forma directa, a partilha dos frutos provenientes do crescimento económico por parte dos cidadãos locais. Em simultâneo, as pequenas e médias empresas são também as forças principais na construção do centro de turismo e de lazer a nível mundial, pelo que a sua participação representa um caminho importante e benéfico para o seu próprio desenvolvimento, com um futuro brilhante.

Assim, a prestação de apoio às PMEs tem vindo a ser uma das prioridades delineadas nas nossas linhas de acção governativa, tendo sido implementada uma série de políticas e medidas para esse fim. No próximo ano, para responder aos problemas e dificuldades ora encontrados por essas empresas, continuaremos a reforçar a assistência prestada a seu favor, através do lançamento de medidas de apoio e de incubação, bem como da prestação de serviços, com atenção focada na elevação da sua competitividade empresarial.

Apoio

Para além da implementação contínua dos planos de apoio a PEMs e de garantia de créditos a PMEs, com vista à atenuação das suas dificuldades na obtenção de créditos, iremos providenciar para acelerar os procedimentos de tratamento e apreciação dos pedidos de importação de TNRs apresentados por essas empresas, a fim de atenuar, de forma efectiva, as suas dificuldades no procura de mão-de-obra. E para reduzir os custos dos exportadores em relação ao cálculo de câmbio e aumentar a flexibilidade da aplicação dos seus capitais, será avaliada a política da aplicação das normas relativas à venda, por parte dos exportadores, à Caixa Central de Reserva de Divisas de Macau, das divisas resultantes das suas transacções comerciais.

Incubação

Iremos reforçar o apoio às PMEs locais na criação e no desenvolvimento de marcas de qualidade próprias, bem como na exibição aos empresários externos e visitantes, dos produtos de Macau ou dos mercadorias e serviços operados neste território, através do Centro de Exposição de Mercadorias de Macau.

Iremos ainda prestar-lhes assistência na construção da imagem de marca de qualidade mediante a reformulação da sua marca, para efeitos de expansão de mercados, incentivando-as a desenvolverem actividades do tipo de franquias, lojas em cadeia e agenciamento de marcas, reforçando os serviços de apoio ao comércio electrónico, ajudando as empresas na promoção e divulgação dos seus produtos e serviços.

Continuaremos a apoiar as empresas na obtenção de certificação de sistemas internacionais de gestão, na implementação de sistemas perfeitos de contabilidade e no aperfeiçoamento dos sistemas de gestão financeira, a par de as ajudar e incentivar para a aplicação das tecnologias de informação, com fins de promoção da realização da inovação e valorização tecnológica.

Prestação de serviços

Iremos otimizar e melhorar os serviços prestados no âmbito do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PME's (SMEC), diligenciando para que sejam proporcionados serviços mais específicos para essas empresas, apoiando-as na identificação de espaços de expansão no Interior da China mediante as oportunidades conferidas pelo CEPA, reforçando e aperfeiçoando os serviços de bolsas de contactos empresariais para promover a cooperação entre as PME's, a par de organização de cursos de formação a favor das mesmas.

3. Conciliação entre a oferta e a procura de recursos humanos, assegurando o desenvolvimento harmonioso da sociedade

Em Macau, a reanimação e o desenvolvimento da sua economia têm agravado os problemas de recursos humanos existentes, tornando-os cada vez mais preocupantes, consubstanciados pela agudeza dos conflitos entre a oferta e a procura no mercado de mão-de-obra. Por um lado, a carência de recursos laborais disponíveis representa um entrave significativo não só para o desenvolvimento económico mas também para a construção do centro de turismo e de lazer a escala mundial.

Por outro, devido à especificidade da estrutura económica do território e às características peculiares do mercado de recursos humanos local, os problemas de desemprego estrutural subsistem, com destaque às dificuldades sentidas pelos indivíduos de meia-idade com baixa escolaridade na integração no mercado de trabalho. Pelo exposto, no tratamento das questões relativas aos recursos humanos, é necessário ter em conta o equilíbrio entre a satisfação das necessidades decorrentes da diversificação adequada da economia local e a defesa dos interesses e direito dos residentes locais quanto ao acesso ao emprego, quando se proceder ao reforço da oferta de mão-de-obra.

Guiados por este lema, temos seguido praticamente as estratégias de “aproveitamento, desenvolvimento, importação e concertação” para resolução dos problemas dessa natureza, isto é, em cumprimento estrito dos princípios de “garantia de oportunidade de trabalho aos cidadãos locais”, procede-se, em prioridade, ao aproveitamento e desenvolvimento dos trabalhadores locais, devendo a importação de recursos humanos estrangeiros ser recorrida apenas para suprir a insuficiência de recursos laborais locais. Por outro lado, iremos a empenhar-nos na conciliação das relações entre os empregadores e os trabalhadores, procurando manter a sociedade em desenvolvimento harmonioso. Nestes termos, pretendemos avançar, em prioridade, os trabalhos nos seguintes aspectos:

- *Promoção do emprego dos residentes*, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos locais, dando prioridade e protegendo o direito ao emprego dos residentes do território e procurando aproveitar em pleno os limitados recursos humanos existentes localmente. Neste sentido, os principais trabalhos a realizar consistem em: implementação da “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais”, no que diz respeito ao determinado quanto à prioridade da contratação de trabalhadores locais por parte de empregadores, exortando-os a contratarem e a promoverem preferencialmente os trabalhadores locais; optimização e elevação da eficácia dos serviços de colocação profissional; reforço dos trabalhos de acompanhamento e de apoio aos indivíduos

de meia-idade e com baixa escolaridade na sua integração e reintegração laboral; manutenção do “Plano de formação no posto de trabalho e de contratação”; intensificação dos trabalhos de prestação de serviços de aconselhamento profissional a favor de jovens recém-integrados no mercado laboral; prosseguimento das medidas que visam encorajar os empregadores para a contratação de indivíduos portadores de deficiências; alargamento da “Base de dados de recursos humanos do sector das convenções e exposições”; disponibilização de uma plataforma interactiva de informações sobre o emprego que cubra diferentes níveis e tipos de trabalho a favor do sector das convenções e exposições, etc.. Além disso, serão ainda reforçado o acompanhamento da camada mais desfavorecida da sociedade macaense e intensificados os respectivos trabalhos de prestação de serviços de apoio.

- *Intensificação da formação profissional*, desenvolvendo os recursos humanos locais, encorajando e promovendo a participação dos residentes locais em acções de formação, reforçando as suas capacidades técnicas profissionais, elevando o respectivo nível profissional, a fim de poderem adaptar-se à evolução do mercado de trabalho. Assim, as principais medidas são: aumentar, de forma adequada, os recursos em matéria de formação profissional; alargar a dimensão da formação; elevar o efeito prático da formação; lançar, em altura oportuna, acções específicas de formação para atenuarem as dificuldades sentidas por profissionais de diversas actividades económicas e para elevarem as suas capacidades técnicas profissionais; promover a implementação gradual do regime de certificação de qualificação profissional, procurando concretizar a certificação profissional e vocacional; criar a base de dados de técnicas profissionais de Macau, no sentido de proporcionar dados de recursos humanos de referência para o desenvolvimento sustentado da economia local; intensificar a cooperação na área de avaliação de técnicas profissionais entre Macau e a província de Guangdong, com o alargamento do âmbito de cooperação segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”; continuar, mediante a aplicação de mais recursos, a implementar o “Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a Indivíduos de Meia-Idade”, para efeitos de elevação da capacidade de indivíduos de meia-idade na sua integração ou reintegração laboral; e continuar a cooperar com empresas para a organização de cursos de formação, lançando cursos de formação de técnicos estagiários. Além disso, será mantida a promoção do plano de vida profissional, etc..

- *Importação de trabalhadores não residentes*, salvaguardando eficazmente os interesses e direitos dos residentes locais quanto ao acesso ao emprego e de acordo com as necessidades reais de desenvolvimento económico, serão adequadamente importados trabalhadores não residentes e técnicos qualificados para suprirem a carência de recursos humanos locais. Assim, consoante a evolução da situação da oferta e procura de mão-de-obra, será atempadamente ajustada a quantidade de trabalhadores não residentes existentes.

- *Conciliação das relações entre as partes laboral e patronal*, reforçando os trabalhos de conciliação de conflitos laborais, tratando-os adequadamente, procurando manter relações harmoniosas entre as duas partes. Assim, os principais trabalhos são os seguintes: potenciar as funções do Conselho Permanente de Concertação Social, intensificando a coordenação e a comunicação entre as partes laboral e patronal; promover o consenso de princípio entre as partes laboral e patronal, em matéria de definição do salário mínimo; implementar efectivamente a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” e respectivos regulamentos administrativos, reforçando, nos termos da lei, o combate à prática

do trabalho ilegal; aperfeiçoar os serviços informativos e de queixas no âmbito da “Lei das relações de trabalho” e proceder à análise da situação de aplicação da “Lei das relações de trabalho” e da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”.

Além disso, serão reforçados os trabalhos de análise e de avaliação da actual e futura situação de procura e oferta de recursos humanos do território, promovendo estudo para a elaboração do plano de desenvolvimento de recursos humanos a longo prazo, procurando adequar os recursos humanos ao desenvolvimento económico sustentável e ao desenvolvimento adequadamente diversificado.

4. Intensificação da cooperação económica com o exterior, concretizando o desenvolvimento regional concertado

Limitações geográficas e carência de recursos são um dos factores restritivos ao desenvolvimento diversificado e sustentado da economia macaense e à criação do centro mundial de turismo e de lazer. Por isso, teremos que desencadear activamente trabalhos tendentes ao reforço da cooperação económica externa, especialmente no que se refere à cooperação regional vizinha, procurando, através da cooperação regional e da ultrapassagem das dificuldades de limitação espacial, graças à sinergia entretanto criada, caminhar para a diversificação adequada da economia, construindo, assim, um centro mundial de turismo e de lazer, promovendo um estável e sustentado desenvolvimento económico de Macau. No próximo ano, os trabalhos prioritários serão os seguintes:

- *Consolidação da implementação do CEPA, promovendo relações económicas e comerciais mais estreitas com o Interior da China.* Em Maio do corrente ano, foi assinado o Suplemento VII ao CEPA, dentre as áreas recém-liberalizadas, o sector da saúde, os serviços sociais e o turismo são aquelas que sofreram uma liberalização mais acentuada.

No próximo ano, iremos proceder a uma avaliação geral dos trabalhos da implementação do CEPA, procedendo seguidamente à sua revisão e aperfeiçoamento, concentrando nos trabalhos de melhoramento conjuntos com os serviços envolventes do Interior da China, dos diferentes mecanismos consagrados no CEPA, simplificando os respectivos procedimentos administrativos, reforçando os trabalhos de divulgação e de promoção, desenvolvendo em pleno a importância pioneira da cidade exemplar do CEPA, criando uma plataforma para a promoção da cooperação profunda do sector dos serviços das duas partes, apoiando os seus agentes económicos no pleno aproveitamento dos benefícios concedidos pelo CEPA para a conquista dos mercados do Interior da China, especialmente na aceleração do programa-piloto relativo à implementação do CEPA na província de Guangdong, desempenhando esta a função pioneira do estabelecimento de relações económicas e comerciais mais estreitas entre as duas partes, promovendo assim a implementação mais pragmática e eficaz do CEPA.

- *Continuação da construção da plataforma de serviços comerciais regional, com foco na consolidação e no aprofundamento do estatuto da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa.*

Desde 2002 Macau tem vindo a ser uma plataforma de serviços comerciais regional, com desenvolvimento gradual do seu papel, tendo o seu enquadramento básico e redes estabelecidos, obtendo

resultados mais acentuados no seu desempenho como plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, amplamente reconhecido por todos.

Em meados do corrente mês, foi realizada a 3.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa em Macau (doravante designado por Fórum), onde esteve presente o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, que, para além de ter transmitido importantes instruções sobre o desenvolvimento do Fórum, reconhecia afirmativamente o papel da plataforma de Macau.

No futuro, Macau irá continuar a potenciar o seu papel de plataforma de serviços comerciais para a Região Oeste de Guangdong e a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, bem como o de plataforma de serviços de ligação e de intercâmbio entre os empresários chineses espalhados pelo mundo. Assim, serão desenvolvidas prioritariamente as vantagens de Macau no sentido de promover a construção da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa, aperfeiçoando os respectivos serviços e funções, elevando o seu nível de serviços prestados com enriquecimento de conteúdo, prestando um bom trabalho para a realização do Fórum, transformando-o numa ponte de ligação e de cooperação económica e comercial entre as duas partes.

Irá ainda ser aprofundada e desenvolvida a cooperação entre a China e os países de expressão portuguesa nas diferentes áreas económicas e comerciais, envidando os máximos esforços para a prestação de apoio tendente à cooperação e intercâmbio bilateral em diferentes formas, encorajando e estimulando os empresários locais e as respectivas empresas e individualidades para participarem nos serviços da plataforma, construindo assim, em conjunto, a plataforma de serviços para a cooperação e o intercâmbio entre a China e os Países da Língua Portuguesa, no domínio económico e comercial.

- *Consolidação dos acordos de cooperação entre Guangdong e Macau, promovendo a plena cooperação económica e comercial entre as duas partes.* A província de Guangdong e Macau são duas localidades irmãs que se apoiam entre si, tanto em tempos de prosperidade como em tempos de adversidade. Assim, o aprofundamento e desenvolvimento da cooperação económica e comercial entre as duas partes representa uma política prioritária de Macau no que diz respeito à intensificação da cooperação económica e comercial externa.

No próximo ano, sob o enquadramento definido no âmbito da Conferência Conjunta de Cooperação entre Guangdong e Macau e dos acordos de cooperação entre estas duas localidades, iremos desencadear trabalhos prioritários para a promoção da cooperação bilateral, nas áreas de convenções e exposições, financeira e da logística moderna, fomentando a facilitação do comércio e do investimento, promovendo a reconversão do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau numa zona de cooperação Zhuhai/Macau, apoiando os sectores envolvidos na participação nos projectos do desenvolvimento da Ilha da Montanha, aproveitando assim as oportunidades derivadas para impulsionar o desenvolvimento dos seus negócios.

- *Intensificação da cooperação regional Guangdong/Hong Kong/Macau, mediante a implementação coordenada das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da*

Região do Delta do Rio das Pérolas (Linhas Gerais). Iremos, de acordo com os princípios de “participação activa, avanço pragmático, complementaridade e desenvolvimento conjunto”, continuar, com a província de Guangdong e Hong Kong, promover conjuntamente a implementação das Linhas Gerais, aprofundando a cooperação, acelerando o processo de integração das infra-estruturas, do tecido industrial e dos serviços sociais das três localidades para a construção conjunta de uma cidade cosmopolita com elevada competitividade, a nível mundial. Simultaneamente, será prestado apoio para a participação dos sectores do território envolvidos nessas actividades, envidando ainda esforços para que a cooperação entre as três localidades possa alcançar resultados práticos.

Além disso, continuaremos a participar activamente na cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, desenvolver a cooperação económica e comercial entre Taiwan e Macau, fortalecer a ligação e a cooperação económica e comercial com a União Europeia, promover o intercâmbio económico e comercial com os países e localidades membros da ASEAN, e participar activamente nas actividades e eventos organizadas por entidades económicas e comerciais internacionais e regionais.

5. Melhoria efectiva da vida da população, procurando, em conjunto, construir e partilhar os resultados alcançados

O desenvolvimento económico tem como objectivo principal melhorar e elevar as condições de vida da população, a fim de lhe proporcionar uma vida mais próspera, feliz e digna. Construir e partilhar, em conjunto, representa um requisito fundamental para o desenvolvimento da sociedade moderna. Após o retorno da soberania de Macau, a economia local tem desenvolvido aceleradamente com a melhoria gradual das condições de vida da sua população. Contudo, sob o sistema da economia de mercado que tem, por inerência, defeitos próprios, e devido às diferenças de condições inatas e adquiridas próprias de cada um, parte da população não conseguiu aproveitar em pleno os frutos de desenvolvimento, havendo, inclusivé, alguns que não só não foram beneficiados pelo desenvolvimento, viram a sua qualidade de vida degradada devido ao aumento de preços de bens e serviços, nomeadamente os de fracções autónomas comercializadas localmente. Por isso, acompanhar e melhorar a situação da vida da população, especialmente as camadas de rendimentos baixos e de desfavorecidos, bem como promover a justiça e a imparcialidade sociais, são uma responsabilidade inalienável do Governo.

Neste âmbito de acção governativa, continuar-se-á a envidar esforços para apoiar a população local na partilha dos frutos de desenvolvimento, nomeadamente nas vertentes de promoção de emprego junto de trabalhadores residentes, de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, etc., para efeitos da melhoria gradual das condições de vida da população. Simultaneamente, iremos tomar activamente medidas, aplicar adequadamente recursos financeiros para assegurar a estabilidade das condições de vida da população, especialmente das camadas de rendimentos baixos e de desfavorecidos.

À medida da gradual recuperação e desenvolvimento da economia macaense, e tendo em conta o efeito da inflação importada, o problema da inflação do território poderá agravar-se acentuadamente. Portanto, iremos reforçar o acompanhamento e envidar os nossos maiores esforços, procurando atenuar os efeitos da inflação sobre a população local, tendo em atenção a evolução da situação da procura e oferta e a variação de preços dos produtos alimentares e dos bens

mais importantes da vida quotidiana da população, reforçando o diálogo com o Interior da China e outras regiões fornecedoras de mercadorias, envidando esforços para assegurar o fornecimento dos bens alimentares e outros importantes para a vida da população.

Será ainda reforçada a gestão do funcionamento do mercado, procurando manter a estabilidade entre a oferta e a procura de mercadorias existentes no mercado. Serão, por outro lado, mantidas as políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica e de atribuição de subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, bem como as diversas medidas de redução e de isenção de impostos e taxas, adoptando, consoante a evolução da inflação e em tempo oportuno, medidas eficazes para prestar apoio à população no combate à inflação, procurando aliviar-lhe a pressão de vida sentida.

6. Optimização da gestão e elevação do nível de governação científica

De acordo com a última evolução dos acontecimentos, recolhendo as opiniões da população, de forma abrangente e profunda, e segundo os requisitos de “servir a população, governo incorrupto e decisão científica”, aperfeiçoar a gestão governativa, reforçar a construção do regime, aumentar a transparência da acção governativa, elevar a eficácia dos procedimentos administrativos, e elevar continuamente o nível de governação científica. No próximo ano, serão desencadeados prioritariamente os trabalhos nos seguintes domínios:

- *Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas, assegurando a eficaz gestão e aplicação dos recursos financeiros públicos.* No próximo ano, os trabalhos prioritários serão a criação do regime de reserva financeira, gerindo e aplicando eficazmente os saldos financeiros existentes, reforçando a capacidade para responder aos riscos financeiros. Além disso, será dada continuidade aos processos de revisão e de aperfeiçoamento dos regimes relacionados com a administração das finanças públicas.

- *Aperfeiçoamento da supervisão financeira, assegurando a estabilidade e a salubridade do sistema financeiro.* Atenta à instabilidade da conjuntura económica e do mercado financeiro do mundo, será continuamente melhorado o sistema de supervisão financeira, reforçando a fiscalização e a prevenção contra os riscos dessa natureza, elevando a capacidade de reacção, minimizando o respectivo tempo, ultrapassando atempadamente os factores financeiros instáveis. Será ainda dada a continuidade às inspecções de rotina junto de instituições financeiras autorizadas, exortando-as para o cumprimento rigoroso dos diversos instruções e requisitos de supervisão recentemente emanados. Simultaneamente, serão acompanhados de perto os efeitos subsequentes da crise financeira internacional sobre a moeda e a estabilidade financeira locais, procedendo ainda ao reforço do estudo dos respectivos problemas financeiros.

- *Reforço da monitorização do sector do jogo, promovendo o seu desenvolvimento adequado, ordenado e sustentado.* De acordo com as instruções do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, sobre a regulamentação do sector do jogo, em matéria do seu desenvolvimento adequado e ordenado, e cumprindo as linhas pré-definidas de “dimensão adequada, gestão regulada e desenvolvimento sustentado”, será reforçada a monitorização das actividades dessa indústria.

Por outro lado, segundo o objectivo traçado, divulgado publicamente, da limitação de 5,500 bancas nos próximos três anos, será empenhado no controlo e ajustamento da dimensão e do ritmo de expansão do sector do jogo, acelerando os trabalhos de melhoramento da respectiva legislação para promover o aperfeiçoamento gradual, a concorrência justa e ordenada do mercado do jogo.

Fomentar-se-á uma monitorização reforçada sobre os casinos mediante os meios electrónicos; criando a base de dados dos promotores de jogo e seus colaboradores, para efeitos de reforço da sua supervisão. Irá reforçar a auditoria das entidades concessionárias de jogo, continuando os trabalhos de auditoria no âmbito dos “Requisitos Mínimos de Controlo Interno”;

Promover também o jogo responsável, desencadeando estudo para a emissão de uma instrução sobre o jogo responsável, reforçando os trabalhos de prevenção e de combate ao jogo patológico e ao jogo problemático, no sentido de minimizar os efeitos malignos do jogo sobre a sociedade civil.

- *Intensificação dos trabalhos de apreciação dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes e a sua supervisão.* Serão rigorosamente aplicados a “Lei de contratação de trabalhadores não residentes” e os respectivos diplomas legais na área do trabalho, assegurando eficazmente os interesses e direitos dos trabalhadores residentes e não residentes. Continuar-se-á a rever e a aperfeiçoar os mecanismos de pedido e de apreciação dos processos de importação de trabalhadores não residentes, focando essencialmente nos procedimentos de trabalho de pedido, simplificando as respectivas formalidades administrativas, aperfeiçoando o processo de apreciação, elevando a transparência e a eficácia de execução dos ditos trabalhos, garantindo a legalidade, a abertura, a justiça e a oportunidade do respectivo processo.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Neste momento, os efeitos da crise financeira internacional estão a diluir-se gradualmente, atirando a economia mundial para o caminho da lenta recuperação. No entanto, não tendo os alicerces consolidados e um caminho pleno de recuperação, a perspectiva da conjuntura económica mundial apresenta ainda inúmeros factores instáveis e indefinidos. Os efeitos externos têm um impacto relativamente grande sobre a economia de Macau. Por isso, a evolução futura do território no próximo ano ainda é muito complexa, não podendo, portanto, encará-la de ânimo leve.

Em termos gerais, a economia macaense está gradualmente a libertar-se dos efeitos da crise financeira internacional a caminho do seu normal desenvolvimento, prevendo a manutenção da tendência de recuperação no próximo ano.

No próximo ano, perante oportunidades e desafios, iremos aproveitar as oportunidades favoráveis derivadas da implementação do “12.º Plano Quinquenal”, dos acordos de cooperação regional entre a província de Guangdong e Macau, das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” e do “Plano de desenvolvimento da Ilha da Montanha”, tirando o máximo proveito das diversas políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento económico de Macau, implementadas pelo Governo Central, para responder

adequadamente aos efeitos subsequentes da crise financeira internacional, procurando manter a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a tendência de recuperação económica, melhorando efectivamente a situação de emprego dos residentes e as condições de vida da população, reforçando o apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, promovendo activamente a adequada diversificação económica, aprofundando a cooperação económica regional, aperfeiçoando incessantemente o ambiente de negócios, envidando esforços para a concretização do desenvolvimento estável da economia, e melhorando as condições de vida da população para a harmonia e o progresso da sociedade de Macau.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Iremos, em cumprimento dos requisitos “científico, justo, incorrupto e de eficácia”, desenvolver, de forma pragmática, os nossos trabalhos com elevado grau de responsabilidade, dedicação e espírito de servidor público, empenhando-nos na concretização de todas as tarefas de responsabilidade desta área de governação. Assim, de mãos dadas com os diferentes sectores da sociedade local, iremos, em conjunto, impulsionar a economia local para um novo patamar de desenvolvimento, procurando, de forma progressiva, transformar Macau num centro mundial de turismo e de lazer e numa plataforma regional de serviços comerciais.

Está terminada a minha apresentação. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados!

Presidente: Bem, agora, vamos entrar no debate das LAG da área da economia e finanças. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, boa tarde a todos.

Neste debate das LAG da área da economia e finanças gostava de debater com calma certas questões com o Sr. Secretário.

O jogo é a indústria predominante de Macau. Nas LAG dos últimos dois ou três anos reparei que o governo tem reiterado a intenção de fiscalizar eficazmente a indústria do jogo. A fiscalização do sector do jogo deve ser eficaz não por razões económicas. O mais importante é fiscalizar o seu “conteúdo”, especialmente o impacto negativo produzido sobre os residentes. Ao fim e ao cabo, o sector do jogo acarreta impactos negativos, apesar de gerar receitas económicas para Macau.

Além de fiscalizar o funcionamento do sector do jogo, o governo deve ainda fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão para verificar se este sector está a desenvolver devidamente as áreas de lazer, convenções e exposições. Importa apurar se a concorrência se processa dentro dos parâmetros legais pois é possível ocorrerem situações de concorrência ilegal. Além disso, acho que é responsabilidade muito importante do governo reforçar a prática do jogo responsável.

Ao longo de anos muitas medidas foram aplicadas pelo governo. Contudo, para promover o jogo responsável as empresas não devem manter instalações de jogo e apostas nos bairros. A transferência

destas instalações dos bairros continua por fazer para promover o jogo saudável.

Fala-se muito no jogo responsável, mas o que quer dizer “jogo responsável”? O governo afirmou promover o jogo responsável, mas como? Como se pretende alcançar essa meta? Serão resolvidos os problemas relativos a apostadores patológicos, por via da cooperação com as associações cívicas, através de medidas preventivas, através de aconselhamento psicológico? De notar que o jogo responsável depende essencialmente da determinação do governo e da responsabilidade social das empresas do jogo. Quanto a isso que tem o governo a dizer nas LAG?

Antigamente, funcionava em Macau apenas uma empresa do jogo, não se levantava polémica, pois era proibido ao seu pessoal apostar nos seus casinos. Agora, o jogo foi liberalizado para seis empresas e daí surgiram muitos problemas com os trabalhadores do sector.

Neste caso vai ou não o governo controlar a situação? Que medidas tem tomado? Acho que esta matéria carece de ser estudada uma vez que muitos problemas ocorridos no sector do jogo envolvem os trabalhadores desta indústria.

Segundo muitos testemunhos há cada vez mais residentes que se viciaram no jogo. Afinal de contas como vai o governo controlar isto? Como promover o jogo responsável?

Citando o exemplo de Singapura, onde é regulado o acesso aos casinos pelos residentes, poderá ser aplicada uma norma de “tripla interdição”, ou seja a pedido do próprio apostador, dos seus familiares, além de os apostadores patológicos estarem proibidos de frequentar casinos.

Quanto a Macau nada está claro nesta matéria. Se o governo quer promover o jogo responsável deve primeiro responsabilizar as empresas de jogo. Os residentes de Macau não devem ser o alvo destas empresas! Presentemente, a publicidade, incluindo sms, é direccionada aos residentes de Macau. Então, onde está a responsabilidade do governo e das empresas de jogo?

A questão-chave é que ainda não está regulada esta matéria! Como regulamentar o jogo responsável? Isto deve ser responsabilidade do governo que tem obrigação de exortar as empresas do sector a promoverem o jogo responsável. Acho que o governo deve reforçar este aspecto, sob pena do impacto negativo do sector do jogo prejudicar cada vez mais a nossa cidade. Agradeço que o governo pondere devidamente esta questão.

A segunda pergunta incide sobre os recursos humanos. Sei que este tema deve ser muito debatido mais logo. Nas LAG o governo admitiu estar ante um desafio difícil para satisfazer os sectores laboral e patronal.

Efectivamente, não estou a perceber. Na década 80 deu-se início em Macau à importação de mão-de-obra sem colocar limitações ao número de trabalhadores a importar. Desde então os sectores laborais em Macau têm-se mostrado insatisfeitos, mas com quê? Com a falta de fiscalização por parte do governo! Uma fiscalização medíocre!

O Sr. Secretário acabou de reiterar a intenção de reforçar efectivamente a fiscalização de importação de mão-de-obra para garantir, de facto, os direitos e interesses dos trabalhadores locais e não-residentes. No entanto, decorridos tantos anos, o que foi feito

neste sentido? É isso que está em causa! Todas as pessoas de Macau estão cientes de que o desenvolvimento económico da RAEM depende muito de mão-de-obra importada. Quanto a esta importação, se o executivo tivesse exercido eficazmente a fiscalização, não teriam sido lesados os direitos e interesse dos locais, nem o seu acesso ao emprego, e ninguém censuraria o governo.

O que deu origem aos conflitos laborais? Estou a tentar a abordar com calma esta matéria e espero que depois de estas questões serem debatidas pelos meus colegas seja identificada a origem destes problemas. Agora muitas PME's queixam-se de dificuldades para contratar trabalhadores locais pois estes preferem outros trabalhos. Neste caso por que razão o governo não lhes concedeu autorização para importar mão-de-obra? O que está em causa são os vossos procedimentos, que se revelam muito morosos! Culpam os protestos do sector laboral. Bem, se fosse mesmo por causa dos protestos do sector laboral não teriam importado mais de 70 mil trabalhadores! As pessoas de Macau não mostram intenção de excluir pessoas de fora. Agradeço que o Sr. Secretário nos forneça mais tarde os números diferenciados de trabalhadores não-residentes e os emigrantes.

Está em causa agora a transparência! O Sr. Secretário acabou de referir a transparência de procedimentos. Coordenação?!! Coordenar o quê? Acho que a coordenação neste caso é infrutífera! É infrutífera a discussão à porta fechada entre as partes laboral e patronal! É imperativo divulgar os números! Que números? As empresas que pedem importação de mão-de-obra apresentam impressos preenchidos. Neste caso por que razão não podem divulgar na Internet a toda a população de Macau quais as empresas que solicitam importação de mão-de-obra? Por que razão não divulgam que tipo de trabalhadores essas empresas pedem para importar? Por que razão não podem divulgar os salários que essas empresas oferecem aos trabalhadores a importar?

Com a divulgação desta informação as pessoas locais poderiam optar por candidatar-se. Na falta de oferta local o governo autorizaria pedidos das empresas para importar mão-de-obra. Mas deve ser transparente! Não estou a perceber por que razão ao longo de tantos anos não chegou a ter coragem para divulgar esta informação! É necessário divulgar a tal informação. Além disso, são muitas as dificuldades para contratar mão-de-obra e, tal como já disse antes, dependente da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais funciona o Departamento de Emprego

Antes de autorizar pedidos este departamento recomenda aos requerentes trabalhadores. Em 2006 registaram-se 210 mil pedidos de importação de mão-de-obra, mas desconheço o número de pedidos nos anos seguintes. O governo podia autorizar todos os pedidos de mão-de-obra, tantos quanto quisessem, para ver se as empresas requerentes chegavam a concretizar todos os contratos ou não. No caso de não contratarem efectivamente todos os trabalhadores solicitados haveria penalizações. Por exemplo, assinava-se um contrato de dois anos e os empregadores teriam de pagar salários aos trabalhadores não-residentes que tinham requerido, mas não contratado. Assim sendo acredito que acabava o abuso de importação de mão-de-obra. É imperativo aplicar um mecanismo que puna infracções! O governo não divulgou a identidade dos empregadores infractores e chegou-se a esta situação lesando as empresas que tinham mesmo necessidade de mão-de-obra. Não há quem queira ser fiador das empresas que querem importar mão-de-obra.

Neste contexto os problemas não ficaram resolvidos! Que medidas

toma o governo face às empresas infractoras? Digo-lhe: é preciso garantir efectivamente os direitos e interesses dos locais! Os locais estão preocupados com o emprego pois houve perda de postos de trabalho com a chegada de trabalhadores não-residentes. Muitos locais foram despedidos! Deve divulgar esta informação. Os casos tratados pela DSAL devem ser divulgados para conhecimento de todos. Acredito que os empresários presentes não estão do lado dos infractores.

Agora os problemas estão escondidos, não se sabendo quem são os empregadores infractores. Quer garantir os direitos dos trabalhadores não-residentes? Conto-lhe um caso que acabei de tratar: trabalhadores de construção civil foram explorados porque o contrato diz \$450 por dia, mas receberam apenas \$100 por dia. A DSAL anda a tratar de casos semelhantes. Isto não sucede apenas na construção civil! Recentemente também ocorreu em empresas alimentares. Por exemplo, 4 mil patacas é o salário de base e com trabalho extraordinário o salário atingiria 6 mil patacas. No recibo de salário está escrito 6 mil patacas, mas o trabalhador obriga-se a devolver 2 mil patacas ao empregador depois de receber o vencimento. Os trabalhadores apresentaram queixa à DSAL que não chegou a resolver o caso, alegando que porque o trabalhador assinou um recibo de 6 mil patacas. E, por fim, o caso foi resolvido por mim. Como? Recorri ao advogado! Era preciso pressionar o empregador: caso não corrigisse a situação, convocaria uma conferência de imprensa e todos os trabalhadores envolvidos assinavam como testemunhas. Assim ficou finalmente resolvido o caso.

Este caso sucedeu no mês passado. Estes são os problemas que podem ser expostos! Se este género de informação fosse sempre divulgada toda a sociedade apontaria o dedo aos infractores! Isso produziria efeitos e evitar-se-ia lesar outros empregadores. Chegou o governo a encontrar uma solução? Não estamos a dizer que o governo não deveria autorizar a importação de mão-de-obra. Não é esta a nossa intenção! O que exigimos é penalizar as empresas infractoras! Deve divulgar os procedimentos de autorização de importação de mão-de-obra para todos ficarem informados. Assim se resolveria o problema!

Em Singapura importa-se também mão-de-obra, mas será que por lá ocorrem tantos problemas como em Macau? Gostava de sugerir ao Sr. Secretário que se deslocasse com seus colaboradores a Singapura para aprender duas coisas: primeira, fiscalizar o sector do jogo (Singapura autorizou a exploração de casinos depois de Macau); segunda, procedimentos para importar mão-de-obra de forma a resolver melhor os problemas neste âmbito.

Como satisfazer trabalhadores e empregadores? O que fazer para desenvolver a economia? Por este andar levaremos mais dez anos e os problemas não ficariam resolvidos! E depois? Censuravam-se uns aos outros? Bem, para mim, isso não faz sentido, porque os problemas não são esses! Há quem esteja a tentar a confundir o público!

As PME's deparam-se com imensas dificuldades na sua actividade. Além de apoio do governo em termos de recursos humanos, o mais importante é ajudá-las a enfrentar os novos desafios! As PME's constituem recursos necessários ao desenvolvimento do turismo. Estão cientes disto? Sabem bem isso?

Quanto ao conceito de exploração empresarial, a mentalidade do governo não deve mudar? Mas, agora, o governo só sabe ajudar, subsidiar isso ou aquilo, atribuir-lhes facilidades na contratação de

trabalhadores. Mas será isso benéfico para o desenvolvimento das PME's?

Só me importa um número: ao longo destes anos encerraram actividade mais de 800 empresas e ao mesmo tempo abriram mais de 4 mil empresas, na sua maioria PME's. Então que fez o governo? Como vão as PME's locais enfrentar o futuro? Quanto a isso as PME's precisam de melhorar a competitividade. Ora bem, tenho ainda um minuto, e vou falar noutro assunto. Todos dizem que é baixa a qualidade dos recursos humanos de Macau. É responsabilidade do governo assegurar a formação e é responsabilidade dos trabalhadores aperfeiçoarem-se. Bem, não foi referida uma responsabilidade que é muito importante: os empresários, os gestores, devem igualmente aperfeiçoar-se, uma vez que sem esse aperfeiçoamento, as empresas não terão futuro! Uma empresa conta com o empregador, o gestor, empregados. Não devem exigir apenas responsabilidades a uma parte! Como poderá a economia de Macau enfrentar o futuro? Na área da economia e finanças, espero... Sei que o Sr. Secretário trabalhou imenso para ajudar as PME's, mas o essencial é também dar formação aos empregadores e gestores para que eles serem capazes de enfrentar futuras crises. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas, boa tarde!

A Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang colocou muitas questões e tem razão em muitos aspectos. Fico agradecido pela sua preocupação com a situação actual das PME's. Muitas situações abordadas pela Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang são reais. Outras não foram do meu conhecimento devido à falta de transparência.

Coloco a primeira questão ao Sr. Secretário sobre a política de importação de mão-de-obra e a implementação de medidas direccionadas às PME's. Desde 2004 o sector do jogo começou a desenvolver-se de forma acentuada e, daí, muitos trabalhadores, especialmente jovens, foram atraídos para essa indústria devido aos salários elevados. Consequentemente, as PME's deparam-se com sérias dificuldades para contratar pessoal. Como empresário do sector da restauração coloco questões relacionadas com este sector.

As PME's do sector da restauração foram as mais atingidas. Assim, em 2008, o governo começou a ajudar as PME's, através do Projecto de Apoio à Preservação das Características dos Estabelecimentos de Comida de Macau. Porque digo isto? Tenho comigo um jornal de segunda-feira onde há uma coluna de publicidade de trespases. Contam-se 24 empresas, de salões de beleza a pronto-a-vestir, mas 13 são estabelecimentos de restauração.

De vez em quando também leio notícias sobre pequenas lojas situadas na Avenida Horta e Costa, na Rua Ferreira do Amaral, na zona da Dinastia, Toi San, e às vezes telefono para estes anunciantes. O resultado é este: com excepção dos conflitos entre accionistas, muitos empresários afirmam que os trabalhadores não-residentes não são suficientes. Outros dizem não pretender contratar mão-de-obra não residente. Ignoram os procedimentos para importação de mão-de-obra e, fazendo bem as contas, contratar fora de Macau sai ainda mais caro do que empregar trabalhadores locais. “Tenho o meu negócio há muito anos, não quero pedir mão-de-obra não-residente, estou a pensar em fechar a minha empresa devidos aos custos

elevados de exploração”. Certas pessoas contaram-me não querer mesmo contratar mão-de-obra não-residente devido a dificuldades de comunicação. Diversas lojas que contactei não se queixaram das rendas elevadas, mas acharam estar no momento de fechar o seu negócio.

Portanto, as razões invocadas foram diversas. Quanto à falta de recursos humanos, importa salientar que mesmo que seja implementada uma política direccionada para as PME's, adoptada a maior transparência na apreciação e autorização de pedidos de importação de mão-de-obra, os problemas não ficarão resolvidos. Certas PME's não conseguem suportar salários tão elevados. Isto é verdade! A Sr.^a Deputada Kwan Tsui acabou de referir que determinada loja ofereceu 4 mil patacas para contratar empregados a tempo parcial. Gostava, pois, de saber como esse pedido foi autorizado? Nunca obtive autorizações quando ofereci salários inferiores a 4800 ou 5000 patacas! A questão não se limita a esse salário de 4 mil patacas. Sabe-se bem que este é um salário mínimo. O caso que “Kwan Che” referiu foi este: o salário é de 6 mil patacas, incluindo remuneração resultante do trabalho extraordinário e nos feriados legais.

Acrescentando ainda mais \$500 de subsídio de residência, MOP 200 de taxa de contratação de mão-de-obra não-residente, o salário que a empresa tem de pagar ronda 6 mil a 7 mil no caso dos meus restaurantes. Mesmo assim, não é possível contratar locais, pois os locais não se interessam por este tipo de emprego. Isto é verdade. Razões? Segundo demonstram os inquéritos, o trabalho no sector da restauração exige grande esforço físico; é um trabalho intensivo. Comparando com outros sectores, os locais, especialmente os jovens, preferem trabalhar na venda a retalho, venda de roupa, por exemplo, quando os salários são mais ou menos iguais. Portanto, é pouco atraente para os locais. Assim, afigura-se necessário importar mão-de-obra.

A DASL tem também conhecimento desta realidade. Por vezes a DASL recomenda trabalhadores locais às empresas, mas poucos se interessam. Às vezes, um em cada dez potenciais trabalhadores aceita a oferta de trabalho, só que, dois dias depois, vai-se embora. É difícil levar os locais a trabalharem na restauração.

Outra questão incide sobre a burocracia dos trâmites. Levam-se meses desde a apresentação do pedido de quotas até a autorização e a entrada do empregado no posto de trabalho. Portanto, existe um período em que na falta de trabalhadores locais se tem de esperar pela autorização de mão-de-obra não-residente. Neste interlúdio as dificuldades são muitas. Por diversas razões o contrato celebrado com o trabalhador não-residente é renovado de dois em dois anos. Algumas empresas acham demasiado curto este período e as formalidades burocráticas implicam aumento de custos. Quero perguntar ao Sr. Secretário que políticas especiais vai aplicar para ajudar as PME's? Pois estas vão de falências em falências. Poderá aplicar medidas flexíveis? Por exemplo, dispensar algumas PME's, com dimensões muito reduzidas, do pagamento da taxa de contratação de trabalhadores não-residentes, entre outras medidas. Levanto esta questão para debatermos.

A segunda questão incide sobre a política demográfica. Numa economia e numa sociedade baseadas no conhecimento a qualidade da sua população decide o futuro da economia, bem como as potencialidades de desenvolvimento social. Há consenso generalizado nesta matéria. Nos países desenvolvidos políticas de captação e formação de pessoas competentes passam por iniciativas

para assegurar níveis populacionais adequados e habilitações de qualidade de forma a manter ou promover a competitividade económica.

Perto de Macau há exemplos deste género, por exemplo, em Hong Kong e Singapura. De acordo com os resultados inter-censos 2006 da Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos – apesar dos dados estarem desactualizados servem de indicação – em termos de actividade económica era esta a situação. Numa população activa de 300 mil pessoas com idade superior a 14 anos, 49 mil habitantes (não chega a 50 mil) possuem cursos superiores, correspondente a 16,4% do total. Embora estes dados estejam desactualizados são elucidativos e nos próximos censos a realizar os dados permitirão avaliar a evolução destes indicadores.

Tendo em conta as exigências colocadas pelas necessidades de desenvolvimento económico a percentagem da população que possui curso superior é baixa (16,4%). Macau pretende posicionar-se como um Centro Mundial de Turismo e Lazer. Para alcançar esta meta carece de mais pessoas competentes para se dedicarem ao sector de serviços. O melhoramento das habilitações da população local é necessário.

Outra questão, ainda. Nas LAG refere-se a melhoria da qualidade do ensino, o reforço da formação profissional e da qualidade dos recursos humanos. Bem, isto é um imperativo! Mas, para concretizar um plano a longo prazo, é necessário passar por certas etapas. O resultado nunca é imediato. De notar que é irreversível a reconversão da economia de Macau e a cooperação regional. A carência de recursos humanos pode diminuir as oportunidades de reconversão, comprometendo o desenvolvimento económico de Macau.

Na realidade, em todos os países e territórios a política demográfica abrange dois segmentos: formar os residentes locais e captar pessoas competentes no exterior. Assim, pergunto ao governo se admite ou não uma revisão da política demográfica. Foi suspensa a política de captação de investimento a troco do direito de residência. Então, pode ou não considerar a prática de Hong Kong, isto é, o recurso a pontuação por capacidade intelectual ou de investimento, para atrair pessoas competentes para Macau, por exemplo, engenheiros, atletas, músicos, pintores, artistas, entre outros.

Levanto outra questão muito abordada pelos meus colegas. Poderá autorizar estudantes do exterior que sejam admitidos pelas instituições superiores locais com boas notas a permanecerem em Macau? Isto é, estabelecer as regras do jogo. Por exemplo, 10% ou 20% dos alunos de uma turma de estudantes formados com distinção poderiam permanecer em Macau pelo prazo de um ano para estagiar ou trabalhar. Passariam a ser residentes permanentes de Macau após sete anos de permanência a contar do dia em que começarem a trabalhar na RAEM. Poderá ter em conta estas formas de atrair estudantes de alta qualidade a permanecerem em Macau, contribuindo para o desenvolvimento da RAEM? Pode pensar nisto?

Levanto outra questão alheia a esta área: a exploração da Ilha de Hengqin. Na sequência da divulgação das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas 2008 e do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin 2009, pode-se dizer que a integração regional e a cooperação Zhuhai-Macau entraram em velocidade de cruzeiro. A exploração da Ilha de Hengqin merece muita atenção da parte do governo central no âmbito de uma estratégia nacional

de desenvolvimento.

Apenas um braço de rio separa a Ilha de Hengqin e Macau. Esta ilha, predominantemente rural, tem terrenos que fazem muita falta a Macau. Para promover Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer a exploração da Ilha de Hengqin será muito importante. Assim, para as empresas de Macau, a Ilha de Hengqin é um local merecedor de investimento.

Embora a RAEM tenha já definido projectos de cooperação para o *campus* da Universidade de Macau e o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Ilha de Hengqin, os regulamentos e regras da gestão precisam de ser aperfeiçoados.

As empresas de Macau estão na expectativa e note-se que a maioria das firmas locais são PME's que não têm capacidade para investir em projectos vultosos. Sem o apoio e a orientação adequada do governo é possível que essas empresas percam oportunidades de investimento na Ilha de Hengqin. Nas LAG para o próximo ano, reitera-se a intenção de aprofundar a cooperação regional e melhorar as condições de exercício da actividade comercial. No entanto, o conteúdo do primeiro ponto é demasiado amplo, e o segundo concentra-se mais no aperfeiçoamento dos regulamentos vigentes que são meios passivos.

Prevê o governo medidas concretas que sejam capazes de atrair empresas de Macau a participar na exploração da Ilha de Hengqin? Bem, ainda tenho possibilidade de colocar mais uma questão.

Falo no desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Nas LAG para o próximo ano refere-se profusamente o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Bem, o desenvolvimento do sector de convenções e exposições é um dos meios importantes para promover a adequada diversificação da economia de Macau. Temos a registar um progresso muito significativo em termos das instalações para o efeito e contamos com experiências adquiridas na organização de convenções e exposições. Segundo o Relatório sobre as Estratégias para o Desenvolvimento do Sector de Convenções e Exposições de Macau, publicada em 2006 pela Associação de Convenções e Exposições de Macau, está praticamente concluída a primeira fase de estabelecimento do sector.

Entre o próximo ano e 2015 entrar-se-á no período de crescimento acelerado. Em conformidade com o Relatório sobre o inquérito de recursos humanos do sector de convenções e exposições de Macau, divulgado em 2007, estima-se (incluindo o ano de 2007) que para satisfazer as necessidades dos próximos cinco anos, ocorra um aumento da contratação de trabalhadores na ordem de 40% ao ano; ou seja, até 2011, serão necessário cerca de 15.900 trabalhadores.

Foram apresentadas cinco sugestões para resolver a discrepância entre a oferta e a procura. Primeiro, acelerar a formação; segundo, contratar no exterior pessoas competentes do ramo; terceiro, liberalizar a curto prazo o mercado de bens/serviços; quarto, financiar as PME's; quinto, permitir que estudantes universitários do exterior que estudem em Macau façam estágios laborais na RAEM.

Quanto a estes aspectos parece que se registam avanços, mas, no entanto, a promoção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer não faz ainda parte das estratégias nacionais. Subsistem, ainda, discrepâncias entre a oferta e a procura de recursos humanos.

Nas LAG para o próximo ano reitera-se a intenção de reforçar o

papel da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e criar um Departamento de Desenvolvimento de Convenções e Exposições e das Actividades Económicas dependente da Direcção dos Serviços de Economia. Na realidade, o governo já investiu avultadas verbas no desenvolvimento do sector de convenções e exposições. De notar que este sector ainda vai levar anos a atingir a maturidade.

Em 2011 ao entrar-se num período de desenvolvimento acelerado devem repensar-se bem os investimentos. Interessam apenas os projectos que obtenham lucros, tendo em conta a situação dos recursos humanos e os benefícios económicos. Deve alterar-se a prática anterior, isto é, a atribuição de subsídios a quem os peça ao governo. Espero que esteja bem ciente do rumo a dar ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições, optimizando as condições de investimento. Pergunto: que medidas propõe o governo para resolver os problemas referidos e apoiar e promover o desenvolvimento acelerado do sector de convenções e exposições?

Estas são as minhas questões. Obrigado,

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Quanto às LAG do próximo ano apresentadas pelo Sr. Secretário, apresento algumas sugestões ao executivo.

A primeira incide sobre as previsões económicas para o próximo ano. O Sr. Secretário analisou a economia do próximo ano, indicando cinco grandes dificuldades e problemas que Macau terá de enfrentar. Referiu, designadamente, a dependência do jogo, o agravamento da inflação, falta de recursos humanos, pressões da concorrência sobre as PME's e a recessão nas indústrias tradicionais. Bem, tudo isto é verdade. Estou de acordo, mas acho que há um aspecto merecedor de maior atenção. A saber, até Junho de 2011 a Reserva Federal dos Estados Unidos aplicou políticas monetárias expansionistas no valor de 6 000 milhões dólares norte-americanos. Os Estados Unidos usaram a moeda como um instrumento económico e estas políticas provocarão retaliações dos respectivos parceiros comerciais através da adopção medidas proteccionistas. A taxa de câmbio do yuan foi afectada e isso lançou uma sombra muito negra sobre as perspectivas de recuperação da economia mundial.

É sabido que a economia de Macau depende fortemente do exterior. A estes problemas penso que Macau não vai escapar e nem se pode subestimar o seu impacto sobre a nossa economia. Chegou o governo da RAEM adoptar activamente medidas para se preparar e para fazer face a este impacto? Perante tudo isso, pode-se dizer que são muitas as dificuldades que a economia de Macau enfrentará. O Sr. Secretário também referiu os factores favoráveis ao desenvolvimento económico de Macau no próximo ano que se resumam a três aspectos.

Primeiro, a economia do Interior da China deverá manter a tendência de crescimento rápido; segundo, a cooperação entre Guangdong e Macau irá entrar numa nova etapa de desenvolvimento; terceiro, as relações económicas e comerciais entre Macau e o Interior da China irão intensificar-se gradualmente, em particular, a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Todos estes factores referidos pelo Sr. Secretário são factores externos, mas não

referiu os factores internos. Não é difícil descobrir que as previsíveis dificuldades de Macau superam os factores favoráveis.

O Sr. Secretário acha que a economia de Macau continuará a crescer positivamente no próximo ano. Não será demasiado optimista? Se calhar, estou a preocupar-me demasiado... Agradeço uma análise mais profunda do Sr. Secretário.

A segunda questão incide sobre a diversificação adequada da economia. O Sr. Secretário disse pretender tornar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer de acordo com o 12º Plano Quinquenal. Então, pergunto ao Sr. Secretário: como entende este posicionamento como Centro Mundial de Turismo e Lazer? O que falta para chegar ao referido objectivo? Que melhorias devem introduzir-se? Sem metas claramente definidas muitas iniciativas podem ficar condenadas ao fracasso. Agradeço um esclarecimento do Sr. Secretário.

Outra questão, ainda. O Sr. Secretário afirmou que as indústrias criativas e culturais serão uma prioridade da diversificação adequada da economia. Quanto a isso estou de acordo. No ano passado, manifestei a minha opinião sobre o assunto e hoje quero dizer umas palavras sobre essas indústrias. A meu ver, para promover as indústrias criativas e culturais, o governo deve adoptar um planeamento traçado a partir de estudos sobre o sector.

No nível actual de Macau que modelo deve ser seguido para este desenvolvimento? Macau caracteriza-se por fazerem-se muitas coisas sem interesse por não se prestar atenção às condições de mercado e às consequências em termos de eficácia e imagem. Por outras palavras, não se ponderam os prós e os contras. Monta-se um negócio, sem os devidos estudos de viabilidade, e conta-se com o subsídio do governo. Pessoas sem as devidas competências pretendem, também, investir nas indústrias criativas e culturais por estar na moda. Nestas condições o governo deve proceder a uma avaliação de competências no sector das indústrias criativas e culturais.

Antes de mais, importa tornar claro o significado das indústrias criativas e culturais. Hoje em dia, quando se pensa em indústrias criativas e culturais, associa-se logo a posicionamento no mercado, a receitas provenientes de vendas, a lucros, sem se ter em conta minimamente as premissas de existência do sector e o seu teor. Portanto, pouco se sabe acerca destas matérias.

Indústrias criativas e culturais laboram na área da cultura e não são as indústrias. Sem uma identidade cultural própria não se pode promover o sector. A cultura só consegue sustentar uma indústria quando, em primeiro lugar, certos produtos culturais são aceitáveis no mercado internacional e, portanto, rentáveis. Só assim que se forma uma indústria. Por outras palavras, as pessoas são atraídas por determinadas culturas e isso possibilita o desenvolvimento de uma indústria. São precisos ovos para fazer uma omelete.

As identidades culturais são a base que permite desenvolver indústrias culturais! Por isso, espero que o governo venha a planear devidamente o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, com orientações específicas. A identidade cultural local é um pressuposto para desenvolver as indústrias culturais. Estas são as minhas sugestões. O que é que o Sr. Secretário acha?

Terceira questão. O Sr. Secretário afirmou dar prioridade ao sector de convenções e exposições. Na realidade, nos últimos anos, o sector

de convenções e exposições tem-se desenvolvido de forma célere. No balanço do sector de convenções e exposições o Sr. Secretário citou vários exemplos. Quero conhecer melhor esses exemplos. O governo apoia o desenvolvimento do sector de convenções e exposições, mas que verbas foram investidas? Quais os ganhos obtidos? Estou ciente de que o sector de convenções e exposições necessita de anos para atingir a maturidade, mas importante conhecer o que está a ser feito.

Segundo sei, o governo concedeu apoios às empresas locais e a empresas do exterior para participarem em convenções e exposições. Portanto, concede apoios especiais a quem venha a participar nas convenções e exposições. Não deverá o governo fazer um balanço sobre esta política de apoios a firmas locais e do exterior para participações em eventos quer na RAEM quer noutros locais? Já pensou em privilegiar investimentos em Macau? Uma prioridade deve ser o investimento em Macau.

Ou seja, quem entra para investir em Macau deve ficar; quem sai de Macau para investir no exterior deve ficar fora. É assim que se alcança o objectivo. Não deverá o Sr. Secretário rever os termos de apoio a estas empresas?

Terceira questão é sobre o apoio às PME's. Nas LAG o Sr. Secretário enumerou as políticas de apoio às PME's e referiu alguns resultados. Mas além dessas políticas direccionadas para as PME's, o problema mais premente que as PME's enfrentam é a carência de mão-de-obra. Quanto a isso, o Sr. Secretário afirmou com toda a franqueza que há dois aspectos importantes a ter em conta para resolver a falta de recursos humanos.

Primeiro, a importação de mão-de-obra deve respeitar a lei laboral, proteger efectivamente o direito de acesso ao emprego dos locais. Segundo, a importação de mão-de-obra deve efectuar-se de acordo com as necessidades de desenvolvimento socioeconómico. Digo ao Sr. Secretário que sem isto Macau nunca resolverá os conflitos criados pela importação de mão-de-obra! Estes problemas foram debatidos anos a fio e até hoje em dia foram alvo de discussão.

Penso que está no momento de o Sr. Secretário tomar medidas resolutas! Em Macau, além das empresas do sector do jogo, todas as demais firmas são PME's que representam uma grande fatia do tecido empresarial. Face a situação actual o apoio económico concedido pelo governo às PME's fica aquém do desejável devido à falta de mão-de-obra necessária para garantir a sua actividade. Receio que as consequências serão desastrosas caso as PME's não consigam sobreviver devido à falta de mão-de-obra.

A taxa de desemprego em Macau é inferior a 3%. Assim, ninguém está de facto desempregado, mas como se entende a expressão "garantir efectivamente o acesso ao emprego dos locais"? Que tal se o Sr. Secretário juntasse esses 2,8% de desempregados para lhes arranjar emprego? Não era possível! Ou o governo despendia dinheiro para que essas pessoas desempenhassem alguma actividade socialmente útil, ou, simplesmente, optava por sustentar a sua inactividade.

Discussões intermináveis e infrutíferas comprometem a harmonia da sociedade! Para quem goste de discutir por discutir proponho que o governo os financie para montarem um negócio. Primeiro tentem ser patrões de uma companhia de fomento predial durante três anos, sem privilégios, para ver como sobrevivem e para experimentarem as dificuldades. Que tal, Sr. Secretário?

Quarta questão visa o aprofundamento da cooperação regional. Quanto a isso, o Sr. Secretário referiu na página 101 ajudar as PME locais a aproveitar as oportunidades na exploração da Ilha de Hengqin. Quero perguntar ao Sr. Secretário que medidas propõe para o efeito? Uma vez que as PMEs estão à espera. Esperam até terem barbas brancas! Teoricamente, sabem que existem oportunidades, mas a questão é como as aproveitar? As PMEs não mandam na exploração da Ilha de Hengqin! Parece que os projectos são de grande dimensão, implicando capitais avultados e tecnologia de ponta. Mas a capacidade financeira das PMEs é fraca. Não será nada fácil partir uma fatia desse bolo que calhe às PMEs!

Todos nós estamos à espera que o Sr. Secretário venha a ser o porta-estandarte dessa investida das PMEs! Quero ainda colocar ao Sr. Secretário outra questão. O Sr. Secretário definiu a exploração da Ilha de Hengqin e a cooperação regional como tarefas prioritárias. Até à data presente, o único projecto de meu conhecimento é o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Ilha de Hengqin a desenvolver em “joint-venture” entre o governo da RAEM e o governo da Província de Guangdong. Além deste projecto, existem ainda outros?

Em que contribui este projecto para promover a diversificação adequada da economia de Macau? Que benefício traz às PMEs de Macau?

Uma pergunta também sobre a política de segurança social. Estou muito de acordo com a afirmação do Sr. Secretário. O governo da RAEM assegura o sistema de segurança social a dois níveis e importa aperfeiçoá-lo. Bem, esta é, no fundo, uma iniciativa bem-intencionada do executivo. Há sempre quem critique o sistema de segurança social e o plano de participação pecuniária. Quando o governo aplica medidas ouvem-se críticas de imediato. Não há planeamento a longo prazo?! Por exemplo, este ano, o governo atribuiu menos dinheiro e choveram logo críticas. Não serve para nada! Portanto, proponho ao governo indexar o fundo de previdência central ao regime de reserva financeira e às receitas do jogo anuais.

Estabelecer-se-ia uma linha de créditos e uma percentagem e as receitas que sobrassem seriam consignadas ao fundo de previdência central. Ou seja, quanto estas receitas fossem elevadas, o montante a atribuir seria mais elevado. Poder-se-á deste modo garantir as receitas financeiras do governo e ao mesmo tempo permitir aos residentes beneficiarem substancialmente dos frutos do desenvolvimento económico com conhecimento de causa. Ninguém no mundo pode garantir que o seu sistema de segurança social seja o melhor, seja perfeito. Os canadianos têm inveja dos norte-americanos e vice-versa. Em geral, importa ter em conta os recursos financeiros, a cultura do povo e a situação do país. Em Macau se o governo melhorar devidamente a distribuição de proventos tal será benéfico para a estabilidade e harmonia de toda a sociedade. Agradeço que o Sr. Secretário venha a ponderar esta minha sugestão. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer aos tradutores que asseguram a tradução diária. Caso eles não tenham um texto à mão...

Um colega leu uma intervenção sem facultar previamente o texto e isso é algo difícil para eles levarem a cabo a tradução. Considerando este facto, vou falar mais devagar para aliviar um pouco as dificuldades dos tradutores.

Assistindo às intervenções dos meus colegas fiquei ainda com mais determinação. Antes coloquei ao Sr. Chefe do Executivo determinadas questões e na introdução disse: em Macau todos os assuntos, independentemente da sua relevância, estão relacionados com o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos. Não estou a apontar o dedo em particular ao Sr. Secretário, não foi esta a minha intenção.

Porque disse isto? Uma vez que não é possível que aos titulares dos principais cargos não seja aplicado o regime de responsabilização, mas apenas ao pessoal de base?! Bem, de qualquer forma, o Sr. Chefe do Executivo prometeu já que no final do ano será publicado um estatuto que regula esta matéria.

Ontem, foi o último dia da apresentação pela Sr.ª Secretária Chan das LAG sobre a administração e justiça. Findo esse debate liguei o meu telemóvel e não pararam as chamadas de funcionários públicos. Os fiscais da Direcção dos Serviços de Economia da sua tutela telefonaram para mim. Perguntei-lhes: porque me telefonam? Responderam que não estavam contentes. Respondi: não estão contentes, então além de me ligarem deveriam também telefonar aos meus colegas. Bem, em geral, quando me telefonam os funcionários públicos, eu costumo dizer-lhes que se juntem a outros colegas para exercerem maior pressão sobre o governo.

Contaram-me porque ficaram descontentes. Ontem o meu colega Cheong Lap Kwan (não está presente hoje) falou na “cultura de café” antes do retorno à Pátria. Como eu não estava presente devido à entrevista da MASTV, inquiri junto dos meus colegas para me inteirar de que se tinha passado.

Segundo me referiram os colegas, antes do retorno à Pátria os fiscais da DSE deslocavam-se às fábricas para inspeccionar a origem da roupa a exportar. Aí começava a tal “cultura do café”. Se os fiscais não recebessem dinheiro para o “café” os artigos de roupa e confecções não seriam embarcados. Perderiam o barco e teriam de ser exportados por via aérea. Tomei conhecimento destas declarações e respondi-lhes que, de facto, era uma referência injusta. Justifico hoje o que foi dito pelo Sr. Cheong Lap Kwan. Um caso não significa uma situação generalizada. Foram casos pontuais. Acredito que a maior parte dos fiscais, incluindo todos os funcionários públicos de Macau, é pessoal dedicado e íntegro. Disse-lhes mais: trabalhem com dedicação. Portanto, pedia ao Sr. Secretário que falasse com o respectivo director da DSE para tranquilizar os referidos fiscais. Uma vez que a maior parte dos residentes de Macau acredita que os funcionários públicos são íntegros e agem com transparência.

Quero falar um pouco sobre a “cultura do café” e a integridade antes e depois do retorno à Pátria. Lembro-me que um colega meu que está presente hoje neste plenário retratou isto de forma engraçada. Durante os 450 anos da administração portuguesa a população de Macau teve de suportar os “piratas” que comeram todos os peixes, sobrando apenas as espinhas. Mas depois do retorno à Pátria, alegaram que tudo estava bem, por vigorar a “Lei Básica”. “Macau é governado pelas gentes de Macau” e goza de “alta autonomia” que, no fundo, é alta corrupção.

Porquê? Chegaram a Macau os piratas que comeram não só a carne como também roeram o osso. Nada ficou! Acho que a descrição do meu colega tem muita piada! Sinceramente lhe digo Sr. Secretário, o número dos serviços públicos da sua tutela foram reduzidos cada vez mais. Bem, isso não importa. O Sr. Secretário tem muita sorte, uma vez que depois do retorno à Pátria, não tem de lidar com as quotas de exportações. Recordar-se que na década 80, muitos comerciantes enriqueceram com as quotas de exportações? Aproveitavam as quotas de exportações anuais, sem terem de fazer nada, e obtinham ganhos no valor de mais de 100 milhões de patacas.

Naquela altura era muito “lucrativo” trabalhar na Direcção dos Serviços de Economia e quem mais “lucrava” era para quem concedia quotas. Só que não era qualquer funcionário de base que concedia quotas. Só funcionários de alto nível concediam quotas e esses ficaram ricos.

O que quero dizer com isto... Já não sei como hei-de dizer... Bem, de qualquer forma, a maior parte dos comerciantes de Macau não exigia aos funcionários de alto nível que tomassem atitudes condenáveis. O que aconteceu foi que alguns comerciantes ofereciam “Lai Sis” para resolver os seus problemas. Só que os que ofereceram um “Lai Si” a quem concedia quotas, ficavam logo expulsos, uma vez que apenas com um “Lai Si” não era tão fácil comprar funcionários de alto nível.

Ora bem, voltando ao assunto em causa, Sr. Presidente, depois da intervenção do Sr. Secretário ontem tenho uma sugestão a dar. Poderemos mudar esta forma de debate de uma pergunta, uma resposta? Porque debate é sempre debate. Porque apresento esta sugestão? O Sr. Chefe do Executivo esteve presente na AL e teve um desempenho ousado. O que merece ser aplaudido: ele respondeu a cada uma das perguntas dos Srs. Deputados. De qualquer forma, foi um bom início.

Se Sr. Chefe do Executivo actuou desta forma porque não Sr. Secretário? Por exemplo, ontem, no debate das LAG a Sr.^a Secretária Chan não respondeu a nada, nadinha, ignorou as minhas perguntas. Bem, esta é a minha sugestão, espero...

Presidente: Sr. Deputado Pereira Coutinho, intervenha em torno dos temas de hoje, pois é o debate das LAG. Pode apresentar-me essa sua sugestão no fim do plenário.

José Pereira Coutinho: Está bem. Espero que o Sr. Presidente tenha em mente a minha sugestão. Tenho outra opinião...

Presidente: Depois do plenário. Debate as LAG.

José Pereira Coutinho: Está bem, está bem. Então, mando-lhe por escrito, está bem?

Presidente: Está bem.

José Pereira Coutinho: Está bem. Abordo o primeiro tema, Sr. Secretário. Muitos residentes com que me cruzei e outros que me telefonaram perguntaram-me recentemente por que razão o montante de comparticipação pecuniária encolheu? Só duas mil patacas? Eles foram realistas: de quatro mil ficaram duas mil; o montante para a conta de poupança central passou de dez mil para seis mil. Portanto, cada um recebe menos de seis mil de patacas!

Isto é muito realista! Nas LAG não se encontra justificação deste

corte. Esteve presente na AL o Chefe do Executivo no dia 16 e no dia 17 foi publicada uma medida especial envolvendo um montante de MOP51 milhões; sim, parece que são 51 milhões de patacas. Coloco a primeira questão. Por que razão não anunciou esse conjunto de medidas nas LAG em vez de as anunciar uma a uma? E levou a que os residentes desconhecem as medidas que os afectavam este ano! A pressão provocada pela inflação torna-se cada vez maior, juntamente com a valorização do RMB, registando-se preços altos para bens de primeira necessidade, incluindo vegetais e carnes. Por que razão não toma medidas mais ousadas para que todas as pessoas se sintam... A actualização dos funcionários públicos - não é aumento salarial -, mas sim uma actualização que não vem das duas mil patacas que era atribuídas aos residentes. É importante esclarecer isto! Espero que o Sr. Secretário venha a esclarecer isto nas LAG.

Está em vigor o regime do salário mínimo em Hong Kong. Então e em Macau? Sr. Secretário, pode-nos adiantar um pouco sobre isto? Espero muito que... Antes alguns colegas referiram sinais que mostram que há quem aufera salários muito baixos. Há ou não espaço para debater esta questão?

Uma terceira questão incide sobre o combate ao trabalho ilegal. Há muitos anos surgiu este problema: ao fim e ao cabo, tudo tem a ver com o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos; tem a ver com a imagem do governo da RAEM. Sinceramente, não deve alimentar essa imagem do governo da RAEM: os poderosos podem fazer tudo e outros nada podem fazer. Então os governantes podem fazer tudo, e a população nada pode fazer?

Deste problema deriva de outro problema que é o mecanismo de queixas. O mecanismo de queixas da DSAL é um mecanismo responsável? Este problema já foi levantado pelo meu colega: apresentaram-se queixas à DSAL e nada foi resolvido durante mais de uma década.

Outra questão. Muitas associações são associações sindicais que servem para aliviar pressões que recaem sobre o governo no que diz respeito à conciliação ou à ajuda aos queixosos. Por que razão a DSAL não quer aproveitar esta plataforma? Porque não quer manter uma relação de cooperação com as associações em vez de actuar sozinho? Porque acha que estas associações não servem para nada? Há cada vez mais trabalhadores procurando a ajuda das associações para resolver os seus problemas. Os queixosos não têm assim tanto tempo para prestar depoimentos, por isso, procuram a ajuda dos outros para resolver os seus problemas, para arranjar outro emprego. Sr. Secretário, tendo em conta o artigo 27º da Lei Básica, as Convenções 97º e 87º da Organização Internacional do Trabalho, sobre o direito de organização e de negociação colectiva, está na altura certa para a sua regulamentação; não pode adiar mais. A plataforma associativa será construtiva para a harmonia da sociedade.

Outra questão incide sobre as casas do governo. Em 2005 perguntei ao Sr. Secretário várias vezes sobre a situação de milhares de casas. Presentemente, restam ainda algumas centenas. É possível ajudar com essas casas os funcionários públicos que tenham baixos rendimentos, que tenham famílias numerosas, o que torna difícil arrendar casas? As rendas de casas estão inacessíveis! É possível que eles beneficiem um pouco dessa regalia para que, de facto, se sintam que os funcionários públicos são recursos importantes tal como afirmou o Sr. Chefe do Executivo nas LAG?

Outra questão. Da Universidade de Macau saem anualmente muitos licenciados em língua portuguesa. Sr. Secretário sabe quantos se licenciam por ano? A importância da plataforma desempenhada pela língua portuguesa foi reiterada pelo Primeiro-ministro Wen e na apresentação do Sr. Secretário foi também dito que o futuro pertence aos jovens, mas na administração da RAEM que áreas estão abertas para eles?

Segundo informação que me fizeram chegar, findo o curso superior aqueles licenciados deparam-se com dificuldades de arranjar emprego quer no sector público, quer no sector privado.

Sob a tutela do Sr. Secretário funcionam duas entidades autónomas, sendo primeira o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento e a segunda a Autoridade Monetária de Macau. Quero perguntar se é possível ou não.... Uma vez que recebi muitas queixas: depois da publicação do regime das carreiras com novo índice, muitos funcionários ainda não vieram o seu índice aumentado o que os desmoraliza. Até à presente data muitos funcionários de outros serviços públicos já receberam novo índice, mas tal não sucedeu com os trabalhadores das referidas entidades autónomas.

Tenho dito, Sr. Secretário. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Na página 80 das suas LAG refere-se o reforço da gestão do mercado quanto aos preços de bens de primeira-necessidade, o fornecimento do arroz entre outros. Penso que o Sr. Secretário deve ter bem claro que no debate dos últimos dois dias as matérias relativas à inflação, aos preços de cereais, óleos alimentares e géneros alimentícios, a diferença dos preços entre o Interior da China e Macau, mereceram a atenção dos Srs. Deputados e de toda a população.

A margem de lucro de quem importa produtos do interior da China para Macau, neste caso, artigos que são importados a preço baixo mas acabam vendidos a preço alto, é o cerne do problema. Identificado o cerne do problema então deve procurar soluções. A quem compete resolvê-lo? Será o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais? Será a Direcção dos Serviços de Economia? Serão os Serviços de Alfândega? Ou será o Conselho de Consumidores? Caso contrário, estamos a falar para o boneco!

Coloco ao Sr. Secretário esta questão: a quem cabe fiscalizar as etapas e preços dos produtos chegados a Macau do interior da China? Será o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais em cooperação com outros serviços? A quem cabe acompanhar isto? Pode dar uma resposta clara aos cidadãos?

Outra questão incide sobre as medidas que regulam as transações de imóveis. Este ano é de crer que as receitas do jogo batam novo recorde e que a taxa de desemprego seja baixa. Mas, devido a influências externas, aos altos preços dos imóveis, à inflação elevada, à valorização do RMB e depreciação da pataca, tornam-se mais notórios os problemas da vida quotidiana da população. A área da economia e finanças mexe com o quotidiano da população. Assim, coloco ao Sr. Secretário várias questões e também manifesto as minhas próprias opiniões.

À secretaria para os transportes e obras tem vindo a regulamentar o mercado imobiliário. Mas compete à secretaria para a economia e finanças aplicar a política fiscal e, assim, dispõe dos meios mais importantes para regulamentar o mercado. O governo é um corpo uno e a condução da acção governativa requer cooperação inter-áreas a nível técnico.

O mercado imobiliário é um indicador importante do sistema e da economia de mercado. No entanto, nas LAG da área da economia e finanças são escassas as referências à regulamentação do mercado imobiliário. Quanto a esse fenómeno colocaria esta pergunta: considerando a “fundamentação das opções políticas em estudos científicos” estas LAG basearam-se em estudos científicos? As competências estão claramente divididas e, tal como o ditado, “na água do poço não pode misturar-se a água do rio”. Bem, o Sr. Secretário Lau implementou “dez medidas do Lau”, entre as quais a revisão do imposto de selo especial sobre a transmissão de bens imóveis e a redução das contribuições prediais são matérias que abrangem diversas áreas. Então, a implementação das tais políticas não se atrasou, perdendo-se o momento certo para a sua introdução?

Possuir habitação própria é ambição generalizada. A aplicação de medidas de controlo rigoroso do mercado imobiliário no interior da China e a aplicação das políticas monetárias expansionistas nos Estados Unidos preocupam toda a população de Macau. Muito “dinheiro especulativo” e especuladores vão entrar nos mercados de Hong Kong e de Macau, inflacionando ainda mais o sector imobiliário. Será ainda mais difícil a compra de habitação pelos residentes de Macau. Isto preocupa também a sociedade de Hong Kong. Para combater a especulação imobiliária John Tsang Chun-wah, secretário para as finanças de Hong Kong, anunciou há dias que, tendo em conta o imposto do selo de 4,25% existente, sobre os imóveis que sejam vendidos dentro de dois anos será aplicado um imposto adicional entre 5% a 15%. Em declarações aos jornalistas afirmou que para combater a especulação imobiliária irá aplicar as medidas devidas sem hesitação!

As políticas de controlo do mercado imobiliário de Hong Kong, competem ao secretário para as finanças, e sob a sua tutela funcionam o “Departamento de Desenvolvimento Económico”, a “Autoridade Monetária”, além do “Departamento do Tesouro e Finanças”, que têm competência no âmbito dos assuntos relativos a terrenos, crédito e impostos. Sob a tutela do secretário-principal para a administração funciona o “Departamento de Transportes e Habitação” no âmbito dos assuntos relativos à habitação.

No interior da China, sob a liderança da Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma, compete ao Ministério da Terra e dos Recursos Naturais da China controlar a gestão de terrenos. O Ministério de Habitação e Desenvolvimento Rural tem funções de fiscalização e a Comissão Reguladora dos Bancos da China concede empréstimos. A Administração Tributária do Estado define políticas fiscais e o Departamento Central de Estatísticas compila informação. Portanto, trata-se de um mecanismo de acção conjunta envolvendo diversos ministérios e departamentos.

Em Singapura compete ao “Housing Development Board” (semelhante aos nossos serviços de obras públicas e transportes) construir habitações públicas, controlar o mercado imobiliário privado e definir preços de imóveis.

Talvez haja quem diga que em Macau compete à secretaria para a

economia e finanças políticas fiscais definir medidas e à secretaria para os transportes e obras públicas divulgá-las. Portanto, é uma articulação mútua. Mas o Fundo de Segurança Social foi passado para a secretaria para os assuntos sociais e cultura e o Fundo de Pensões foi transferido para a pasta da secretaria para a administração e justiça. Face a esta mudança, face a solicitações da sociedade, vai o governo criar em bases científicas uma entidade responsável pela definição de políticas de habitação e regulação do mercado imobiliário? Se dependesse apenas da secretaria para os transportes e obras públicas, não estaríamos ante um caso em que a vontade não corresponde à capacidade? Não deverá empenhar-se mais o responsável pela economia e finanças de Macau?

Outra questão incide sobre as políticas de apoio às PME's. Quem explora a indústria de manufaturação e de restauração em Macau são as PME's ou até micro-empresas. Estes operadores mantêm as boas tradições de Macau e sabem qual o seu lugar na sociedade.

Para assegurar a prosperidade da empresa, trabalha toda a família - pai, mãe e filhos, que são patrão e empregados ao mesmo tempo, com o objectivo de ganhar o pão do dia. Em Macau há 30 mil empresas deste género. 80% das empresas que não têm empregados contratados ou têm menos de quatro empregados. Apesar da sua dimensão diminuta há responsabilidades financeiras e administrativas. O patrão e os empregados executam várias tarefas, mas quando um empregado se demite, ou quando não se consegue contratar trabalhadores, ou quando não é possível colmatar esta falta, põe-se em causa o negócio e arrisca-se até à falência.

Cito um exemplo. A loja de sopa de fitas "Vong Chi Kei" há dias publicou um anúncio nos jornais. Referi isto: encerramento provisório. Quanto a isso nas LAG fala-se em simplificar as formalidades de requerimentos para a importação de mão-de-obra e encurtar o tempo de apreciação dos mesmos. Acredito que o governo da RAEM vai tomar opções políticas em conformidade com a realidade. No entanto, na prática, segundo muitos operadores das PME's, não se nota o resultado dessa simplificação.

Sr. Secretário pode esclarecer melhor o sector: afinal de contas, como foram simplificadas as formalidades sobre os requerimentos para a importação de mão-de-obra? Como foi encurtado o tempo para apreciar requerimentos? Por exemplo, quantas formalidades foram simplificadas? Quanto tempo foi ganho? Num negócio que não seja lucrativo, ou não chegue para pagar salários, nenhuma PME irá contratar trabalhadores. As dificuldades das PME's continuam a passar pela carência de mão-de-obra. São muitas as dificuldades para mudar de actividade, os custos de exploração não param de subir e tudo isto coloca grandes dificuldades às PME's.

Nas LAG para o próximo ano refere-se que na primeira metade do ano corrente fecharam 44 fábricas e que as exportações de têxteis e vestuário caíram para metade face ao período homólogo. Isto mostra a recessão acentuada das indústrias tradicionais. Nas LAG reitera-se a promoção da reconversão industrial, mas anunciaram isso há anos. Face às exigências da diversificação das indústrias, face à recessão das indústrias tradicionais, que soluções o governo avança para promover essa reconversão?

Quem explora um negócio percebe que têm de enfrentar as dificuldades. Nas LAG refere-se que irão continuar a estudar medidas que visem baixar custos de exploração das PME's. Essa iniciativa pode provar a preocupação do governo da RAEM para com as dificuldades da população, mas quanto tempo levará esse

estudo? Quando serão conhecidos os resultados?

Nos últimos anos o governo implementou vários planos para apoiar as PME's na obtenção de crédito. Bem, para algumas PME's esses planos podem ser úteis. No entanto, perante as pressões derivadas do aumento dos custos de exploração, acredito que a maior parte das PME's não vai recorrer permanentemente a empréstimos.

Na primeira metade deste ano as receitas cifraram-se em 35,52 mil milhões de patacas, dos quais, 90% resultaram do imposto de jogo. Perante estas receitas fiscais e despesas orçamentais gigantescas o imposto pago pelas PME's revela-se insignificante. Mas de 99% das empresas são as PME's, envolvendo 60% da população activa.

As PME's ocupam um peso muito significativo na composição da economia de Macau e representam um factor vital no quotidiano da população e para o desenvolvimento económico sustentável. Durante a sua visita a Macau o Primeiro-ministro Wen afirmou, além de se prosseguir a diversificação adequada da economia, é também preciso desenvolver as PME's.

Perante as exigências de diversificação adequada da economia, além das medidas de costume, que medidas o governo da RAEM propõe para ajudar as PME's a reconverterem a sua actividade, a sobreviverem? Sr. Secretário pode-nos adiantar pormenores? Obrigado.

Presidente: Cinco Srs. Deputados já usaram da palavra. Antes do intervalo convido o Sr. Secretário Tam a dar respostas. Vamos fazer um intervalo às 17h15. Pode responder primeiro.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Obrigado, Sr. Presidente e agradeço aos cinco Srs. Deputados pelas questões colocadas.

As questões colocadas pelos cinco Srs. Deputados foram de várias ordens, abrangendo diversos aspetos. Segundo o meu entendimento, na sua maioria, concentraram-se mais nos aspectos relativos às PME's e aos recursos humanos. Quanto a outras questões terei de responder mais logo quando tiver mais tempo. Agora, respondo primeiro a questões acerca de recursos humanos e PME's. De notar que nas LAG encontram-se já referidas estas matérias e na apresentação que acabei de fazer referi também políticas e medidas de apoio em termos de recursos humanos. De forma que não vou repeti-las.

Nas LAG referem-se as estratégias das políticas de recursos humanos que consistem na coordenação que articule bom aproveitamento, desenvolvimento, importação e coordenação. A nossa consideração incide sobre estes aspectos que igualmente fazem parte integrante da política de recursos humanos. Face a uma série dos problemas derivados da falta de recursos humanos, não podemos focar a atenção apenas na importação: "Considerando que a falta de recursos humanos prejudica o desenvolvimento económico, então, é preciso importar mão-de-obra". Portanto, a nossa política de recursos humanos tem em consideração os quatro aspectos que acabei de referir.

Destas vertentes a consideração prioritária incide sobre: "bom aproveitamento e desenvolvimento". De notar que as políticas de desenvolvimento económico implementadas pelo governo passam por melhorar o nível de vida dos residentes e uma ampla partilha dos proventos do desenvolvimento económico de Macau.

Estas são as metas das políticas económicas. Tendo em conta as metas das políticas de recursos humanos, antes do mais, a nossa preocupação é melhorar o nível de vida dos residentes de Macau, para que possam usufruir racionalmente dos frutos do desenvolvimento económico.

Na ponderação das políticas de recursos humanos, o “bom aproveitamento e desenvolvimento” prevalecem sobre a “importação”. Só há lugar a “importação” quando se verifica a insuficiência da mão-de-obra local; só nesta situação é que a “importação” é considerada. Por outras palavras, a mão-de-obra será importada apenas quando os recursos humanos locais se revelarem insuficientes.

É nossa esperança que sejam bem aproveitados os recursos humanos locais pelas empresas de Macau independentemente da sua dimensão. Numa política de desenvolvimento o essencial a considerar é o bom aproveitamento dos recursos humanos locais, ou seja, contratar os residentes locais.

Quanto ao “bom aproveitamento” - apresento as minhas opiniões para compararem - consiste em utilizar os recursos humanos locais de forma prioritária, poupadora, hábil e solidária. No âmbito do “bom aproveitamento” importa que os residentes locais tenham prioridade na contratação e oportunidades para cargos importantes.

Por exemplo, se tivermos dois empregados como aproveitar a sua capacidade laboral de forma eficaz? Dispõem de qualificações e recursos técnicos para aumentarem a sua produtividade? Hoje em dia, nas regiões vizinhas, nos grandes hotéis utilizam-se aparelhos para ajudar os empregados a mudar lençóis.

Quanto aos hotéis, os trabalhadores locais de meia-idade não têm força física para levantar colchões, de forma que não conseguem mudar lençóis. Mas, chegaram a considerar a experiência dos hotéis das regiões vizinhas? Admitiram recorrer a aparelhos para levantar os colchões e ajudar os empregados a mudar lençóis? Isto é uma forma de aproveitar devidamente os recursos humanos locais.

Quanto à eficácia produtiva, isto é, como aproveitar a mão-de-obra local potencializando os seus pontos fortes e evitando os seus pontos fracos? Como aproveitar os pontos fortes, as características de Macau, sua cultura, condições e costumes? Ou seja, do ponto de vista de gestão, importa conhecer devidamente melhor as condições e costumes de Macau para aproveitar de forma produtiva os recursos humanos locais.

Como gerir adequadamente e com consideração os trabalhadores locais? Como garantir efectivamente os seus direitos laborais? Nas políticas laborais, nas políticas de recursos humanos, o “bom aproveitamento” dos locais é colocado em primeiro lugar.

O “bom aproveitamento” dos residentes locais implica desenvolver as suas competências. Trata-se de dar formação ou através de outras formas para melhorar as suas competências a nível qualitativo e quantitativo. “Desenvolvimento” significa melhorar o nível técnico dos locais quantitativa e qualitativamente para adquirirem mais capacidade para desempenharem funções num patamar mais elevado.

O que quer dizer “plano quantitativo”? Quer dizer que serão tomadas mais medidas visando os residentes, especialmente os de

meia-idade. Após adoptar medidas de “bom aproveitamento” e “desenvolvimento”, tendo em conta as necessidades e eventual falta de mão-de-obra que possa comprometer o desenvolvimento económico de Macau, será considerada a importação de mão-de-obra. Para superar a insuficiência de mão-de-obra local os requerimentos das empresas serão apreciados e autorizada a importação de mão-de-obra.

Levantaram críticas contra a morosidade e burocracia no processo de apreciação e autorização dos requerimentos das empresas, especialmente das PME's, para importar mão-de-obra. Admito haver margem para melhorias neste sentido. Os meus colegas dos serviços competentes estão a introduzir melhorias nos processos de apreciação e autorização.

Basicamente, temos um prazo definido, ou seja, os requerimentos para a renovação de trabalhadores não-residentes, cujo processo leva dois meses. Quer isso dizer que em dois meses as empresas requerentes terão conhecimento do resultado: foi ou não autorizado o seu requerimento.

Para os requerimentos de importação de mão-de-obra pela primeira vez o prazo que definimos é de dois meses.

Quanto ao apoio às PME's, os Srs. Deputados apresentaram muitas opiniões valiosas que levaremos em linha de conta. Teremos em conta as vossas opiniões aquando do estudo de políticas viradas para apoio às PMES.

Expressaram muitas opiniões sobre recursos humanos e conjugação de políticas nessa matéria. Bem, nas LAG abordamos demoradamente este aspecto e iremos aplicar as políticas de apoio às PME's aí definidas.

Quanto ao desenvolvimento das PME's de Macau posso apresentar algumas opiniões à vossa reflexão. Sim, o governo vai empenhar-se em realizar os respectivos estudos, bem como em implementar as medidas devidas em nosso entender.

Quanto ao futuro, em primeiro lugar, vamos reflectir como orientar as PME's no âmbito do desenvolvimento económico de Macau. Todos concordam que Macau deve assumir uma posição como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Que contributo poderão dar as PME's com o início desta transformação no futuro próximo? Como mudar o seu modelo de exploração ou reconverter a própria actividade para se adaptar a este novo rumo?

Penso que estas questões merecem ser pensadas pelas PME's. Consideremos o passado. Nos últimos anos muitas PME's conseguiram converter actividades graças ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Não diria terem passado para um novo patamar, mas deram um contributo necessário para o desenvolvimento do sector. Cito um exemplo: o Fórum Macau realizado há duas semanas. Na sua preparação participaram mais de 60 empresas de Macau e na sua maioria eram pequenas empresas.

Para organizar uma convenção, uma exposição, são necessários muitos serviços, como, por exemplo, decoração, equipamentos de som, relações públicas, restauração, etc. Parece um excessivamente negócio fragmentado, mas é um negócio! Segundo os nossos dados estatísticos, não completos, participaram mais de 60 empresas de Macau na realização do Fórum. Devido ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições muitas empresas fizeram ajustes

às suas actividades para participarem em novas áreas de negócio.

Portanto, no futuro, como levar as PME's a enveredarem por este rumo? O governo estará empenhado em aplicar medidas para apoiar as PME's a atingirem novos patamares de actividade.

Costumamos dizer que os empresários devem ter espírito empreendedor. Bem os empresários das PME's devem igualmente ter espírito empreendedor. Para progredir penso que o essencial é que as empresas mudem de mentalidade.

Como aceitar mudanças? Como enfrentar desafios perante a necessidade de fazer mudanças ou aceitar mudanças?

Há muitos hotéis que precisam de fornecimento de muitos alimentos. Por exemplo, compra-se carne congelada, carne verde e fruta em elevadas quantidades. Mas muitas PME's consideram não ter condições para esse tipo de negócio. Tal negócio só pode ser feito pelas grandes empresas ou pelas concessionárias do jogo. Quando esses hotéis precisarem de fornecedores seremos convidados a candidatar-nos, a participar em reuniões, mas não reunimos condições para satisfazer as necessidades de tais encomendas. Defendem-se: não temos capacidade frigorífica, portanto, não podemos fornecer carne congelada. Este tipo de negócio não é para nós.

A Direcção dos Serviços de Economia e outros serviços dispõem de recursos financeiros a aproveitar para financiar a compra de novos equipamentos, melhorar a produtividade e a tecnologia. Desejo ver esse espírito empreendedor para aceitarem estas mudanças, estes desafios, além de aproveitarem os recursos disponibilizados pelo governo.

Manifestamos os nossos agradecimentos a muitas associações pela colaboração. Por exemplo, muitas PME's queixaram-se da burocracia das formalidades no processo de requerimento para importar mão-de-obra: as formalidades são complicadas, temos de preencher muitos impressos, etc. Muitas associações fizeram chegar tais opiniões ao governo: as formalidades são muito complicadas, complexas, são demasiado difíceis para muitas PME's.

Há também associações que tomaram uma atitude mais activa: nós ajudamos as PME's a preencher impressos, ajudamos a apresentar requerimentos quando necessário. Quero agradecer muito a estas associações que prestaram grande ajuda às PME's para resolver muitos problemas, incluindo apoio no requerimento para obtenção de crédito junto da DSE. Na opinião de muitas PME's é muito complicado pedir crédito ao governo. Há demasiados impressos a preencher, é preciso apresentar contas. Muitos itens são considerados para concessão de crédito, mas só são autorizados pedidos para comprar espaços de armazenamento, mercadorias, máquinas ou adesão a *franchises*.

Contudo, não é bem assim. No plano de concessão de crédito da DSE foram aprovados quatro mil pedidos e as empresas ainda estão a pagar as suas dívidas. Portanto, quatro mil empresas viram pedidos de obtenção de crédito autorizados.

As verbas disponíveis, no valor de mais de meio milhão de patacas, não visam apenas comprar máquinas. Os pedidos de crédito para exploração de actividade são também alvo de autorização. Muitas associações comerciais trabalharam muito para ajudar as PME's na obtenção destas verbas concedidas pelo governo.

Além de orientar as PME's a participar em projectos no âmbito de novas áreas de desenvolvimento económico definidas pelo governo, estamos também a pensar em promover, impulsionar e orientar projectos de carácter mais restrito.

Sabe-se que foram com sucesso criadas a “Rua do Souvenir”, a “Rua das Frutas” em zonas de pequena dimensão. Em Hong Kong foram criadas a “Rua de Mariscos Secos”, a “Rua de Cartões de Convites”. Dinamizar pequenos projectos para nichos de mercado é compatível com as grandes linhas do desenvolvimento económico de Macau.

Quando à “feira nocturna” podem não ser precisos terrenos para bancas explorarem a actividade de restauração. Criar uma “feira nocturna” pode ter lugar nos bairros antigos ou na zona norte onde se concentram vários restaurantes de bom nível cujos horários podem ser adequados ao projecto devidamente com publicidade. Assim, será possível criar uma “feira nocturna” em zonas de dimensão pequena.

Nos bairros antigos sabemos que existem muitas lojas pertencentes a associações de beneficência cuja renda é bastante baixa. Muitos comerciantes arrendam essas lojas e devido à renda diminuta que pagam não fazem investimentos.

Como alterar essa mentalidade revitalizar essas lojas situadas nos bairros antigos, aproveitá-las para desenvolver uma economia em zonas de pequena dimensão?

Para desenvolver uma economia em zonas de pequena dimensão é preciso mudar a mentalidade dos empresários. Por exemplo, há quem queira fazer negócio de restauração ou de venda e, assim, sem articular estratégias não é possível potencializar a economia em zonas de pequena dimensão. No entanto, se mudarem de mentalidade temos isto: o sucesso para criar uma área de exploração económica viável em zonas de pequena dimensão é o sucesso de quem participe. Quando uma zona prospera, todos prosperam.

Se todos enveredarem pelo desenvolvimento de zonas de pequena dimensão, se calhar no futuro, Macau poderá contar com muitos casos de sucesso.

Portanto, quanto ao desenvolvimento das PME's há muitos aspectos a considerar, a promover, mas implicam esforços conjuntos, a colaboração conjunta de todos os sectores. Isso é praticável a nosso ver e também compatível com os objectivos principais de desenvolvimento económico de Macau.

Sr. Presidente, tenho dito.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de meia hora. Regressando do intervalo seis Srs. Deputados vão usar da palavra e, a seguir, passo a palavra ao Sr. Secretário. Se as questões colocadas não obtiveram resposta depois do intervalo poderá continuar a responder. Vamos fazer um intervalo agora.

(Intervalo)

Presidente: Bem, vamos prosseguir o plenário. Dou algum tempo ao Sr. Secretário para responder às questões levantadas pelos cinco Srs. Deputados. A seguir vão usar da palavra seis Srs. Deputados. Faça o favor, Sr. Secretário.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam:
Obrigado, Sr. Presidente.

Respondo apenas às questões dos Srs. Deputados. A Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang colocou perguntas sobre a fiscalização do sector do jogo e o jogo responsável. É uma questão premente. Terei em consideração com toda a certeza as opiniões da Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang na definição de políticas, nomeadamente no que diz respeito ao jogo responsável que é matéria de vulto nas LAG para o próximo ano.

Achamos também que devemos dar mais atenção ao jogo responsável já que o sector do jogo está em expansão. Por isso, na condução das LAG no próximo ano iremos juntamente com outros serviços competentes avançar com iniciativas nesta matéria.

O Sr. Deputado Chan Chak Mo levantou uma questão sobre a importação de pessoal qualificado. Bem, nos últimos anos cerca de 500 pessoas altamente qualificadas por ano estabelecem residência em Macau. A Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang já referiu isso. Nos últimos anos temos por ano 500 técnicos a permanecer em Macau. Até Setembro de 2010, considerando os últimos dez anos, 4 100 pessoas altamente qualificadas integraram a importação de mão-de-obra.

O Sr. Deputado Fong Chi Keong falou em políticas monetárias expansionistas e no Centro Mundial de Turismo e Lazer, entre outras matérias. Bem, como são temas bastante vastos, responderei de forma detalhada mais logo quando tiver mais tempo.

Quanto às indústrias criativas e culturais, penso que quando o Sr. Secretário Cheong U estiver presente na AL... porque ele é a pessoa mais indicada para responder a essas questões.

Em relação à cooperação económica regional, nomeadamente no que diz respeito à exploração da Ilha de Hengqin, além do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Ilha de Hengqin, estão em curso as negociações entre o governo da RAEM e Zhuhai sobre a implementação de um parque das indústrias criativas e culturais. Quando estiver implementado o referido parque, na área da economia e finanças, iremos ajudar mais PME's a informar-se melhor sobre o plano de desenvolvimento do referido parque, para que as PEMs obtenham oportunidades de investimento. Quanto a isso, vamos com toda a certeza a dar mais atenção.

O Sr. Deputado Pereira Coutinho levantou uma questão sobre salários mínimos. Quanto a isso, a posição do governo está bem clara: no próximo ano, iremos tomar iniciativas de promover debate sobre esta matéria entre as várias partes com vista a chegar a um consenso entre as partes laboral e patronal, para promover a regulamentação de salários mínimos. Portanto, no próximo ano, vamos tomar iniciativa.

Em relação às tais centenas casas do governo, já estudámos com a secretaria para a administração e justiça para disponibilizar tais casas para arrendamento aos funcionários públicos que tenham necessidade. Quanto a isso, estamos a estudar para implementar o mais cedo possível o plano.

No tocante ao estudo sobre as novas carreiras do pessoal da Autoridade Monetária de Macau e do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, a área da administração e justiça está a pensar em uniformizar a alteração das carreiras destes dois

organismos incluindo outros organismos do género. Penso que este estudo não demora muito tempo. Estaremos atentos a evolução desta matéria.

Quanto às questões do Sr. Deputado Chan Meng Kam, bem, em relação aos preços dos bens de primeira-necessidade diário praticados em Macau, os serviços competentes incluindo a Direcção dos Serviços de Economia, Conselho de Consumidores e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais mantêm-se contactos estreitos para estudar juntamente o reforço da gestão e fiscalização desta matéria.

Isto é um pouco semelhante ao estudo sobre o desenvolvimento do mercado imobiliário, recentemente foram aplicadas “dez medidas” pelo Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, coordenado pelo Secretário Lau. Estas “dez medidas” foram estudadas por tal grupo composto pela Direcção dos Serviços de Finanças, pela Autoridade Monetária de Macau que são da área da economia e finanças. Estamos acompanhar de perto este grupo de trabalho para realizar estudo em conjunto.

De referir que esta matéria não é exclusiva da área das obras públicas ou de outras. Esta é uma política para promover o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário, através do referido grupo de trabalho que o Sr. Secretário Lau coordena, com a participação activa dos serviços competentes. Portanto, esta matéria não é tratada por uma área, por exemplo, o chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças também é membro do referido grupo de trabalho.

Sr. Presidente, respondo a outras questões mais logo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Li com muita atenção as LAG da área da economia e finanças do Sr. Secretário Tam, descobri que os problemas apontados em meados do ano corrente continuam a existir. Devido ao tempo limitado, levanto apenas três questões com esperança de obter mais atenção do Sr. Secretário.

Primeira questão. Segundo o resultado do estudo feito por especialistas, estudiosos e residentes, quem é o verdadeiro avariado não são vocês, mas são outros. Vamos estudar: como fazer com que alguns governantes não sejam avariados?

Vejam o Relatório da Execução do Orçamento deste ano, afinal, em três anos consecutivos a taxa da execução orçamental pelos serviços públicos não foi superior a 50%! Por outras palavras, as LAG foram lindamente elaboradas, mas foram apenas “lindamente” superficialmente. Houve quem quisesse executar o orçamento ou ninguém quis executar o orçamento? Quero colocar uma questão. Cito um exemplo: o custo de um trabalho orçamentado era 100 patacas, mas vocês gastaram apenas 40 patacas e pronto. Com isto alguém foi promovido a um cargo superior, pela poupança de muito dinheiro.

Só que deviam gastar 100 patacas para salvar pessoas “à beira de morte”: empresas à beira de falência e aos desempregados. O que

fizeram? Foram poupar dinheiro, o que significa inércia! Abraçaram o dinheiro, não queriam gastá-lo e só gastaram apenas 40 patacas. Resultado? Nada foi comprado! Não salvaram ninguém! Tudo ficou mal feito!

A baixa taxa da execução orçamental repetiu-se em três anos seguidos. Tinham dinheiro mas não queriam gastá-lo. Como se melhoraria o nível de vida da população? Como é que a população ficaria satisfeita perante gente como aquela? No governo, não está implementado o regime de responsabilização. Não pode ser. A situação actual em Macau é esta: em três anos seguidos, a taxa da execução orçamental não foi superior a 50%. Com isto, estão paradas obras, os operários ficaram desempregados.

Alguns especialistas, estudiosos e residentes contaram-me que até construtores de construção civil ficaram desempregados. Então, não seria necessário apurar a responsabilidade? Em três anos consecutivos, a taxa da execução orçamental não foi superior a 50%. Com isto, a sociedade ficou cheia de problemas, o nível de vida baixou. Por exemplo, o orçamento dos investimentos públicos entre 2007-2009 era 30.000 milhões de patacas, após ajustamentos, ficaram apenas 20.000 milhões de patacas. A taxa da execução dos últimos três anos em média foi apenas cerca de 40%, inferior a 50%.

Excluindo os efeitos provocados pelos investimentos públicos e subsídios no nível de vida da população, vamos ter-nos apenas conta isto: em Janeiro de 2007, o câmbio entre RMB e patacas era 100=103,37; em Dezembro de 2009, 100 = 116,88, um aumento de 13,51%.

Fazemos as contas simples, nos últimos três anos, o orçamento para os investimentos públicos destinados a “salvar vidas” não gasto é de 12.573 milhões de patacas. Se tivesse sido executado o tal orçamento a 100% em 2011, de acordo com o plano e tudo ficasse bem feito, o governo gastaria mais 1.698 mil milhões de patacas, mesmo depois de multiplicar o aumento de 13,52% face ao RMB. Que conceito é esse de 1.698 mil milhões? Foram causados prejuízos desnecessários!

Por exemplo, tendo em conta que o montante actual de pensão de velhice é de 1700 patacas por mês, se esse montante de 1.698 mil milhões de patacas fosse atribuído a idosos durante três anos, sairiam beneficiados 26.952 idosos. Que bom se o governo movimentasse esse dinheiro para ajudar a comunidade fragilizada! Se assim fosse, pelo menos, elogiavam-vos a vocês, governantes, o descontentamento diminuía, a sociedade ficaria mais harmoniosa.

Se o tal orçamento fosse executado atempadamente, agora havia menos desempregados; tinham emprego todos os anos; não faltava mão-de-obra e a população não ficaria com tanta fúria. Agora, tinham dinheiro, mas não queriam gastá-lo. Vejam bem: em três anos, as receitas do cofre público estão extremamente abundantes! Porque não querem ajudar com dinheiro a população, as empresas? Estão com consciência tranquila perante todos os residentes de Macau, perante as PME's, perante o chefe do executivo, perante o primeiro-ministro Wen?

Ainda se lembram das palavras do primeiro-ministro Wen durante a visita a Macau? Ele disse: as despesas públicas a realizar pelo governo da Macau devem virar-se mais para o melhoramento do nível de vida da população. O Sr. Primeiro-ministro Wen é um bom primeiro-ministro que se aproxima muito do povo e muito competente. Ele aproxima-se muitas vezes do povo para ajudar a

resolver problemas. E vocês? Só sabem agarrar-se ao dinheiro? Mas para quê?

Agora, queríamos mesmo saber quem é o avarento! Vamos fazer pesquisa na Internet para o encontrar. Depois de o ter encontrado, perguntávamos-lhe: que dificuldades tinha? Vamos juntamente ultrapassá-las! Não façam isso, pois ninguém ficou bem. Sob o princípio de “predominância do Executivo”, compete aos Srs. Deputados apoiar e colaborar com os trabalhos do governo, mas compete a nós também fiscalizar o trabalho do governo. Tal como o Sr. Primeiro-ministro Wen disse: as despesas públicas devem inclinar-se mais para o melhoramento do nível de vida da população. Mas não vejo nada que tenha sido feito neste sentido. Nas LAG, o governo afirmou: realizar despesas tendo em conta as receitas para equilibrar o orçamento.

Na realidade, nunca o governo consegue equilibrar o orçamento! Porque em anos consecutivos, o cofre público anda muito cheio, mas os investimentos públicos encolheram! Resultado? O nível de vida da população foi melhorado? Claro que não foi. Não sei como hei de dizer... mas sabe isso claramente.

Os governantes andam com a mentalidade da inércia, ignorando as dificuldades da população. Na opinião dos cidadãos, dos especialistas e estudiosos, enquanto não se aplicar o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, os cidadãos não teriam vida fácil. Os governantes da pasta das finanças, estão bem cientes de que o orçamento do governo possui em si seu alvo e oportunidades, quando o tempo passou, torna-se muito difícil recuperá-lo.

Ah, pronto, o que passou já passou, não vale mais a pena falar nele, para não ficar mais irritado. Espero que os tais governantes venham a ganhar mais juízo para resolver os problemas já apontados pelo governo transparente. A quem compete resolver isso?

A sociedade de Macau é uma sociedade harmoniosa, se há dificuldades, vamos conversar tendo em conta o interesse público. Deve criar o mais cedo possível um canal de comunicação formal ou informal entre as cinco secretarias. Sr. Secretário, faça o favor de fazer o sacrifício de tomar iniciativa de criar esse mecanismo de comunicação entre os governantes, com vista a resolver os problemas com os referidos avarentos.

Segunda questão incide sobre uma situação injusta existente na sociedade. O governo só se preocupa com as empresas de capital estrangeiro em termos de políticas, descuidando completamente das PME's locais. Lembro-me que o Sr. Secretário disse: em Macau há mais de 80% empresas que são micro-empresas. A meu ver, embora sejam pequenas, contribuam pouco para o PIB, face às empresas de capital estrangeiro, mas, onde alimentam uma grande percentagem da população activa em Macau! Estas empresas podem desempenhar uma função estabilizadora da sociedade. Em casos de falência, os pequenos patrões e empregados das micro-empresas pediam todos ao governo subsídio, não seria mais grave?

Recordo-me que no início do ano corrente, nas LAG foram anunciadas muitas políticas visando apoiar as PME's e micro-empresas. E este ano, foram anunciadas ainda mais políticas nas LAG. Mas, na realidade, vocês aprenderam alguma coisa com o primeiro-ministro Wen e com o chefe do executivo que visitam frequentemente as PME's para saber as suas dificuldades?

Cito outro exemplo. Se forem à falência as micro-empresas que vendem “Wan Tan” com massa e pregos no pão, ficarão extintas as indústrias tradicionais. Se calhar, os residentes e turistas terão de ir a hotéis de cinco ou seis estrelas, quando quiserem comer “Wan Tan” com massa. Cito mais um exemplo. Nos dias de descanso, quando um trabalhador não quer dar trabalho à mulher e quer jantar fora, terão de jantar num hotel de cinco estrelas porque os restaurantes estarão fechados. Sinceramente, quem tem dinheiro não consegue encontrar a comida que quer.

Perante esta situação, não se fale em transformar Macau numa plataforma de serviços do comércio, colocar-se-á em causa se Macau conseguiria ou não desenvolver-se numa cidade de turismo e lazer. Sem conseguir desenvolver essa plataforma de serviços do comércio nem transformar numa cidade de turismo de lazer, ninguém tinha nada a fazer, o que seria preocupante!

Estamos sempre a ouvir o governo afirmando ter apoiado as PME locais. Quando se perguntou ao governo sobre o resultado desse apoio, o governo apresentou logo um monte de dados para provar isso. Só que com tanto apoio, porque tantas PME foram à falência? Caso não me engane, 800 foram à falência, 400? Também foram muitas.

Na realidade, há cada vez mais micro-empresas que não conseguem aguentar mais. Quero perguntar ao governo se sabe a dificuldades das micro-empresas. Digo-lhe agora: as rendas são muito elevadas, a falta de mão-de-obra impede fazer negócio. São muito comuns e penosas estas dificuldades. Vejam a nossa memória colectiva, o restaurante “Long Kei” situado no San Ma lou que foi comprado, devido às dificuldades. Penso que todos sabem isso.

As rendas das lojas situadas no Largo do Leal Senado são caríssimas, tendo sido multiplicadas as rendas mais de seis vezes! O governo podia defender-se: em Macau onde vigora o mercado livre, isso é algo fora do controlo do governo. Este ano aplicam-se políticas de reduzir impostos das lojas. Mas sabem bem que é inútil. Contaram-me as PME que ficaram furiosas devido à falta de mão-de-obra, pois o governo aplica políticas muito favoráveis para as empresas de capital estrangeiro, em termos de autorização para importar mão-de-obra. Quanto aos pedidos das PME, a autorização torna-se dificilmente ser concedida.

Mas, recentemente dizem que a situação melhorou: foram apreciados os pedidos das PME com pragmatismo. Falando nisto, quero elogiar o Gabinete de Recursos Humanos, porque os fundamentos apresentados pelas PME foram apreciados de forma racional, só que os pedidos demoram tempo para ser autorizados.

De qualquer forma devemos elogiar o GRH que trabalha com dedicação para prestar um bom serviço. Quando se fala nos trabalhadores não residentes, dizem muitas pessoas isto: há já tantos trabalhadores não residentes em Macau! Ainda não chega? Acho também que foram já importados muitos trabalhadores de forma abusiva. Só que não sei se repararam ou não, a maior parte dos trabalhadores não residentes laboram nas empresas com capital estrangeiro e não nas PME. O cerne do problema está aqui!

Se as PME falirem devido à falta de mão-de-obra, não será uma pena para Macau?! Concordo em controlar a importação de mão-de-obra, mas primeiro, é preciso cortar as quotas das empresas de capital estrangeiro. Se forem cortadas as quotas de mil trabalhadores não residentes destas empresas, as PME locais saírem todas muito

beneficiadas. Não acham?

Se o governo quer mesmo servir com dedicação a população, não deve só falar. Há residentes que não têm emprego, e há vagas de emprego que não foram preenchidas. Acho que este problema que perturba Macau não é tão difícil resolver. Dos cinco secretários de cinco áreas, a área do Sr. Secretário Tam está mais ligada à vida quotidiana da população. Portanto, se o vosso trabalho for bem feito, todos os residentes, empregados, PME ficarem beneficiados, caso contrário, estaria em causa o nível de vida quotidiana da população, até isso dava origem à instabilidade da sociedade.

Assim, espero que o Sr. Secretário Tam venha a controlar bem esta “barreira”, isto é, ordenar os serviços da sua tutela que resolvam estes problemas: Há residentes que não têm emprego, e há vagas de emprego que não foram preenchidas. Quero propor mais uma vez ao Sr. Secretário que venham a estudar com seus colegas a criar um centro de formação profissional inter-serviços, para melhorar o nível das PME, dos empregados. O desemprego estrutural só se resolve pelo governo, através de formação dos desempregados.

Assim, os trabalhadores poderão sobreviver com dignidade, através da sua capacidade. Terceira questão. Ah, está na hora? Quanto à coordenação das relações laboral e patronal, é preciso aperfeiçoar a Lei Laboral e a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes. Vou citar um exemplo.

Não estamos a perceber porque decorridos tantos anos, ainda não foi aperfeiçoada a Lei Laboral! Quanto a outra lei, os problemas são ainda graves. O marido tinha carinho pela mulher grávida, foi contratada uma empregada doméstica para cuidar da família. De surpresa, a empregada ficou também grávida. Então como? O pior foi: à noite, era preciso tomar conta da mulher grávida e ao mesmo tempo a empregada grávida teve dores de parto e teve de a levar ao hospital. Sabem que se deixa de tomar conta da empregada doméstica, viola a lei! Segundo os residentes, ter carinho pela mulher pode violar a lei, não ter carinho pela mulher, pode não violar a lei. Portanto, esta situação deve ser revista. Porque entrou apressadamente em vigor essa lei, não tendo em conta a realidade de Macau? As PME precisam de empregados, os trabalhadores também precisam. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Tam, caros colegas:

Neste debate das LAG, li as respectivas políticas. Primeiro, vamos ver os dados estatísticos. Li os dados fornecidos pelo meu colega: desde o retorno à Pátria, o valor das exportações nos primeiros dois anos foi superior ao das importações.

Desde 2001, o valor das importações começou a ficar superior ao das exportações. Esta descida foi continuando estavelmente. Até 2008, registou-se uma diferença grande. Atenção, estou apenas a referir-me ao valor das exportações e não ao valor das importações. Só o valor das exportações em 2008, registou-se uma diferença grande e em 2009, a queda foi ainda maior.

Não faço ideia como o Sr. Secretário Tam vê a estrutura sectorial de Macau. Em 1999 registou-se um valor das exportações de 17,5 bilhões e 79.981 milhões de patacas; em 2009, registaram-se apenas

7,6 biliões e 72.54 milhões de patacas; em 1999, o valor das importações passou de 16,3 biliões e 195 mil patacas para 36,9 biliões e 1.985 milhões de patacas no ano passado.

Com estes dados vê-se obviamente que a estrutura sectorial sofreu grandes alterações. Quanto ao número dos trabalhadores do sector da manufacturação, penso que a “Kwan Che” sabe muito bem: está a descer e o seu salário está inferior ao salário mediano. Acontece que estes trabalhadores representam uma grande percentagem da população activa. O sector de serviços tornou-se um sector principal. E do sector de serviços, no sector do jogo registou-se um crescimento mais acelerado. O que foi causado pelo tal crescimento? Penso que o Sr. Secretário já sabe.

Foi o desemprego estrutural! O problema com o desemprego estrutural começou a perturbar Macau há dez anos e em 2007, sucederam conflitos agressivos laborais. Para resolver tais conflitos, o governo começou a atribuir dinheiro em Abril de 2008. Dessa atribuição pecuniária, foram derivados muitos problemas.

Segundo os residentes, caso estivessem empregados, caso os imóveis não fossem inacessíveis, caso os postos de trabalho indiferenciado não fossem ocupados pelos trabalhadores não residentes, era indiferente atribuir ou não dinheiro. Perante esta situação o governo conseguiu inverter a situação, pensando no lugar deles?

Fiquei satisfeito com o que o Sr. Secretário disse na apresentação das LAG: registou-se um crescimento do PIB muito considerável nos dois primeiros trimestres deste ano. Ou seja, na primeira metade do ano, o crescimento foi de 40,2%. Pergunto: qual o sector que contribuiu para um PIB tão alto? É óbvio que não foi o sector da manufacturação! Foi o sector do jogo!

Se continuar a ser um mero slogan a tese de que “o jogo é o sector predominante que impulsiona a diversificação adequada da economia”, se continuar a não ser implementado na prática a diversificação económica, o desemprego estrutural nunca mais será resolvido! No fundo quem precisa de mais apoio são as pessoas de menores rendimentos e qualificações. Para resolver este problema, o governo dá-lhes formação, assegura-lhes um salário de 4 mil patacas, para manter o dia-a-dia. Em suma, o governo paga-lhes quase tudo.

Mas e depois? Sabem qual o índice do custo de vida? Qual a taxa de inflação? Foi precisamente por causa destas dificuldades que foi implementado o plano de comparticipação pecuniária! Agora, cortaram duas mil patacas e foram depositadas seis mil patacas nas contas de poupança dos residentes. Ora bem, a água distante não apaga incêndio!

Segunda questão. Sr. Secretário Tam, acho que os governantes da pasta das finanças devem encontrar uma solução para estas clivagens sociais e, sem reduzir as receitas do jogo, procurar um maior equilíbrio.

Li as LAG do Sr. Secretário e ouvi a sua apresentação. Embora o meu colega tenha a ideia que o Sr. Secretário é muito prático, a meu ver a forma como foram redigidas pende para o abstracto: “de alto nível, diversificação, com a particularidade, com atracção, etc.” Não vislumbro o conteúdo! Fala-se na diversificação vertical, em enriquecer a diversificação, em diversificação adequada, mas o que há de concreto? Estudei esta situação para verificar por que razão isso aconteceu. Macau tem de se articular com o 12º plano

quinquenal, com as Linhas Gerais do Plano da Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérola, com o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin. O governo afirmou haver boas oportunidades. Mas não vejo nada de substancial nas LAG do Sr. Secretário: que acções concretas? Que investimentos a realizar? Por exemplo, algumas propostas para o desenvolvimento e conversão do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai e Macau?

Quanto ao desenvolvimento da Ilha de Hengqin, ao plano de desenvolvimento económico, aos investimentos financeiros, tentei procurar a resposta neste “livro” e não encontrei nada de concreto. No intervalo regressei ao meu gabinete li uma resposta enviada pelo gabinete do chefe do executivo dirigida a uma interpelação do meu colega Chan e encontrei a resposta: afinal de contas, o desenvolvimento da Ilha de Hengqin e o desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai e Macau é da responsabilidade das duas partes: de Macau e de Guangdong. O responsável pela resposta a tal interpelação foi o Gabinete do Chefe do Executivo.

Das diversas secretarias a quem cabe definir políticas? Quem é o cérebro? Está em funcionamento o Gabinete de Estudo das Políticas, que faculta ao chefe do executivo dados de referência, além do Conselho Executivo ajudar com seus pareceres. Ontem, levantei a mesma questão à Sr.^a Secretária Chan. O Sr. Secretário Tam não faz parte do Conselho Executivo. Bem, não sei se entre vocês todos os secretários se reúnem ou não, se conversam ou não.

Porque digo isto? Porque antes falaram na revitalização dos bairros antigos. Visitei as lojas dos bairros antigos e contaram-me: diga ao governo para não falar mais na revitalização dos bairros antigos porque sempre que fala os senhorios aumentam logo as rendas.

Há dias vi na TDM um programa em que um “kaifong” fez a apresentação do planeamento do Templo Lin Kai: tendinhas de venda de mercadorias diversas abertas 24 horas. Muito bom projecto. Só que no final vi que o programa fora feito em 2007! Já passaram três anos. Como vai revitalizar os bairros antigos?

Os residentes dos bairros antigos passam por muitas dificuldades. Quando estiver presente na AL o Sr. Secretário Lau, pergunto-lhe: as casas antigas vão caindo uma a uma e o que vai fazer? Se cada área administrativa só fizer a sua parte, sem articularem medidas, como será o desenvolvimento de Macau?

Macau tem uma vantagem. Na apresentação do Sr. Secretário, vejo o futuro brilhante de Macau. Porquê? Temos o suporte forte da nossa Pátria! Mas, não vi nada detalhado e concreto. Ou seja, não se vê o planeamento de vectores de desenvolvimento importantes, incluindo dos cinco novos aterros. Recentemente efectuámos uma visita aos novos aterros da Ilha de Hengqin que estão em curso, ficámos com a ideia que o plano traçado é parecido com o filme “Avatar”. Como estão os cinco aterros? Como será o desenvolvimento de Macau? O posicionamento de Macau foi definido pelo governo central: uma cidade de turismo de lazer. E o que vocês fizeram? Nadinha!

Ora bem, a seguir coloco várias questões mais concretas. A primeira questão é sobre uma matéria abordada pela Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang: o jogo responsável. Aqui agradeço a preocupação da colega “Kwan Che”. A meu ver, as dificuldades são grandes para levar os apostadores a serem responsáveis. Numa aposta que montante é ajustado ou excessivo? Apostar pouco dinheiro não faz

mal, só que para alguns colegas meus determinados montantes são pouco significativos, enquanto para mim já se trata de verbas avultadas.

O mais importante é que o governo quer assumir a responsabilidade regulamentando sobre apostadores patológicos. A interpelação do meu colega foi apresentada ao governo a 15 de Março e só no dia 23 de Novembro (hoje) é que recebeu a resposta. Eu, em 18 de Junho, apresentei uma interpelação – a 24 o Sr. Presidente distribui-a aos Srs. Deputados – faz hoje cinco meses. Não tenho muitas questões a levantar, só esta: como é que os casinos conseguem interditar a entrada de jogadores patológicos?

Eu e os meus colegas perguntámos via telefónica à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogo: pode requerer-se a interdição de entrada a um jogador patológico? Responderam: Sim, pode, mas não podemos proibir o acesso dos apostadores patológicos aos casinos porque não nos compete pedir a exibição do documento de identificação. Não conseguimos identificá-los e, portanto, não podemos proibir o acesso.

Hoje em dia nos casinos estão instaladas caixas Multibanco. Ou seja, o apostador além de perder a verba que traz consigo pode pedir empréstimos com cartão de crédito e quando sai do casino ainda há “alguém” está disponível para emprestar dinheiro. Tenho um sobrinho que trabalhava num casino. Quando saía do casino onde trabalhava ia apostar noutros casinos. Acabou por perder o emprego e ficou endividado. Como? Não servia de nada participar à polícia.

O meu sobrinho acabou por ficar endividado e quem pagou foram os pais. Portanto, são muito elevados os custos para a nossa sociedade e o governo deve promover o sentido de responsabilidade.

Segunda questão. O tempo está quase esgotado. Levanto mais uma questão sobre a segurança social. Sr. Presidente Ip esta vez deve a última vez que está presente na AL nesta área das LAG. Parece que não tem a ver consigo, mas como está presente na AL, então pode abordar a proposta de segurança social e sistema de protecção social. Quero agradecer ao Sr. Secretário Tam por me ter lembrado que a proposta foi colocada à consulta pública em Novembro de 2008. A consulta levou dois anos e foram recolhidas muitas opiniões. Li-a com muita atenção e acho-a muito boa: oferece protecção para a terceira idade, especialmente no “segundo nível” - plano de poupança. Quanto às dotações para esse plano, segundo este relatório, como o regime de poupança central foi implementado tarde o nível de vida no futuro dos beneficiários não serão garantido.

Por exemplo, para um residente com 22 anos são pagas as contribuições anualmente até aos 65 anos de idade e apesar da desvalorização ficará com alguma coisa. Mas para quem tem idades compreendidas entre 45 e 64 anos, como o tempo é curto, já falham as garantias.

Por isso, este relatório propõe que os beneficiários com idades compreendidas entre 45 e 54 anos poderão obter 1,5 vezes o valor da reforma. Pessoas com idade entre os 55 e 64 anos poderão um montante multiplicado por dois. O governo não é generoso, mas mostra compaixão. Recordo-me muito bem daquilo que o Sr. Secretário disse: vamos seguir uma política gradualista. Mas, até este ano, ainda não vi nada feito!

Não vi como vão cumprir o prometido porque afinal de contas todos os beneficiários terão a mesma reforma! Quando se faz uma

consulta pública deve implementar-se o plano resultante da consulta efectiva e gradualmente. Estão em causa os cuidados aos residentes de Macau na sua velhice.

Quanto à pensão de velhice não será preciso aumentá-la para 2640 patacas? Isto depende da vossa vontade. Muitos idosos não sabem como fazer, mas quando não têm comida em casa vão recolher caixa de cartão para vender. Há muitos idosos nessa situação! Não é preciso trazer vídeos, posso mostrar-lhe fotos. Pergunta-se: porque não eles pedem apoio ao IAS? Sabem que os idosos também têm dignidade! Ainda por cima para se deslocar ao IAS têm de andar muito e passar por um “sítio” onde não querem dirigir-se. Alguns casos foram acompanhados por assistentes sociais e decorridos dois anos não obtiveram resposta. Há muitos casos como estes.

Bem, para terminar, falo na companhia aérea “VIVA Macau”, ontem “morreu”, mas corrigiu os erros e está uma “boa pessoa”. O Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização consegue mesmo ajudar o sector industrial e comercial. Perguntei ao governo: ao conceder verbas têm alguns critérios para apoiar os mais necessitados? Bem, não faz mal, contraiu um empréstimo, tudo bem, mas não é preciso reembolsá-lo? O governo afirmou: fiquem tranquilos temos garantias hipotéticas. Mas a “VIVA Macau” foi-se embora com 200 milhões no bolso! Essa companhia aérea acabou por encerrar.

Bem, é preciso apurar a responsabilidade neste caso! Aquele presidente perguntou em voz alta: quem foi o fiador? Perguntem ao governo se o governo quiser revelá-lo. Bem, segundo a resposta do governo é preciso ter em conta o parecer jurídico e como está a decorrer o procedimento judicial não convém discuti-lo.

Os jornais que noticiaram isto não precisavam de parecer jurídico. Não sei se esta notícia foi verdade ou não. Mas não quero ver, por causa desta notícia, que haja diferença na concessão de verbas a fazer pelo governo, levando as pessoas a pensar noutra coisa má... Por isso, gostava de aproveitar esta oportunidade para solicitar um esclarecimento ao Sr. Secretário Tam. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Tam, Srs. Governantes, caros colegas:

A primeira questão é sobre o plano de comparticipação pecuniária. No próximo ano este plano vai completar quatro anos.

Reparei que algo vai ser alterado no próximo ano: dez mil patacas é a soma da poupança central e do plano de comparticipação pecuniária, das quais, seis mil serão depositadas na conta da segurança social dos residentes para protecção na velhice e outras quatro mil reservadas para distribuição como comparticipação pecuniária.

Esta alteração provocou uma reacção de insatisfação: o montante da comparticipação pecuniária passará de seis mil para quatro mil. A poupança central e o plano da comparticipação pecuniária cujo montante de dez mil patacas seria depositado na conta dos residentes; em suma, as dez mil patacas vão passar para seis mil.

O pior é que alguns deputados enganaram os cidadãos. As dez mil patacas foram apenas o montante da abertura das contas em 2010,

mas disseram aos cidadãos que o governo dava dez mil por ano e agora só vai conceder seis mil o é uma exploração dos idosos. Desconheço a razão para terem distorcido os factos.

Segundo percebi o governo pretende transformar o plano de comparticipação pecuniária de medida provisória em regime. Atribuir seis mil patacas aos residentes é como oferecer um “lai si” às crianças no Ano Novo Chinês: gasta-se rapidamente. Agora, o governo está a desempenhar o papel dos pais: dá um “lai si” e deposita o resto na conta para servir à aposentação futura.

Quanto as outras quatro mil patacas esse dinheiro serve de minimizar o impacto provocado pela inflação. Teoricamente são medidas complementares. As dez mil patacas foram para a abertura das contas, numa única atribuição; os residentes elegíveis de Macau tiveram apenas esta oportunidade. Ou seja, no próximo ano, em 2011, os residentes de Macau que reúnam condições para o efeito vão também ter dez mil patacas para a abertura da sua conta, com a injeção de mais seis mil patacas e de quatro mil do plano de comparticipação pecuniária; no total irão receber 20 mil patacas.

Os idosos com idade igual ou superior a 65 anos recebem duas prestações: 16 mil da poupança central e quatro mil do plano de comparticipação pecuniária, perfazendo na totalidade 20 mil patacas, montante superior às seis mil do plano de comparticipação pecuniária.

Sr. Secretário Tam, não sei se percebi bem ou não. Disseram tratar-se de um caso de exploração dos idosos, mas, no fundo, vão receber mais. Mas as pessoas veem isto como uma redução. Há quem ainda deite achas para a fogueira, ou seja, um acto de boa intenção foi distorcido e apresentado como uma coisa má. Isto, de facto, não faz sentido. Espero que o Sr. Secretário aproveite esta oportunidade de esclarecer o público.

Quem tenha idade inferior a 22 anos recebe, de facto, mesmo duas mil patacas. Mas este grupo de pessoas na sua maioria estão a estudar e não têm encargos da família. O governo também lhes atribui subsídios para aliviar os encargos dos pais. Há também quem ache que o facto de conceder directamente demasiado dinheiro aos jovens possa afectar profundamente os seus valores. Os pais responsáveis devem discutir mais esta matéria.

O plano de comparticipação pecuniária foi implementado há anos. Estou de acordo com a iniciativa do governo de transformá-lo num regime de protecção a longo prazo: atribuir-se primeiro uma parte de saldo aos residentes e depositar-se essa verba numa conta para os dias da velhice. É inovador transformar o plano de comparticipação pecuniária num regime de poupança central. Esta iniciativa evidencia o sentido de responsabilidade do governo e, por outro lado, é atingido o objectivo de oferecer protecção aos idosos.

Nos últimos anos assisti a muitos comentários sobre o plano de comparticipação pecuniária. Há quem ache que o plano é bom e que deve continuar. Há quem ache que não é adequado, devendo ser suspenso ou transformado numa medida de longo prazo. Há quem ache que se deve ajustar o plano de comparticipação pecuniária e, por exemplo, atribuir verbas preferencialmente às comunidades de menores recursos para reduzir o fosso entre ricos e pobres. Há quem ache que deve ser igual para os todos residentes para usufruto generalizado dos proventos do desenvolvimento económico. Quanto à inflação este é um problema que atinge todas as pessoas.

Perante tantos pontos de vista quero perguntar ao Sr. Secretário: qual é a posição do governo? Que rumo irá tomar? Como pensa concretizar estes quatro objectivos: otimizar o plano de comparticipação pecuniária, reduzir o fosso entre ricos e pobres, aliviar as pressões da inflação e criar uma protecção a longo prazo de forma a assegurar a justiça social? Estas são as minhas posições sobre o plano de comparticipação pecuniária.

Ontem, alguns Srs. Deputados falaram nos preços de bens de primeira-necessidade recorrendo aos dados estatísticos publicados pela Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos. O que foi estranho para mim! De notar que os preços dos bens de primeira-necessidade a retalho são muito superiores aos preços de venda por grosso. Dizem que a inflação é “importada”. Mas, quando pensamos melhor, não é bem assim. Os preços da importação dos bens de primeira-necessidade não têm aumentado nos últimos anos. Não será uma inflação manipulada? Acho que o governo deve investigar.

Entretanto, acho que a DSEC deve divulgar informação a este respeito periodicamente para os residentes tomarem conhecimento das tendências económicas. Os preços de importação não sofreram alterações graças ao apoio do governo central. Então, por que razão se regista uma grande diferença entre os preços de importação e os preços grossistas? Portanto, esta matéria deve ser investigada para apurar se se trata de uma inflação manipulada e se não existe monopólio grossista.

Os Serviços competentes, por exemplo, a Direcção dos Serviços de Economia, a Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos, o Conselho de Consumidores e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais devem dar mais atenção a estas questões. Importa que divulguem periodicamente informação sobre, por exemplo, os preços mensais de importação por grosso de porcos, para os residentes poderem formar opinião sobre uma eventual inflação devido a factores artificiais.

Por exemplo, o Conselho de Consumidores pode deslocar-se aos mercados para inspecionar os preços praticados e a seguir divulgá-los para os residentes possam escolher entre o Mercado Vermelho, o Mercado de S. Lourenço ou o Mercado de S. Domingos. Onde se praticarem preços mais baixos é onde as pessoas tenderão a fazer compras. Acho que o governo deve aplicar-se mais neste sentido.

Tenho de falar nos recursos humanos até por ser deputado eleito pelo sector comercial. O Sr. Deputado Mak Soi Kun acabou de elogiar o GRH, mas tenho uma opinião oposta. Ao longo de anos as medidas de apoio às PME foram sempre bem vindas. Só que sabem o que faz mais falta às PME? De que apoio as PME precisam mais? Não é dinheiro, mas sim mão-de-obra!

Este ano muitas PME faliram. Esta questão já foi levantada pelo Sr. Deputado Chan Chak Mo: Afixam anúncios nas portas das lojas ou publicitam nos jornais: fecham portas para reduzir prejuízos inoportunos. O caso do restaurante “Vong Chi Kei” é um exemplo de um negócio suspenso devido à falta de mão-de-obra.

O governo deve dar mais atenção a esta situação. Em Macau são ilimitadas as oportunidades de negócios, pois são numerosos os turistas. Contudo, devido à falta de recursos humanos, não se consegue manter uma empresa. Isto não prejudica apenas as empresas, mas, também, os trabalhadores. O estipulado na Lei Laboral é muito exigente, especialmente a obrigação de pagar a quem trabalhe nos feriados uma remuneração três vezes superior ao

vencimento normal. Isto gerou grandes problemas às PME's que se vêem obrigadas a fazer contas sobre os custos laborais.

Querem contratar mais mão-de-obra, mas não conseguem. O GRH leva muito tempo para apreciar pedidos de importação de mão-de-obra. Compete ao GRH definir a proporcionalidade de importação de mão-de-obra. Então, quero perguntar: quais os critérios aplicados na apreciação e autorização? E qual o ritmo de andamento no despacho de apreciações e autorizações?

No Relatório das LAG até o chefe do executivo frisou a necessidade de acelerar tais procedimentos. O que prova que esta falta afecta gravemente o ambiente empresarial. A meu ver, o GRH deve assumir parcialmente a responsabilidade pela falência das algumas PME's.

Chegaram a inteirar-se da situação das empresas? Conhecem as alterações do mercado? Os critérios de apreciação e autorização, a lentidão e baixa eficiência constituem graves problemas para as empresas. Qual a razão desses problemas? No Relatório das LAG o chefe do executivo afirmou que no próximo ano irá rever as leis laborais, acelerar também a apreciação e autorização de pedidos de importação de mão-de-obra das PME's.

Como serão implementadas estas linhas de bases definidas pelo chefe do executivo? Como ainda tenho algum tempo vou falar no salário mínimo.

Na sequência da implementação do salário mínimo em Macau essa questão passou a ser tema muito debatido. Estou aberto à introdução do salário mínimo. Como ainda se está na fase de debate sobre esta matéria devem ouvir-se mais opiniões. Espera-se que, respeitando a premissa de manter a harmonia entre as partes laboral e patronal, sejam dadas garantias aos trabalhadores. Portanto, estou aberto a isso.

Acho uma coisa satírica: O Sr. Secretário Tam entregou-me uns dados sobre as exportações. O Sr. Deputado Chan Wai Chi já falou na queda dramática das exportações. Só agora é que o governo irá rever as políticas da aplicação das normas relativas à venda, por parte dos exportadores, à Caixa Central de Reserva de Divisas de Macau, das divisas resultantes das suas transacções comerciais. Bem, pode-se dizer que é uma política tardia.

Sr. Secretário Tam antes da sua nomeação já tinha colocado esta questão à Administração Portuguesa. Lutámos muito por causa disso. Recordo-me que o Sr. Vong Sou Kei, presidente da Associação dos Industriais de Tecelagem e Fiação de Lã de Macau... Penso que ele já voltou a “renascer”, ou seja, já foi muito tempo. Só agora o governo vai rever esta política, mas as exportações estão a descer em pique. Bem, é melhor do que nada, enfim. Estas são as minhas opiniões. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes:

Os meus colegas já levantaram muitas questões, mas quero manifestar a minha opinião. Há dias, na sessão de perguntas e respostas, o Sr. Chefe do Executivo anunciou a comparticipação pecuniária a atribuir em 2011 aos residentes. De imediato tiveram

lugar críticas sobre esta decisão. A meu ver, o governo deve considerar tais críticas com seriedade e analisá-las com ponderação. Ontem, a Sr.^a Secretária Chan já deixou esta matéria muito clara.

Actualmente, face à alta inflação, estão em vigor medidas para apoiar os residentes e famílias de baixos rendimentos. Estou de acordo com as políticas implementadas pelo governo no âmbito do plano de comparticipação pecuniária e do apoio ao sector com menores rendimentos. Entretanto, acho que o governo deve auscultar amplamente opiniões diferentes, explicar e esclarecer atempadamente o conteúdo do regime, no sentido de evitar a proliferação de ideais erróneas propagadas com segundas intenções.

Há quem sugira ao governo que o plano de comparticipação pecuniária e as políticas sociais devem visar principalmente o apoio aos residentes com baixos rendimentos com vista a melhorar o seu nível de vida. Espero que o governo venha a estudar e analisar detalhadamente o regime a implementar.

A primeira questão incide sobre o teste de qualificação técnica para croupier. Nas LAG refere-se a acção a desenvolver, a saber: desenvolvimento de trabalhos sobre o sistema de teste de qualificação técnica para croupier, tendo em conta a implementação do “Posse de cartão para o desempenho de funções” para o cargo de croupier. A compilação da base de dados das provas para aquele teste está praticamente concluída. A apresentação do respectivo modelo de funcionamento junto dos profissionais do sector, procurando a sua concretização, terá lugar no segundo semestre do corrente ano. Bem, estamos já nos finais de Novembro. Então, qual o ponto da situação?

Em primeiro lugar, aplaudo esse teste de qualificação para croupier, pois poderá melhorar a qualidade profissional levando à implementação do “posse de cartão para o desempenho de funções”. A questão que se coloca é que em Macau há seis titulares de licença do jogo e todos têm critérios diferentes quanto à formação e testes para croupier. Como é que o governo pode garantir a uniformidade das exigências a colocar por todas as concessionárias do jogo na compilação de base de dados de provas e testes?

Acho que só será eficazmente realizado os testes de qualificação para croupier caso sejam uniformizadas a formação e o regime de provas de todos os concessionários do jogo. E, entretanto, antes de implementar o teste de qualificação, o governo deve auscultar os profissionais das empresas de jogo, a Associação do Sector do Jogo e a Associação de Empregados das Empresas de Jogo.

Escutar os profissionais serve para garantir a operacionalidade dos testes de qualificação para a sua realização efectiva. As dificuldades serão numerosas se a realização desse teste não tiver em consideração os diferentes regimes praticados pelas empresas de jogo e caso não seja realizada uma ampla consulta.

Nas LAG refere-se a implementação do Regime do Registo e Certificação dos Croupiers. Pergunto: qual é situação? Como se articula com o “Posse de cartão para o desempenho de funções”? Espero que o Sr. Secretário nos elucide devidamente.

Uma segunda questão incide sobre a promoção do jogo responsável. Nos últimos anos as instituições de aconselhamento e apoio a jogadores patológicos têm recebido muitos pedidos de ajuda e verifica-se uma tendência de aumento. A prevalência de casos que não chegam a ser assinalados por este meio é ainda é mais difícil de estimar.

É inadiável iniciar acções de prevenção e apoio e promover o conceito do jogo responsável! O governo deve dar mais atenção à matéria. Embora o jogo responsável seja há anos um tema muito falado, o executivo ainda não iniciou acções educativas e promocionais junto dos residentes e dos empregados do sector do jogo. Acho que o governo deve dar mais atenção a isso. Garantir o desenvolvimento estável do sector do jogo deve ir a par da minimização das consequências negativas do jogo.

Nas LAG - promoção do jogo responsável – refere-se manter contactos e cooperação permanentes com organismos governamentais e não-governamentais, reforçando em conjunto iniciativas de prevenção e combate ao jogo patológico e jogo problemático. Quanto a isso estou de acordo. Quanto à prevenção do jogo patológico o governo tem muito por fazer. Em matéria de promoção do jogo responsável nas LAG referem-se estudos para a emissão de orientações.

Quero perguntar ao Sr. Secretário qual o andamento desses estudos para orientação? Quando entrarão em vigor essas orientações? A quem serão dirigidas essas orientações? A meu ver, a promoção do jogo responsável deve visar toda a sociedade, passando a ser uma educação cívica permanente.

A promoção do jogo responsável tem de passar à prática! No próximo ano o governo irá iniciar acções promocionais em cooperação com as empresas do jogo e as associações cívicas? Entretanto, as acções devem ser desenvolvidas de forma permanente, para alimentar entre os residentes valores correctos, uma mentalidade saudável, minimizando as consequências negativas resultantes do jogo.

O jogo responsável deve ser promovido de forma aprofundada e ampla para produzir os devidos efeitos. Quais os planos do governo para isso?

O apoio ao desenvolvimento das PME's tem sido nos últimos anos uma das prioridades da acção governativa. Nas LAG 2011 referiam-se medidas de apoio às PME's, designadamente o estímulo a franquias, formação de cadeias e agenciamento de marcas. Bem, essas políticas podem promover o desenvolvimento das PME's, mas no fundo divulgam as marcas do exterior em Macau.

São escassas as políticas nas LAG que estimulem as PME's a criar as suas próprias marcas. Na realidade não é impossível estimular as PME's a criarem as suas próprias marcas em Macau. Por exemplo, a gastronomia sino-portuguesa é conhecida a nível mundial, muitos visitantes gostam de experimentar a gastronomia local depois de passeios turísticos.

Como poderá o governo desenvolver a cultura gastronómica sino-portuguesa? Como transformá-la numa atracção turística? Estas questões devem ser pensadas. Há dias o Sr. Chefe do Executivo afirmou que iriam ser disponibilizados terrenos para apoiar de forma concentrada o desenvolvimento das PME's. Estou de acordo com essa ideia. Apesar de o Festival de Gastronomia de Macau se realizar uma vez por ano, importa promover a gastronomia local durante todo o ano para a tornar uma marca de Macau.

Com este modelo de funcionamento comercial de sucesso é possível abrir caminho para o desenvolvimento das PME's através de terrenos concedidos pelo governo, mediante rendas baixas, de forma

a estimular a criação de marcas locais das PME's.

Assim sendo aumentaria o volume de negócio das PME's e, ao mesmo tempo, proporcionar-se-ia uma nova atracção turística de acordo com o projecto de posicionar Macau com um Centro Mundial de Turismo e Lazer. Que medidas de apoio às PME's irá introduzir o executivo?

Como ainda me resta algum tempo irei falar acerca do sector de convenções e exposições. Na sequência da entrada em funcionamento dos grandes pavilhões situados no Cotai o governo e os profissionais do sector tinham expectativas de que essas instalações conseguissem consolidar uma base para o sector de convenções e exposições. Mas, após dois anos de funcionamento, segundo os profissionais do sector, como a exploração dos pavilhões em causa se rege por critérios comerciais e a área de convenções e exposições está numa fase inicial de desenvolvimento, os empresários carecem de capital suficiente, as rendas estão inacessíveis e não obtêm benefícios.

Nestas LAG são escassas as ideias inovadoras de apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições; os problemas de fundo para o desenvolvimento deste sector não estão a ser encarados. Pergunto ao Sr. Secretário se o Executivo vai implementar medidas de apoio para melhorar a competitividade do sector de convenções e exposições de Macau?

Pode o Executivo ponderar gerir os pavilhões directamente para apoiar o desenvolvimento do sector de convenções e exposições, permitindo maior participação por parte das PME's de Macau? Na opinião dos profissionais deste sector o governo deverá melhorar as instalações destinadas a convenções e exposições no Fórum e na Cúpula de Macau. O executivo deveria assumir a responsabilidade por essas instalações de forma a promover o desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau. Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Alguns colegas meus levantaram questões sobre os recursos humanos. Cada expressou as suas ideias e fundamentos. Aproveitando esta oportunidade abordo, também, as questões de mão-de-obra.

Na página 111 das LAG – políticas de recursos humanos – refere-se que de acordo com as necessidades reais do desenvolvimento económico serão importados adequadamente mão-de-obra e trabalhadores diferenciados com vista a superar a falta ou insuficiência dos recursos humanos locais. Entre estas expressões ressalta esta dúvida: Como avaliar as “necessidades reais” referidas pelo governo? Chegou o governo a inteirar-se das necessidades de recursos humanos das empresas?

É imperativo possuir dados sobre a força laboral o que é da responsabilidade dos serviços públicos competentes. De notar que é bem diferente o ponto de vista das partes laboral e patronal. Apresentam razões e argumentos diferentes. Portanto, mais vale que estas necessidades sejam avaliadas pelo executivo. Através da coordenação entre serviços o governo consegue com certeza apurar as necessidades laborais actuais e futuras. Uma análise séria de todos

os dados propiciará com toda a certeza uma conclusão objectiva.

Aproveitando esta oportunidade gostava de trocar opiniões com todos os presentes. A maior dificuldade das PME's é a falta de mão-de-obra! Alguns colegas meus já citaram o exemplo de restaurantes que foram obrigados a reduzir o horário de funcionamento devido à falta de empregados de mesa.

Algumas empresas do ramo técnico, por exemplo, engenharia e companhias de desenvolvimento de software, têm muitas dificuldades para contratar trabalhadores especializados. Portanto, o governo deve promover a formação de mão-de-obra competente e implementar uma política de importação de trabalhadores qualificados.

Segundo sei são inexplicáveis as dificuldades do sector da construção civil. No próximo ano entrarão em curso muitos grandes empreendimentos. É óbvio que o mercado laboral actual não consegue satisfazer as necessidades. Caso o governo não tenha estes dados eu posso fornecê-los.

Cito um exemplo com os dados de compatibilidade da empregabilidade das empresas sociais e do sector da construção civil. Em Julho de 2010 a taxa de sucesso foi de 8:1, ou seja, em 8 vagas só uma vaga foi preenchida com sucesso.

Cito um exemplo com as empresas sociais e o sector da construção civil, através de informação sobre a taxa da compatibilidade da empregabilidade. Em Julho de 2010 a taxa foi de 8:1. Ou seja, de 8 vagas só uma foi preenchida. Em Agosto a taxa foi de 73:1, ou seja entre 73 vagas só uma foi preenchida. Neste semestre a taxa atinge 29 contra 1.

Estes dados espelham um facto: as vagas são muito superiores ao número das pessoas à procura de emprego no mercado. Nas LAG as medidas referidas devem ter mais em conta as necessidades reais e o desenvolvimento actual e futuro. Caso contrário, as medidas revelar-se-ão insuficientes gerando um círculo vicioso. O mais importante é o executivo inteirar-se bem sobre as previsíveis necessidades futuras de mão-de-obra. Quando se verificar maior procura de trabalhadores o governo deve disponibilizar mais recursos humanos para facilitar as actividades das PME's e das micro-empresas.

Macau dispõe de boas oportunidades e deve acelerar o desenvolvimento, disponibilizando recursos humanos que sejam suficientes para satisfazer as necessidades actuais e futuras. O executivo deve conseguir cumprir com esse objectivo! Sem falarmos para já nas oportunidades de desenvolvimento e nos ganhos a obter pelas PME's, note-se que muitas infra-estruturas estão prestes a iniciar-se e 19 mil habitações públicas serão concluídas, em 2012.

Portanto, estas questões estão interligadas. Se falhar um factor todo o processo fica comprometido. Uma oferta adequada de recursos humanos é necessária também para a concretização dos projectos da administração. Só assim o governo poderá cumprir a promessa de concluir na medida do possível 19 mil habitações públicas. Esta é responsabilidade de todo o governo e não apenas da secretaria para os transportes e obras públicas.

Ao implementar medidas dirigidas para a área de recursos humanos o governo deve avaliar o contexto. A avaliação tem de ter em conta a situação presentes e as necessidades futuras. Caso o governo mostre interesse em criar uma base de dados sobre recursos

humanos na construção civil estou disposto a apelar para o sector dê a sua colaboração.

Em Macau devido ao desenvolvimento contínuo a falta de recurso humanos é previsível; é um facto indiscutível. É necessário, portanto, aumentar atempadamente a oferta de recursos humanos com o objectivo de fazer avançar diversos empreendimentos e preparar pessoas qualificadas. O andamento adequado da execução dos referidos empreendimentos permitirá o desenvolvimento sustentável de Macau. Três economistas foram galardoados este ano com o Prémio Nobel por investigações sobre o desemprego. Antes, alguns colegas meus disseram que a taxa de desemprego foi influenciada pelas medidas implementadas pelo governo. O que quero dizer hoje é que a investigação dos referidos economistas explica bem o porquê do desemprego enquanto há vagas disponíveis.

Faço uma citação do jornal Financial Times:

A teoria de oferta e procura sugere claramente que não é suficiente o fecho de um negócio teoricamente viável pela mera existência de compradores e vendedores; o comprador e vendedor também têm que se encontrar para decidir fechar o negócio de forma a não protelarem uma decisão na esperança de encontrar algo melhor.

Talvez a tradução não seja a melhor, mas cito um exemplo para ajudar à vossa compreensão. As empresas sociais receberam muitos pedidos de emprego. Quando as empresas sociais encontraram empregos para os requerentes estes preferiram não os aceitar. Visto que há muita oferta no mercado preferiram continuar a tentar arranjar melhor colocação, ignorando determinadas oportunidades de trabalho. Ou seja, o desemprego destas pessoas pode prender-se com os motivos acima referidos, ao invés de resulta da falta de oferta no mercado

Os recursos humanos são escassos, as vagas são muitas, o que gera problemas, sendo um deles a elevada mobilidade dos recursos humanos. Na publicidade de uma nova companhia de autocarros lê-se que mais de 50% de candidatos foram condutores que estavam ao serviço de outras duas empresas de transportes públicos.

De notar que este tipo de problema se faz sentir em muitos sectores. Há concorrência desleal entre empresas para a contratação de mão-de-obra. O governo deve dar mais atenção a estes problemas. Voltando ao exemplo que dei antes, as empresas sociais arranjaram para os candidatos postos de trabalho sem termo: reparadores em escolas, ajudantes em empresas de pronto-a-vestir, seguranças, caixas, etc. Mas estas ofertas de trabalho não foram aceites.

Uma vez que alguns cursos de formação não exigem que os formandos façam provas há quem receba diariamente 200 patacas de subsídio quase sem fazer nada. Então esses cursos de formação visam estimular emprego ou desemprego? Mesmo que esses cursos visassem apenas dar formação, ao invés de estimular que os formandos arrajassem emprego, o desemprego não ficaria resolvido. Houve Srs. Deputados que apresentaram no período antes da Ordem do Dia sugestões para resolver o desemprego. Estou de acordo com as mesmas: devem aplicar-se incentivos e, por exemplo, atribuir-se prémios a quem tenha arranjado emprego, entre outras medidas.

De notar que é muito comum em muitos países e territórios aplicar este tipo de incentivos. Acho que vale a pena que o governo considerar essa possibilidade. O Sr. Secretário Tam enumerou as ideias orientadoras para resolver a falta de recursos humanos: bom

aproveitamento, desenvolvimento, importação e coordenação. De acordo com a premissa de garantir aos locais a prioridade no acesso ao emprego e de combater decididamente o trabalho ilegal, como importar mão-de-obra para superar as insuficiências laborais? Em especial como apoiar as PME's de Macau para ultrapassarem a falta de recursos humanos? No sector da construção civil, pela sua natureza, como aplicar políticas mais flexíveis?

Irei falar agora no envelhecimento da população. O envelhecimento da população é cada vez mais grave. Este problema ataca também o sector da construção civil. Presentemente, os jovens não se interessam por trabalhar neste sector. Portanto, o governo deve resolver os problemas gerados pelo envelhecimento dos recursos humanos.

Quero ainda dar seguimento a um assunto. Está prevista para quando a publicação do diploma legal sobre trabalho parcial? Em que fase se encontra a sua produção? Quanto à formação tenho também sugestões a dar. A Direcção dos Serviços de Assuntos Laborais ministra cursos de formação para principiantes. Já passaram anos sobre a sua introdução e, portanto, não estaria na altura de proceder a uma revisão tendo em conta as novas realidades criadas pelo desenvolvimento da economia? Aos currículos devem se acrescentadas mais matérias técnicas. Os cursos devem mais concentrados, no sentido de permitir que os formandos fiquem melhor preparados para se inserirem no mercado de trabalho. Este é o objectivo final que esses cursos pretendem atingir.

Em Março do ano corrente levantei a mesma questão. Hoje volto a propor o governo a actualização desses cursos, acrescentando conteúdos técnicos. A viabilidade prática dos cursos em causa implica que os jovens adquiram competências técnicas com procura no mercado. Espero que esta matéria seja acompanhada.

Em relação ao reforço de formação técnico-profissional gostava de tornar isto claro junto do governo. Primeiro, que tipo de cursos devem ser ministrados no âmbito de formação técnico-profissional? Segundo, o governo já tem conhecimento das maiores carências por especialidades no sector da construção civil para inserir na futura base de dados sobre recursos técnico-profissionais? Quantas profissões especializadas serão alvo de avaliação? Como irá o governo proceder à avaliação da compatibilidade de empregabilidade utilizando a referida base de dados?

Nas LAG refere-se o plano “uma prova, dois certificados”. Gostava de saber quanto tipo de profissões estão inscritas nesse plano? Está previsto quantas pessoas serão beneficiadas? Como ainda me resta algum tempo quero falar no “Subsídio por Contratação de Jovens à Procura do Primeiro Emprego” que gerou poucos pedidos. Não deverá reforçar a divulgação dessa iniciativa para os jovens à procura do primeiro emprego e as PME's aproveitarem bem esse subsídio?

São concedidos subsídios no valor de 12.000 (doze mil) patacas, a pagar em seis prestações mensais, por contratação de jovem que possua como habilitação académica o ensino secundário completo e não tenha experiência profissional. Há subsídios no valor de 15.000 (quinze mil) patacas, a pagar em seis prestações mensais, por contratação de jovem com formação académica superior. Esta medida visa estimular as empresas a contratarem jovens à procura do primeiro emprego e a proporcionar mais oportunidades aos jovens. Entretanto, as empresas poderão aproveitar os conhecimentos técnicos dessa mão-de-obra, com a capacidade de inovação própria

dos jovens, para actualizar e aperfeiçoar as suas capacidades operacionais. É de facto uma medida que permite “matar dois coelhos com uma cajadada”! Este plano entrou em vigor há mais de cinco anos que resultados apresenta? Quantos pedidos foram apresentados? Considera que as PME's e os jovens à procura do primeiro emprego foram beneficiados com esse plano? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário:

Afinal o Sr. Secretário Francis Tam também sabia que os hotéis em Hong Kong usam máquinas para ajudar a mudar lençóis! Com ajuda de máquinas, os trabalhadores locais de meia-idade não terão problema em levantar colchões pesados devido à falta da força física, para não dar pretexto à importação de mão-de-obra. Voltemos a olhar para Macau. O Sr. Secretário também sabe isso. Mas o que é que o Gabinete de Recursos Humanos fez? De acordo com os dados divulgados em Novembro pela DSAL, sobre o número dos trabalhadores não residentes contratados por dez grandes hotéis na RAEM, por exemplo, no Altira Macau, os trabalhadores não residentes representam 71%; na Casa Real Hotel, 72%, no Hotel Golden Dragon, Macau 73%, no Rio Hotel, 81%, na Ponte 16, 81%, SH 86%, no Venetian Cotai – gestão Hoteleira, Limitada, 100%. O total do número de trabalhadores indiferenciados não residentes destes dez hotéis é 5870; quantos são os locais? São 1059! Ou seja a percentagem é de 85%. Será uma proporção racional? Foram bem aproveitados os recursos humanos?

O Sr. Secretário sabia que podia fazer uso de máquinas para pôr lençóis, para não dar pretexto à importação de mão-de-obra com o fundamento de que os trabalhadores locais não tinham a força física necessária ao desempenho de tarefas. Bem, o GRH sabe isso? A DSAL sabe isso? Entrego agora esta lista dos trabalhadores contratados por dez hotéis para estudar se deve atribuir-lhes um “prémio” para fazer melhorias, adquirindo máquinas para pôr lençóis para aproveitar devidamente os recursos humanos locais. De facto, com a ajuda de máquinas, os trabalhadores locais conseguem pôr lençóis! Se servem bem as máquinas em Hong Kong, porque não em Macau? A que isso levou? Muitos residentes de Macau acabaram por não partilhar o fruto da prosperidade económica, do desenvolvimento económico, de forma razoável.

É mais do que óbvio que há tarefas que podem ser executadas pelos trabalhadores locais, se quiserem aproveitá-los devidamente. Através do emprego, eles poderão usufruir do fruto do desenvolvimento económico. Mas os postos de trabalho estão ocupados por trabalhadores não residentes em grande percentagem. Chamem os patrões das PME's para ver essa percentagem, no sentido de avaliar se essa percentagem está correcta ou não. Como melhorar?

Esta questão tem a ver com isto: como atribuir efectivamente emprego aos residentes locais no âmbito do sector do jogo? Quanto à contratação de mão-de-obra não residente por seis empresas do jogo, sei que o governo tem controlo e divulga isso periodicamente. Contudo, outras empresas relacionadas com essas empresas do jogo e os hotéis que operam nas instalações dos casinos continuam a não ter controlo, tendo contratado muitos trabalhadores não residentes que ocupam postos que eram dos residentes locais, em nome da partilha do fruto do desenvolvimento económico. Assim geraram conflitos sociais.

Entretanto, devido a esta situação, há ainda muitos trabalhadores

locais que não conseguem usufruir razoavelmente do fruto do desenvolvimento económico. Como os salários que eles auferem são baixos e quase iguais ao valor do apoio económico atribuído pelo governo, então o governo decidiu atribuir-lhes um valor de risco social, para os sustentar, e pronto, o assunto está arrumado. Assim, tanto os trabalhadores como também os patrões, ficaram furiosos.

Porque é que os patrões ficaram furiosos? Esta é a resposta: não conseguem suportar a contratação de trabalhadores. E qual é a posição dos trabalhadores? O governo diz: arranjem emprego, eu pago-lhe um subsídio complementar de 4 mil patacas aos rendimentos de trabalho, como se fosse um salário mínimo. Só que vocês sabem que metade desse subsídio de 4 mil patacas foi “engolida” pelo desactualizado regime de apoio económico? A razão é muito simples. De acordo com os requisitos para acesso ao valor do risco social, se uma família é constituída apenas por uma pessoa, fica com essas 4 mil patacas sem problemas; se há uma família em que uma pessoa trabalha para sustentar outra que não tem emprego, neste caso, essas 4 mil é um valor inferior ao valor do risco social; quando uma família vive do apoio económico, trabalha, fica com essas 4 mil, neste caso, o apoio económico concedido pelo IAM fica a zero. Porque o facto de essa família auferir rendimentos de trabalho faz com que perca o direito de aceder ao apoio económico e só fica com o valor do risco social. Esta é a situação das famílias com 3 ou 4 elementos.

A aplicação das medidas do subsídio complementar aos rendimentos de trabalho visa estimular as pessoas que trabalham, mas esse efeito ficou gravemente reduzido. Os meus colegas acabaram de falar nisto (nos primeiros dias do debate das LAG na AL referi também): os três que ganharam o prémio da Nobel da Economia este ano, estudaram as políticas sociais, a relação entre as políticas e a taxa de desemprego. Entre os mesmos, fizeram simulações diferentes em áreas diferentes. Parte destas simulações aplica-se a Macau. Como fazer com que o regime de apoio económico consiga produzir este efeito que é estimular o trabalho e ajudar os “working poor”?

A meu ver, perante a situação actual, quando as famílias beneficiárias do valor do risco social trabalham auferindo rendimentos, vão ver isto: se auferem uma pataca, o IAM desconta uma pataca; se auferem 1000 patacas, o IAM desconta 1000 patacas. Com esta medida, perde-se o entusiasmo pelo trabalho. Como resolver isto com justiça? Segundo muitos estudos, por exemplo, podem-se empenhar mais recursos financeiros para apoiar os necessitados e aplicar medidas que promovam o emprego.

Por exemplo, tendo em conta o valor do risco social, continuar a apoiar as famílias que não tenham rendimentos. O valor do risco social deve ser alvo de revisão, de acordo com a situação sócio-económica; deve também permitir-se que os elementos dessas famílias que tenham capacidade para isso, trabalhem para ajudar a aliviar as despesas de casa. Esta medida aplicar-se-á até estas famílias auferirem rendimentos que sejam 1,5 vezes ao valor do risco social, depois disso é que se deve começar a descontar o correspondente montante do apoio económico face aos rendimentos de trabalho deles.

Com estas medidas, será mais eficiente estimular o emprego e ao mesmo tempo permitirá que as famílias dos “working poor” que auferem rendimentos que sejam 1,5 vezes ao valor do risco social continuem a aceder ao apoio económico. Com esta medida, por um lado, será estimulado o emprego e por outro lado, aliviar-se-ão as

difficultades dos “working poor”. Estas são as soluções a nível da ciência da Economia, são também o fruto das investigações confirmadas pelos vencedores do prémio Nobel da Economia. Não deverá Macau desenvolver-se com o tempo? Assim será melhorado o nível de vida dos trabalhadores, ajudando também a satisfazer as necessidades laborais das PME's. Estas medidas são benéficas tanto para a parte laboral como também para a parte patronal. Não deverá o governo implementá-las?

Coloco mais uma questão sobre os assuntos quotidianos da vida da população. Os Estados Unidos já anunciaram publicamente implementar políticas monetárias expansionistas, a situação será muito mais complicada. Não se deve concluir erradamente que a inflação de Macau no próximo ano será uma inflação importada. A inflação é sempre uma inflação, não sendo apenas uma inflação simplesmente importada, mas sim um inflação provocada pela desvalorização da nossa moeda. Esta é o cerne do problema!

Aproveitando as vantagens de que muitos países dependem muito da sua moeda, aquele “grande” país em matéria de impressão de notas quer imprimir, de repente, grande quantidade de notas, para lucrar prejudicando os outros, tornando o mundo complicado. Se a nossa moeda continuar indexada àquela moeda, estaremos a ajudar os maus a continuar a exercer a sua influência monetária e ao mesmo tempo estaremos a ser prejudicados. A questão que se coloca agora é: escolhemos o que é “bonito” ou o “amor pela Pátria”!

No caso da escolha por “amor pela Pátria”, Macau presentemente tem uma grande reserva financeira e reserva em moeda estrangeira. Acho que o governo de Macau deve criar um mecanismo de ligação estreita com o governo central e o governo de HK a nível das políticas monetárias. Está no momento de preparar para mudar a indexação da nossa moeda. Para isso, não era preciso preocupar-mo-nos com a desvalorização da nossa moeda face ao dólar de HK. Com uma colaboração estreita, quando fosse mudada a indexação da nossa moeda, a nossa moeda poderia continuar a manter a mesma taxa cambial que tem agora face ao dólar de HK. Mas era preciso mudar a indexação.

A ideia de desindexação do dólar americano era para evitar o impacto provocado pelo país que imprime notas em elevada quantidade, para não dificultar a vida das pessoas, uma vez que o facto de atribuir dinheiro não consegue diminuir o impacto da inflação provocada pela desvalorização da nossa moeda devido às políticas monetárias expansionistas.

Teriam os governantes de Macau audácia para lidar com isso? Temos mecanismos que consiga manter contactos estreitos com o governo central e com o governo de HK no âmbito das políticas monetárias? Esta matéria está relacionada estreitamente com a área do Sr. Secretário, não podendo atribuí-la a outros secretários. Então, agradeço a sua ponderação séria sobre as minhas ideias.

Quanto à matéria sobre o desenvolvimento imobiliário, espero que o Sr. Secretário venha a responder mais detalhadamente. Nas LAG, parece-me que no âmbito da diversificação do desenvolvimento imobiliário, uma coisa foi esquecida, que é o sector logístico. Nas LAG anteriores, foi ainda referida alguma coisa sobre este sector, mas nestas LAG, não fez sequer uma referência. Como desenvolver este sector? De notar que existe um lote de mais de 20 mil m² destinado ao desenvolvimento de uma base logística: armazenamento logístico e operações de valor acrescentado.

O projecto de desenvolvimento do tal lote foi apresentado em 2004, apreciado em 2005 e aprovado em 2006. Decorridos 4 anos, o prazo de aproveitamento do lote expirou. À minha interpelação escrita, a DSSOPT respondeu-me: o lote ainda não foi desenvolvido e o governo vai estudar novamente se o tal lote é apropriado ou não para desenvolver o sector logístico.

No meio do conjunto das cidades do delta do Rio das Pérolas, o sector logístico é um negócio rentável. A questão que se coloca agora é esta: quem conseguir desenvolver o sector logístico com armazenamento e operações de valor acrescentado terá mais oportunidades. Macau era para possuir esta base, mas foram-se embora anos, e depois, fomos com o governo visitar a Ilha de Hengqin, finda a visita, nada ficou feito. Não se faz a mínima referência sobre criar uma base ao desenvolvimento do sector logístico.

Perante esta situação, não seria melhor se o governo tomasse uma decisão de reaver aquele lote com mais de 20 mil m², para ser colocado a concurso público? Ou que o governo investisse directamente na construção do tal lote de armazenamento destinado à indústria de transformação, para que o lote se valorize. Assim não seríamos apenas “seguidores da moda” no âmbito da cooperação e concorrência com as cidades situadas no Delta do Rio das Pérolas, mas sim teríamos em Macau um lote para este desenvolvimento à frente da “moda”.

Quanto a isso, acredito que o Sr. Secretário é um bom conhecedor desta matéria. Então não tem de dar uma resposta mais directa, ao invés de passar a bola ao Sr. Secretário Lau? A área tutelada pelo Sr. Secretário Lau não incluiu o sector logístico. Se lhe perguntasse, se calhar, ele retribuía-lhe a pergunta. Portanto, não é altura de atirar a bola uns para os outros, mas sim aproveitar as oportunidades, uma vez que está em curso a cooperação interactiva entre as cidades situadas no Delta do Rio das Pérolas. Esta cooperação não vai começar, mas está sim em curso! Aproveitando estas vantagens, devia desenvolver-se e explorar-se atempadamente, em Macau, esta base.

Se vier a defender que o lote situado no Cotai não é adequado para desenvolver o sector logístico, então, diga-me lá onde é adequado? Se for optar por conquistar ao mar, então, devia decidir já onde! Assim, quando for traçado o planeamento do aterro, será reservado um lote para desenvolver a base do sector logístico. Caso contrário, tudo ficaria atrasado e a bola seria chutada entre os secretários. Por esse andar, Macau nunca teria o seu sector logístico desenvolvido.

Quando os operadores do sector logístico transportam mercadorias para Macau, andam a procurar em todos os lados armazéns. Perante esta falta, os operadores não conseguem embalar os seus produtos nem redistribuí-los para proceder a uma operação com valor acrescentado em operações logísticas.

Enquanto se regista esta falta, como teríamos pessoas qualificadas deste ramo? Face a esta situação, coloco as questões à volta desta matéria. Primeira, é preciso aprofundar a retribuição do emprego à população no sector do jogo. Este aprofundamento não é apenas nos dez grandes hotéis! É preciso controlar a importação dos trabalhadores não residentes indiferenciados que representam 95%, dos quais poucos são trabalhadores não residentes diferenciados. Segundo o meu conhecimento, nas seis empresas do jogo, estão preste a reabrir conflitos laborais, pois muitos trabalhadores locais sentem-se explorados, não auferindo salários dignos. Esta matéria

deve merecer mais atenção do governo para fazer o papel mediador. É preciso ainda dar apoio aos trabalhadores a nível jurídico, por exemplo, o direito de negociação colectiva. Assim sendo, serão melhor salvaguardados os direitos e interesse dos trabalhadores locais. Caso contrário, por azar, quando os empregadores se zangarem, perante pedidos de aumento salarial, eles serão despedidos dando origem a greves.

Por isso, acho que a retribuição do emprego à população deve ser aprofundada no sector do jogo: a nível quantitativo, deve ser controlado o número dos trabalhadores não residentes contratados por aqueles hotéis; a nível qualitativo, devem ser salvaguardados os direitos dos trabalhadores locais que laboram nas grandes empresas. Acho isso muito premente! Obrigado.

Presidente: Bom, seis Srs. Deputados usaram da palavra. Ainda temos 45 minutos, passo a palavra ao Sr. Secretário.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Obrigado, Sr. Presidente, agradeço aos seis Srs. Deputados pelas questões colocadas e opiniões manifestadas.

Respondo às questões pela ordem das intervenções. O Sr. Deputado Mak Soi Kun levantou uma questão sobre a baixa taxa da execução orçamental em todos os anos no âmbito dos investimentos públicos. Bom, essa é também uma verdade, mas se olhamos para os últimos anos, a taxa de execução orçamental não tem sido baixa mas sim bastante alta. Se acharam que não foi dada resposta suficiente ao melhoramento do nível de vida devida à baixa taxa de execução orçamental, penso que devemos olhar para isto de um ângulo mais completo. Nos últimos anos, como o governo tem aplicado recursos públicos para satisfazer as necessidades no âmbito do melhoramento do nível de vida da população? Bom, além dos investimentos públicos, noutros aspectos, por exemplo, os serviços públicos têm investido em diversos projectos. Portanto, deve-se olhar para esta taxa de execução orçamental de forma mais ampla.

O governo já apresentou uma série de leis para revisão no próximo ano, por exemplo, a Lei Laboral e a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes. O Conselho para o Desenvolvimento Económico e o Conselho Permanente de Concertação Social criaram grupos de trabalho encarregados da análise do ponto de situação da implementação da Lei Laboral e da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes.

Como o início da revisão a fazer pelos respectivos grupos de trabalho, vão ter muitas oportunidades de discutir sobre todas as matérias relativas ao aumento de transparência na apreciação e aprovação de pedidos para a contratação de mão-de-obra não residente, bem como sobre os problemas surgidos no decorrer da aplicação dessas duas leis. O governo está atento à revisão da Lei Laboral e da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes cuja revisão se encontra incluída nas LAG para o próximo ano.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi levantou uma questão sobre a queda dramática das exportações nos últimos dez anos. Bom, não notamos só agora esta alteração verificada nos últimos dez anos, mas já na década 90 sabíamos que em 2005 iríamos sofrer esta alteração do regime de quotas de têxteis. O governo fez algumas tentativas, por exemplo, na altura foi criado o Parque Industrial Transfronteiriço com o objectivo de apoiar o sector das exportações. Durante algum tempo, esse parque desempenhou um papel estimulante.

Mas esse parque acabou por não funcionar, por diversas razões. Contudo pelo menos, na 1ª década deste século desempenhou um papel estimulante. Pode-se levantar esta dúvida: então porque é que em 2009 a queda foi tão grande? Bom, a crise financeira foi a responsável por este fracasso, não estou a culpar à crise financeira. Mas foi de facto em 2009 que se verificou uma alteração no contexto económico mundial. Esta alteração fez cair a procura pelos produtos de Macau dando origem a esta queda em 2009. Não se pode afirmar que a queda dramática em 2009 se tenha devido a alguma razão especial.

Nos últimos dez anos, esta queda tem sido persistente mas ao mesmo tempo registou-se uma subida das importações nos últimos dez anos. O Sr. Deputado Chan tinha razão, sim a nossa estrutura económica sofreu grandes alterações. Ou seja, a estrutura económica muito dependente das exportações e transformações passou pouco a pouco a transformar-se numa estrutura económica que tem o sector dos serviços como o sector principal.

Devido à alteração da estrutura económica, o sector dos serviços começou a desenvolver-se, especialmente o sector do turismo e o sector hoteleiro. Com este desenvolvimento, as necessidades por produtos do exterior aumentaram, nos últimos anos, nomeadamente os produtos para hotéis e produtos turísticos, alimentos de alta qualidade. Estas necessidades estimularam sem dúvida o aumento das importações. O Sr. Deputado Chan Wai Chi tinha razão, a estrutura económica de Macau nos últimos dez anos tem sofrido uma grande alteração, o que é visível.

Em relação ao jogo responsável, terá o governo de trabalhar ainda mais nesta matéria? Sim, claro, o governo terá de trabalhar mais nesta matéria. Já referi antes que está no momento de aplicar certas medidas com maior esforço. Iremos produzir normas que impeçam o acesso dos apostadores patológicos aos casinos, quer seja da vontade deles, quer sejam coercivas. Bom, estamos a estudar soluções para lhes impedir de aceder aos casinos.

Quanto a isso, teremos de rever todo o funcionamento do sector do jogo de forma aprofundada, para atingir este objectivo. De notar que esta revisão está em curso.

Quanto às questões sobre como atribuir mais prestações aos idosos beneficiários do regime de previdência no âmbito da segurança social, já foram apresentadas estas opiniões na consulta pública sobre a reforma do sistema da segurança social. Neste momento, estamos a preparar uma proposta de lei sobre a implementação da 2ª fase no âmbito do regime de previdência. Segundo as minhas estimativas, este regime jurídico do regime de previdência será lançado brevemente.

As opiniões proferidas sobre o referido texto consultivo servirão de referência para a futura elaboração de uma proposta de lei sobre protecção de 2º nível. Repito, tomaremos com toda a certeza essas opiniões como referência. Uma vez que foram recolhidas opiniões muito valiosas do consenso social. Fiquem tranquilos, vamos tomá-las como referência.

No tocante à Viva Macau, faço hoje uma apresentação sobre o ponto de situação. Em relação ao reembolso do empréstimo concedido à Viva Macau, o advogado representante do governo notificou o fiador deste empréstimo do início de procedimento do reembolso; o seu fiador começou também o procedimento de contestação. Presentemente, esta matéria passou a ser uma discussão

entre advogados no tribunal. Não sei se a isso se chama ou não procedimento de contestação, em termos jurídico. Mas, pelo menos, está na fase em que decorre discussão ou contestação entre os advogados.

Por razões de justiça e por respeito pelos fundamentos apresentados pelas duas partes, não me convém muito debater isto publicamente, acho melhor deixar os advogados a discutirem.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan levantou uma questão sobre o futuro destino a dar ao Plano de Participação Pecuniária. Quanto a isso, penso que estão esclarecidos de que começou no ano passado, o governo injectou 10 mil patacas, ou seja, a cada residente de Macau elegível foi aberta uma conta individual na qual foram depositadas 10 mil patacas, no âmbito do regime de poupança central.

Estamos cientes de que, para aliviar a pressão resultante da inflação, o apoio aos necessitados deve ser específico. Assim, neste ano, o governo apresentou várias medidas diferentes, por exemplo... não quero repeti-las, uma vez que nos últimos dias estas medidas já foram noticiadas de forma ampla e a Sr.ª Secretária Chan detalhou-as ontem também, tendo referido por exemplo: o subsídio de tarifas de transporte, propinas, banco alimentar. Estas medidas visam apoiar fortemente os residentes carenciados de Macau para aliviar a pressão causada pela inflação.

A forma como é implementado o Plano de Participação Pecuniária é igualitária, ou seja, todos os residentes de Macau incluindo os que já não vivem em Macau permanentemente são abrangidos por este plano.

O caminho que o governo pretende verdadeiramente seguir é proporcionar melhor protecção aos residentes permanentes de Macau. Este é o caminho que o governo vai seguir para o futuro dos residentes de Macau.

Sim, estou de acordo com a opinião de que diversos serviços tais como os Serviços de Economia, o IACM e o Conselho de Consumidores devem divulgar com regularidade mais informação sobre os preços a retalho e a grosso. Bom, estamos a estudar um mecanismo que divulgue periodicamente informação neste sentido, para que os residentes fiquem bem esclarecidos.

Quanto às questões sobre o GRH, os meus colegas do GRH vão prestar mais atenção. Além da informação transmitida pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun, segundo muitas PME e associações industriais e comerciais com quem tive contacto recentemente, os pedidos de renovação de mão-de-obra importada são despachados em dois meses pelo GRH; os pedidos novos também demoram apenas dois meses para conhecer a resposta.

Não diria que isto foi um grande progresso, mas foi um melhoramento. O Sr. Deputado Tsui falou em concretizar essa meta e esperamos que esta meta seja verdadeiramente concretizada, ou seja, definimos uma meta que é finalizar o processo de apreciação e aprovação no prazo de dois meses.

Quanto ao debate sobre os salários mínimos, antes já referi que, no próximo ano, o governo vai orientar o debate sobre esta matéria entre as partes laboral e patronal.

A Sr.ª Deputada Leong On Kei levantou a questão sobre as normas

relativas ao teste de habilidade dos croupiers e posse de cartão profissional no posto de trabalho. Acho que, quanto a essa questão, o mais adequado é ser a DSAL a responder por escrito, pois não tenciono perder tempo nisso.

Estou de acordo com a opinião de que é necessário emitir orientações para o jogo responsável e testes de habilidade, e cooperar com as empresas do jogo e associações cívicas, no sentido de todos contribuírem com suas ideias para fazermos um bom trabalho neste sentido. Quanto a isso, o governo vai obviamente auscultar os Srs. Deputados, reforçar a cooperação e o contacto com as respectivas empresas e as associações cívicas.

A Sr.^a Deputada Leong On Kei propôs ter-se em conta, ao apoiar as PMEs, o destino dado ao desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer, aumentando a competitividade do sector das convenções e exposições, aproveitando o Fórum, o Macau Dome. Bom, vamos considerar as suas opiniões para fazer um bom trabalho.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng apresentou sugestões e ideias para a base de dados sobre as habilitações profissionais, para a aplicação do sistema “uma prova, dois certificados” e cursos de formação. Quanto a isso, teremos de ver a situação actual sobre os recursos humanos constantes da base de dados criada pelo GRH e pela DSAL, que fornecerão ao Sr. Deputado Lau Veng Seng mais informação neste sentido, pois se trata de grande volume de informação.

Será preciso reforçar a divulgação sobre o Plano de subsídio aos jovens à procura do primeiro emprego? Sim, é preciso o reforço, uma vez que o governo pretende implementar este plano para ajudar os que querem arranjar emprego e para ajudar as empresas a ter maior oferta de recursos humanos.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong perguntou como estimular as pessoas para se empregarem através de apoio financeiro, que é benéfico para as partes laboral e patronal. Além das suas sugestões, alguns especialistas apresentaram também as suas ideias, acredito que estas sugestões e ideias merecem ser estudadas e pensada pelo governo.

Foi estabelecido um mecanismo de contacto entre o governo de Macau e os organismos e bancos dependentes do governo central e a Autoridade Monetária de Hong Kong. No âmbito da gestão do sector financeiro e outras muitas matérias do interesse comum, há encontros frequentes entre os colegas da Autoridade Monetária de Macau e os funcionários dos diversos organismos relativos de Hong Kong e do Interior da China. Nestes encontros são frequentes o debate e a troca de opiniões sobre as matérias do interesse comum.

Quanto a isso, muitas opiniões foram debatidas por nós, incluindo a valorização da nossa moeda. Haverá oportunidades para debatermos em conjunto estas matérias. Não fiquem preocupados porque não vamos decidir estas matérias sem comunicarmos convosco.

Finda a ponderação ou comunicação, teremos de tomar uma decisão tendo em vista a realidade de Macau e a estabilidade a longo prazo. Será então necessário pensar já nisto agora? Sim, estas matérias são revistas e pensadas continuamente, mas nesta fase, esta nossa decisão ou esta nossa prática é mais favorável para o interesse de Macau.

Quanto ao desenvolvimento do sector logístico, penso que esta

matéria não requer apenas a atenção do sector de Macau, mas sim de toda a região. Haverá grandes desafios e oportunidade de desenvolver o sector logístico na região do Delta do Rio das Pérolas. Imaginemos: em 2016, com a entrada em funcionamento da ponte que liga Zhuhai, Hong Kong e Macau, levaremos 20 minutos para chegar ao aeroporto de Chek Lap Kok de Hong Kong. Com o melhoramento da rede rodoviária, de estradas, de metro, em toda a Região, as relações ficarão mais estreitas, assim, aproveitando as próprias condições, como conseguirá Macau desenvolver o sector logístico? Trata-se de um tema que merece ser estudado de forma aprofundada.

A diversificação sectorial não visa apenas desenvolver o sector logístico, temos também de dar mais atenção ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições, das indústrias culturais e criativas, entre outros. Em articulação com o Parque Industrial Transfronteiriço de Macau, em cooperação com Zhuhai, como conseguiremos transformar esse parque num parque de cooperação transfronteiriça? Penso que neste parque, um dos projectos que terá mais oportunidade de se desenvolver será o sector logístico.

Tendo em conta as actuais condições de Macau e o aproveitamento do parque de cooperação transfronteiriça, no futuro poderemos aproveitar as condições de desenvolvimento do sector logístico de Macau. Este parque de cooperação transfronteiriça encontra-se numa fase avançada. Quando for oportuno, poderei fazer-lhes uma apresentação mais detalhada sobre este parque.

Em relação ao parque industrial transfronteiriço, o Sr. Deputado Chan Wai Chi falou no retrocesso das indústrias de exportações e de transformação de Macau. Agora, estamos a trabalhar no sentido de transformar o parque industrial transfronteiriço num parque de cooperação transfronteiriça, o que vai de encontro às necessidades actuais e ao contexto actual.

Assim, temos a expectativa de que o desenvolvimento do parque de cooperação transfronteiriça será benéfico para o sector de serviços de Macau de alto nível, proporcionará mais oportunidades para o desenvolvimento do sector logístico de Macau. Sr. Presidente, tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Em primeiro lugar, falo no jogo responsável. Não estava no meu plano falar nesta matéria, mas tenho de falar nela, uma vez que nas LAG diz-se claramente que o governo vai promover o jogo responsável. Sendo trabalhador da Educação, oponho-me a isso fortemente! O que quer dizer o “jogo responsável”? A resposta mais simples é esta: há sempre apostadores, quer percam, quer ganhem. Isto corresponde mais ao interesse dos casinos. Portanto, os casinos também querem promover o jogo responsável, é certo, porque isso corresponde mais ao seu interesse. Mas o governo não deve promover o jogo responsável. Se isso faz parte da educação cívica, um dia desses, se eu tentasse impedi-los de apostar nos casinos, os alunos responderiam: o governo disse que quem não joga, não é responsável. Se assim fosse, seria grave! Por isso, o que o governo deveria promover junto dos cidadãos a ideia de que devem recusar tentar a sorte, recusar jogar, tal como recusar as drogas.

Bom, voltando às questões que eu quero levantar. Acho que a diversificação sectorial deve ser um tema importante para a área da economia e finanças. Só quero falar no Centro Mundial de Turismo e Lazer. Este foi um posicionamento definido pelo nosso país em Março. Naquela altura, não havia ainda nada de concreto, percebe-se, mas até hoje, decorrido tanto tempo, qual o conteúdo deste conceito de Centro Mundial de Turismo e Lazer? Nada disso se encontra referido claramente nas LAG.

Perante este posicionamento, então de que factores importantes o Centro Mundial de Turismo e Lazer deve dispor? Não se vê algo claro nas LAG. É importante analisar estes factores, visto que tendo os factores importantes analisados, ficaremos com ideias das nossas vantagens e desvantagens. Destes factores importantes, quais são os de que já dispomos? E quais são os de que não dispomos? Nada disso se vê analisado de forma aprofundada nas LAG.

Fica-se com a sensação de que está definida esta meta, no entanto não passa de um slogan! O essencial, para o Centro Mundial de Turismo e Lazer, é ter estes factores analisados claramente, para o governo poder actuar, para os serviços públicos poderem actuar no âmbito de preparar os factores em falta, promover a força cívica a participar.

Recentemente, fala-se muito no “dinheiro especulativo” que entra em Macau. Há quem proponha impedir a entrada deste “dinheiro especulativo” em Macau. Mas é muito difícil impedir isso. Há soluções? Portanto, se nas LAG, estivessem classificados os factores em falta para construir o Centro Mundial de Turismo e Lazer, sabia-se logo: o que o governo conseguiria fazer? O que só era possível ficar feito pela força da sociedade civil? O que era possivelmente visto como valendo a pena ser investido? Assim sendo, com o “dinheiro especulativo” que entrou em Macau não dava para fazer investimento especulativo a curto prazo, mas sim à espera de oportunidades de investimento. Assim, seria possível construir o Centro Mundial de Turismo e Lazer, aproveitando a capacidade financeira do governo, da sociedade e do capital estrangeiro. Portanto, acho que assim, ficaria traçado um plano director. Mas agora nem isso se vê.

Espero que, no próximo ano, seja dado o início à preparação de um plano director: de que factores já dispomos? Como conservá-los? Quais factores é que fazem falta? Espero que estas questões mereçam a reflexão do Sr. Secretário e da sua equipa, sobre como construir efectivamente o Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Segunda questão incide sobre a inflação, pois não se pode deixar falar nela, pelo mal que ela traz. As causas da inflação são diversas, as PME's de Macau encontram-se com muitas dificuldades: além da falta dos recursos humanos, as rendas estão altíssimas, os produtos alimentares são caros, os custos de exploração estão altos. Tudo isto é o “assassino” das PME's.

Os produtos alimentares estão caros incluindo a carne, vegetais, cereais e géneros alimentícios, o gás caro. Tudo isto cria muitas dificuldades às PME's. Quanto aos vegetais caros e carne cara, os meus colegas provenientes do sector comercial atribuíram a culpa ao sector comercial local pelo aumento de preços para obter lucros fabulosos. Esta afirmação tentou disfarçar o oligopólio a montante do fornecimento.

A Macau fornecem-se produtos frescos. Sob a fachada de “terras de produção especiais para cultivar produtos com alta qualidade a

preço competitivo”, são muito mais caros os preços dos produtos frescos fornecidos a Macau, comparados com os preços de outros produtos frescos do interior da China, cultivados nas terras de produção onde se sujeitam igualmente ao mesmo regime estatal de inspecção sanitária, aos mesmos critérios estatais da higiene dos alimentos.

Mesmo que os preços dos produtos cultivados por outras terras de produção não especiais sejam inferiores aos preços dos produtos cultivados por terras de produção especiais, não podem ser fornecidos a Macau. É estranho que haja governantes tão ignorantes como a Sr.^a Secretária Chan, mas acredita-se que a sensibilidade dos comerciantes é muito superior à dos governantes, pois o Sr. Secretário Tam é proveniente do sector comercial, tal como alguns colegas meus aqui presentes.

Não se poderia ser tão parvo se pudesse comprar 100 cates de vegetais ao preço de 50 patacas, e preferissem comprar a preço de 200 patacas, da mesma qualidade. O caso da carne é idêntico: outras terras de produção fornecem carne se calhar a preço muito inferior ao preço praticado pelas terras de produção especiais. Isso só seria aceitável, se concordassem que os comerciantes de Macau são parvos. Portanto, deveriam trabalhar neste sentido para que os produtos cultivados por outras terras de produção que satisfaçam também as normas estatais de inspecção sanitária possam ser importados para Macau. Esta seria uma verdadeira solução para baixar os preços de bens de primeira-necessidade.

Isso depende do Sr. Secretário Tam e da Sr.^a Secretária Chan que negociam com o Ministério do Comércio e a Administração de Controlo de Segurança Alimentar. Mas antes das negociações, devem preparar o “trabalho de casa”, caso contrário, seria possível não conseguir nada, levando os cidadãos a ficar decepcionados, levando os fornecedores com oligopólio a ridicularizar a incompetência do governo de Macau. Levantei esta questão sobre o oligopólio do fornecimento, não foi com intenção de denegrir o nosso país, nem fui ingrato. A minha intenção é expor os males das “anti-políticas” às políticas implementadas à luz do apoio do nosso país. Sendo gentes de Macau, se ajudam a esconder e proteger estes males, é a mesma coisa que “fazer um pacto com o Diabo”.

Outra questão incide sobre os preços de bens de primeira-necessidade. Reza o ditado: “não é preocupante o arroz caro, mas sim a má sorte”. Quando as pessoas estão empregadas, não se sentem muito com os preços altos de bens de primeira-necessidade. Nos últimos dez anos, a economia tem andado muito próspera produzindo grande quantidade de postos de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo, o número de trabalhadores não residentes e de trabalhadores ilegais é muito superior ao número de postos de trabalho criado. Isto faz com que em muitas empresas os trabalhadores locais sejam considerados de 3.^a ou 4.^a classe, pois as condições e oportunidades de emprego estão a piorar. O governo deve dar mais atenção a estes problemas! Escuso-me a repetir agora pois alguns colegas meus já abordaram estes problemas.

Outra questão incide sobre o apoio aos “working poor” - salário mínimo. Estou ciente das dificuldades do governo em harmonizar os conflitos entre as partes laboral e patronal. Mas no mínimo, há uma coisa que o governo se obriga a fazer! Qual? A resposta é actualizar o salário mínimo na adjudicação dos serviços de segurança e limpeza que entrou em vigor há anos. Não deverá actualizá-lo? Continua a situar-se em 21 patacas/h?

Outra questão incide sobre o subsídio de 4 mil patacas atribuído aos que auferiram baixo salário. Este subsídio não deverá ser actualizado, atendendo ao aumento dos preços de bens de primeira-necessidade? Vendo-se como está a inflação, este subsídio ainda não foi actualizado? O governo tem todo o poder para actualizar este subsídio. Espero que o governo venha a ponderar esta questão.

Para terminar, levanto uma questão sobre os direitos dos consumidores. A sociedade de Macau é uma sociedade capitalista. Com o Centro Mundial de Turismo e Lazer, as actividades comerciais serão aumentadas de forma acentuada. Assim, será um tema importante dar mais atenção aos direitos dos consumidores. Presentemente, os poderes e os recursos do Conselho de Consumidores são insuficientes, sendo incapaz de proteger os direitos dos consumidores.

Se não me engano, o Conselho de Consumidores foi criado em 1988, há 22 anos. Na altura a ideia que as pessoas tinham era o consumo de coisas concretas. Por exemplo, compraram uma coisa que não era aquela que queriam, recorria-se ao Conselho de Consumidores e este resolvia a disputa.

Portanto, era muito simples, mas hoje em dia, o alvo do consumo não se limita às coisas concretas, mas sim aos serviços prestados. Perante esta modificação, as competências do CC mantêm-se inalteradas. Apesar de receber tantas queixas, nada pode fazer sendo incapaz de proteger os direitos dos consumidores.

O caso da Viva Macau é um caso mais típico, pois muitas vítimas recorreram ao CC e este aconselhou-as a pedir indemnização através de apresentação de acção cível sem conseguir prestar mais apoio. Ao CC foram apresentadas muitas queixas no âmbito de consumo dos diversos serviços, por exemplo, disputas resultantes de obras de restauro. Muitas vítimas que efectuaram o pré-pagamento por um serviço, as vítimas do “mini-bonds”, todas estas vítimas apresentaram queixas ao CC, e este não conseguiu prestar apoio eficaz. O que o CC sabe fazer é aconselhar os queixosos que recorram à apresentação de acção cível. Bom, quanto à acção cível, isto depende também dos dois factores.

Primeiro, se o CC apresentar um parecer depois de avaliar as queixas, para servir de referência no tribunal.

Segundo, a indemnização por meio de acção cível implica despesas com contratação de advogado. Já não se fala nas queixas de pequeno valor, porque nem as vítima do caso Viva Macau conseguiram obter o apoio judiciário devido à sua capacidade financeira, e também não valeria a pena gastar mais de 10 mil de patacas em advogados pela indemnização no valor de vários milhares de patacas, dinheiro que gastaram a comprar passagens aéreas.

Portanto, está muito claro que, perante esta realidade, o CC não consegue desempenhar o papel devidamente. Muitos organismos subiram um patamar e está no momento de pensar subir o patamar do CC para que este possa desempenhar o papel de proteger os direitos dos consumidores.

Voltando ao desenvolvimento das indústrias, quanto a isso, tenho uma questão a levantar. O governo está preparado para investir verba avultada na indústria da medicina tradicional chinesa, na Ilha de Hengqin, no valor de biliões de patacas. Segundo o governo, tendo em conta as vantagens de Macau, irá desenvolver esta indústria.

A questão que queria levantar é esta: quais vantagens de que Macau dispõe para desenvolver a indústria da medicina tradicional chinesa? Será só porque foram abertas umas farmácias chinesas em Macau que se transformaram em vantagens? Face ao interior da China, teremos mesmo as nossas vantagens suficientes para desenvolver a indústria da medicina tradicional chinesa? Caso a resposta seja negativa, o que aconselhou o governo a investir tanta verba no desenvolvimento desta indústria?

Quanto a este aspecto, as questões que acabei de levantar servem para debate, sendo ao mesmo tempo as minhas opiniões. Como ainda tenho tempo, levanto mais questões.

Mais tarde, será criado um fundo de garantia salarial, independente do Fundo de Segurança Social, para resolver o problema da insolvência de empresas. Não sei como diriam sobre isso, mas este assunto foi falado por anos a fio. Não faço ideia quando será a sua concretização. Mas não é minha intenção apressar a sua concretização, mas sim quero levantar uma questão relacionada com este fundo, pois tive muitos contactos com vítimas de acidentes de trabalho.

Sofrendo acidentes de trabalho, as vítimas são obrigadas a parar de trabalhar. Em termos de protecção, vamos ver o que diz a lei: primeiro, durante a suspensão do trabalho resultante do acidente de trabalho, as despesas médicas são da conta do empregador. Segundo, as vítimas podem receber 2/3 do salário para a sua subsistência. Mas além disso, a lei obriga também à subscrição de seguro contra acidentes de trabalho. Assim, o empregador entende que não tem de pagar nada, uma vez que tendo o tal seguro, a responsabilidade é da companhia seguradora em termos de despesas médicas, indemnizações, garantia salarial.

O Sr. Director Sheun tem conhecimento de muitos casos deste género. Quando se trata de montantes pequenos, a companhia seguradora paga sem problemas; mas quando se trata de indemnizações envolvendo montantes avultados, a companhia seguradora não quer pagar antes de conhecer a decisão do tribunal.

Como sabem, que com este sistema judiciário vigente em Macau, um julgamento destes casos pode levar à vontade 3 ou 5 ou 7 anos. Mas, durante estes 3 ou 5 ou 7 anos, se a capacidade financeira fosse boa, a vida das vítimas não seria tão difícil, caso contrário, seria uma miséria. Se contassem ainda com as indemnizações a receber pelo acidente de trabalho pagas pela companhia seguradora, para aceder a cuidados médicos, era tarde de mais para aceder aos cuidados médicos.

Além disso, nem sequer conseguiriam sobreviver. Pediram a ajuda à DSAL, a DSAL sabe bem isso, mas respondeu: não há uma lei que obrigue os empregadores e as companhias seguradoras a pagar essas indemnizações. Então? Levantei agora esta questão com esperança que quando for criado esse fundo, este aspecto seja ponderado.

Ou seja, dar primeiro a garantia salarial a vítimas de acidentes de trabalho para continuar a sobreviver. Sr. Secretário, sinceramente digo, nos casos de insolvência de empresas, a maior parte das despesas a efectuar neste âmbito serão dinheiro perdido a fundo. Aproveitando esta oportunidade, levantei esta questão para que o Sr. Secretário esteja mais atento. Obrigado.

Presidente: Declaro encerrado o plenário.

(Interrupção do plenário)**(Sessão do dia 26 de Novembro)**

Presidente: Bom, Sr. Secretário, Srs. Governantes, Srs. Deputados, prossigamos a Ordem do Dia de ontem que é o debate das LAG da área da economia e finanças. Na primeira ronda, temos ainda 11 Srs. Deputados inscritos para usar da palavra. Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Governantes, caros colegas:

Ontem, muitos colegas meus abordaram as questões sobre os recursos humanos e hoje quero também abordar principalmente as mesmas matérias. Partilho as opiniões preferidas ontem pela Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang. Tenho a sensação que todos concordam com a falta de recursos humanos. Especialmente as PME's queixam-se muito da morosidade do procedimento de apreciação dos pedidos de importação de mão-de-obra. Sei que, nesta fase, o governo divulga na Internet a informação sobre as empresas que contrataram mão-de-obra não residente. Assim, temos acesso a esta informação a qualquer momento.

Li a informação na página 152: há cerca de 6.800 empresas que contrataram 74.525 trabalhadores não residentes, no total, dos quais, 15.813 são trabalhadores domésticos; 5.800 são de outros sectores incluindo os das empresas do jogo, que representam uma fatia bastante grande, penso eu. Das tais 6.800 empresas, a maioria são PME's. Cada uma destas PME's pede apenas uma ou duas quotas de mão-de-obra, mas não percebo porque é tão difícil autorizar tais pedidos.

A meu ver, durante este procedimento, uma questão merece ser pensada: não deve supor-se que as empresas que pediram mão-de-obra iriam violar a lei colocando certas situações imaginárias: aquelas empresas iriam fazer isso ou aquilo. Face a isto, foram colocadas muitas barreiras que visavam evitar a ocorrência das tais situações, em termos das formalidades. Assim, tornou-se mais difícil a aprovação dos seus pedidos.

Quanto a isso, a meu ver, o governo deve estudar, com toda a seriedade, como acelerar a apreciação e aprovação dos pedidos de contratação de mão-de-obra não residente? Acho que os empregadores querem contratar trabalhadores locais, contudo, as dificuldades são grandes! No caso de empregadores que tenham cometido infracções, devem ser multados, tal como a Sr.^a Deputada Kwan propôs ontem. Concordo com a aplicação de multas a esses empregadores, de acordo com as normas definidas e se as infracções forem graves, acho que as sanções devem ser severas, acho bem assim. Só que não deveriam colocar-se tantas barreiras à aprovação dos pedidos da maioria das empresas, devido ao facto de haver empresas infractoras.

A meu ver, essa prática não é realista, pois não consegue resolver os problemas. Além disso, é também um problema grave que compromete a indústria do turismo e jogo, o futuro desenvolvimento económico. Na apresentação de ontem, o Sr. Secretário Tam disse também que Macau precisa de se desenvolver, mas não havendo recursos humanos, como se desenvolver? Perante esta realidade, não deviam colocar-se tantas barreiras! As partes laboral, patronal e

governamental concordam que há uma falta de recursos humanos e por que razão não deixam de restringir tanto? Esta restrição deu origem a muitas disputas durante anos e anos, gerando cada vez mais descontentamento na sociedade.

Num encontro com o chefe do executivo coloquei também esta questão: queria que as PME's fossem para rua manifestar-se? Não deveria querer isso. Agora, todos estão auto-controlados na expectativa de que o governo venha a compreender esta situação. Andam a promover o princípio de “servir melhor a população”, mas as necessidades da população não foram satisfeitas, estando longe de atender às solicitações da sociedade.

Presentemente, a Lei Laboral, a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes e outros diplomas preveem restrições aos empregadores. Especialmente a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes causa grandes dores de cabeça aos empregadores na contratação de trabalhadores não-residentes. Porquê? Porque durante o período da contratação dos trabalhadores não residentes, as empresas que os contrataram obrigam-se a manter certo número de trabalhadores locais, uma vez que há um regulamento administrativo prevendo que as empresas devem manter um número mínimo de trabalhadores locais contratados. Ou seja, durante esse período, no caso de trabalhadores locais que deixaram de trabalhar numa empresa, o empregador tem 12 dias para contratar outros locais.

No caso de não ter conseguido contratar locais, o governo dá mais cinco dias para o empregador apresentar justificação ao GRH pedindo que o prazo da contratação de locais seja prorrogado. Agora, é muito difícil contratar locais, mas no prazo de 15 dias, a contar da demissão desses locais, haverá condições de obter logo mão-de-obra suplementar? Não é possível. E neste caso, os empregadores obrigam-se a apresentar justificação. Para contratar um trabalhador não residente, o governo coloca muitas restrições. Então como se desenvolver? Como manter a exploração de actividade com estabilidade?

Ontem, muitos colegas citaram este exemplo: uns fecharam as lojas, devido à falta de recursos humanos; outros, fecharam a porta das lojas para emigrarem, sem interesse em continuar com o negócio. Portanto, não se coloca a questão de empregadores não quererem contratar locais. Acontece que alguns locais que alegaram estar desempregados não estão verdadeiramente interessados em trabalhar.

Segundo alguns empregadores, os locais encaminhados pela DSAL ou faltaram ao encontro de entrevista, ou disseram manifestamente não estar interessados, ou compareceram na entrevista só para cumprir a obrigação, ou trabalharam durante uns dias ou um mês e demitiram-se. Portanto, acho que, quanto ao encaminhamento dos locais pela DSAL, o governo deve dominar dados de forma científica sobre os locais que não estejam interessados em arranjar emprego; que estejam registados ano após ano no desemprego; que tenham trabalhado em vários empregos e nenhum deles lhes agradasse. Não sei como a DSAL contabilizou os dados, será que estes locais foram também incluídos nos dados do desemprego? Assim sendo, a taxa do desemprego é obviamente elevada, porque é algo que não corresponde à realidade, e não espelha verdadeiramente a taxa de desemprego real em Macau.

Falaram também na importação de mão-de-obra para superar a insuficiência de trabalhadores locais. Tal como referiram, muitos empregadores ficaram muito insatisfeitos com a morosidade nas

formalidades de apreciação e aprovação de pedidos.

Ontem, o Sr. Secretário respondeu claramente que o governo vai encurtar o tempo que se leva para despachar os pedidos. Contudo, marcaram uma meta? Vai mesmo encurtar efectivamente o tempo de todas as formalidades tanto para a renovação como também para os primeiros pedidos? Tal como eu acabei de dizer: espero que o governo venha a ponderar cabalmente como encurtar as formalidades de apreciação e aprovação de pedidos? Não deve supor que os empregadores sejam como ladrões.

De referir que o facto de encurtar o tempo não garante a autorização dos pedidos. Agora, havendo falta de mão-de-obra, os empregadores ainda têm de andar para a frente e para atrás para tratar das formalidades dos pedidos de importação de mão-de-obra. Alguns tiveram sorte, vendo os seus pedidos autorizados e outros ficaram a queixar-se mas nada podem fazer.

O governo está determinado a apoiar as PME's, tendo aplicado uma série de medidas para apoiar as PME's, o que revela a verdadeira vontade do governo em apoiar as PME's. Mas não consegue satisfazer as necessidades das PME's em termos de recursos humanos. Tal como disse antes, alguns fecharam as lojas e emigraram; outros colocaram as suas lojas para arrendamento, deixando de exercer actividade. Portanto, espero que o governo venha mesmo a ajudar as PME's, para que as mesmas tenham mão-de-obra disponível, reduzindo a burocracia. Assim sendo, será favorável para o desenvolvimento económico de Macau.

Nas LAG, refere-se criar uma base de dados sobre as habilitações profissionais em Macau com o objectivo de proporcionar dados de referência dos recursos humanos para o desenvolvimento económico sustentável. Quanto a isso, dei sempre o meu apoio estimulando o governo a criar esta base de dados o mais cedo possível. A nossa sugestão é: não se deve limitar a criar uma base de dados das habilitações profissionais, mas sim, criar uma base de dados sobre todos os recursos humanos disponíveis em Macau.

Com a falta desta base de dados, não se consegue saber como está o ponto de situação dos recursos humanos. Perante esta situação, como o governo aplicará políticas correctas para fazer face à falta de recursos humanos em Macau? Portanto, espero que o governo venha a aplicar efectivamente as políticas de recursos humanos, tal como disse o Sr. Secretário Tam: acelerar a apreciação e autorização dos pedidos de importação de mão-de-obra, satisfazendo estas reivindicações das PME's.

Ontem, quando estava fora, ouvi o Sr. Deputado Au Kam San a falar na importação de bens de primeira-necessidade tendo referido que são os agentes de Macau que indicam os campos de cultivo de onde são importados os bens de primeira-necessidade a Macau. Essa sua afirmação não corresponde à verdade.

Os produtos daqueles campos de cultivo registados no interior da China têm de satisfazer os critérios para a exportação, possuir quotas autorizadas para a exportação. Só tendo tudo isto é que os seus produtos podem ser exportados e, através dos agentes de Macau, são exportados produtos vivos ou frescos. Face a esta situação, Macau em si não pode escolher.

Por outro lado, tal como referi há dias, depois da venda dos produtos, desta venda são tiradas as comissões e custos, todo o dinheiro dessa venda é pago e transferido para as respectivas

companhias do interior da China. Durante a venda, a tal venda é vigiada pelos agentes do Interior da China e pelos agentes em Macau. Com esta vigilância, não é possível obter outros ganhos. Isto é muito claro, tal como esclareci ontem.

Quanto à diferença entre os preços praticados no interior da China e em Macau, um dos factores prende-se com os preços grossistas, ou seja os preços praticados a montante, além do nível de vida diferente entre os dois lados. Tal como referi antes, todos os campos de cultivo sujeitam-se a critérios diferentes mas rigorosos. Tal como disse antes, nesses campos são aplicados padrões sanitários diferentes ao processo de produção alimentar, aos equipamentos utilizados e à alimentação para criação, tendo em conta as exigências colocadas por onde vão ser exportados os produtos. No interior da China há diferença nos custos e os preços entre os campos de cultivo.

Por outras palavras, nos alimentos produzidos no interior da China, é comum ver etiquetas "SQ". Esta etiqueta "SQ" representa os critérios mínimos de segurança no interior da China. Contudo, para os produtos exportados para Macau aplicam-se critérios mais elevados. Em Macau aplicam-se os padrões da União Europeia.

Assim, os equipamentos e alimentação utilizadas pelos campos de cultivo em causa têm de respeitar os critérios mais elevados. Assim se diferenciam os custos de produção que são mais elevados. Esta diferença provoca igualmente uma certa diferença dos preços grossistas no interior da China e em Macau.

Recentemente, verifica-se uma pequena diferença entre os preços grossistas praticados no interior da China e em Macau, empurrada pela inflação grave no interior da China. Isso causou prejuízo a alguns exportadores. Agradeço que o Sr. Deputado Au venha a tomar melhor conhecimento destes factos, ao invés de enganar as pessoas de forma absurda. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Com a economia de Macau a caminhar para internacionalização, para a diversificação, os recursos humanos passaram a ser a atenção da sociedade. Os empregadores queixam-se todos os dias da falta de mão-de-obra, das dificuldades de contratar mão-de-obra, que põe em causa o exercício da sua actividade; os empregados queixam-se da carga excessiva de trabalho, não vendo o seu salário aumentado; os desempregados queixam-se de, apesar de haver tantos anúncios, poucos são verdadeiros, tornando a sua vida muito difícil.

Afinal de contas, será que há oferta de emprego, ninguém se interessa ou vice-versa? Deixa-me ver os dados divulgados pela DSAL: em 2009, a taxa de desemprego dos residentes locais era de 4.4%, um aumento de 0.8% comparado com o ano 2008, em que era de 3,6%; as inscrições para procura de emprego na Divisão de Promoção de Emprego mostram que a taxa de desemprego aumentou 1,6 % em 2008, de forma que a situação não é tão optimista como anunciaram.

Entretanto, em 2009, a Divisão de Promoção de Emprego preparou, para os inscritos na procura de emprego, cerca de 51.964 entrevistas, mas somente 1,203 inscritos conseguiram emprego, correspondente a 2,3%; em 2008, foram agendadas 39.983 entrevistas, só 867 conseguiram emprego, correspondente a 2,1%; em 2007, foram agendadas 25.577 entrevistas, somente 754

conseguiram emprego, correspondente a 2,9%. O que permite concluir que a taxa de sucesso da empregabilidade foi extremamente baixa, não ultrapassando 3%.

No relatório mensal publicado pela DSAL sobre a empregabilidade, foram apontadas as causas: as áreas de contratação de pessoal definidas pelos empregadores são limitadas; propuseram aos empregadores ajustar ou alargar as condições de contratação de pessoal, para que os locais tenham mais oportunidades de ser entrevistados ou contratados, mas estas sugestões foram rejeitadas pelos empregadores, de forma clara ou insistiram em manter as mesmas condições de admissão. Dos referidos empregadores, alguns efectuaram as inscrições de contratação de pessoal na Divisão de Promoção de Emprego com o objectivo de “despachar” o GRH em termos dos requisitos necessário à importação de mão-de-obra.

Ontem, houve colegas referindo a baixa taxa da empregabilidade no sector da construção civil, o que pode prender-se com causas diversas, mas não se exclui a possibilidade das situações referidas no relatório supracitado, que foram o resultado das áreas limitadas de admissão colocadas por alguns empregadores; as exigências de admissão foram mais elevadas comparadas com o nível em geral.

Há empregadores que põem anúncios de contratação de pessoal permanentemente nos jornais, mas recusam as pessoas encaminhadas pela DSAL ou os candidatos locais aos tais anúncios por diversas razões e os respectivos postos de trabalho ficaram por preencher. Assim, dando como pretexto ter dificuldades em contratar pessoal, exigem ao governo que alargue a importação de mão-de-obra.

Com a entrada em vigor da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, as vagas que os empregadores pediram à Divisão de Promoção de Emprego para preencher com mão-de-obra não residente passaram de 192, em Março, para 944 em Julho e os lugares oferecidos passaram de 3.094 para 11.781, ambos neste ano.

Por um lado, os desempregados encontram imensas dificuldades de se empregarem porque as suas candidaturas ao emprego são sempre recusadas; por outro lado, estão sempre a ser publicados anúncios nos jornais. Porquê? Será que esses anúncios de contratação foram falsos? Ou seja, será que estariam a fazer do uso dos anúncios publicados permanentemente nos jornais, para importar mão-de-obra, obtendo força laboral barata? O que é lamentável é que, apesar das causas apontadas no relatório da DSAL, o executivo continua a não tomar acções nem aplicar medidas que impeçam a ocorrência repetida destas situações.

Acredito que isto pode ser evitado. O Sr. Deputado Pereira Coutinho acabou de dizer que devem passar-se multas pesadas aos empregadores infractores. Quanto aos empregados infractores, se há problemas, também devem localizá-los. Mas não devem comprometer o interesse da maioria das pessoas e o desenvolvimento económico de Macau, devido às infracções cometidas por um número pequeno de pessoas. Isto não é admissível.

Compreendo perfeitamente a importância dos recursos humanos para a economia que está a desenvolver-se de forma acelerada. Compreendo também que as empresas andem com grandes dores de cabeça devido à falta de recursos humanos. Ontem, vários Srs. Deputados “gritaram” sobre as dificuldades de contratar recursos humanos, exigindo relaxar as restrições à importação de mão-de-obra. Contudo, a expressão de “relaxar as restrições” parece muito genérica. Tal como a “Kwan Che” disse ontem, muitos locais

perderam o “tacho” devido à importação de trabalhadores não-residentes.

Assim, deve o executivo apreciar e autorizar com racionalidade com boa ordem pedidos de importação de mão-de-obra tendo em vista a realidade; deve acelerar e encurtar o tempo que se leva para apreciar e autorizar pedidos tendo em conta as situações das empresas requerentes. Não obstante, não deve fazê-lo relaxando as restrições sem regras.

É verdade que com os recursos humanos suficientes, será garantida a competitividade permanente da cidade de Macau. Mas não é solução só recorrer à importação de recursos humanos para resolver a falta de recursos humanos. O Sr. Secretário manifestou também a mesma opinião. Na apresentação das LAG de ontem, o Sr. Secretário disse que o desenvolvimento da economia de Macau está a chegar a uma fase de reconversão industrial, não será viável se continuarmos a depender da importação permanente de mão-de-obra barata e indiferenciada. Macau deve considerar os recursos humanos como recursos importantes, especialmente os locais, em resposta às necessidades do desenvolvimento de Macau, devendo redobrar o investimento e o seu desenvolvimento.

Quanto ao sector da construção civil, é de conhecimento de todos que, com a liberalização do sector do jogo, começou a execução de obras em todo o lado, exigindo mais recursos humanos em termos qualitativos e quantitativos. Assim, os recursos existentes em Macau não conseguem satisfazer as necessidades a curto prazo, sendo indiscutível a necessidade de importar mão-de-obra não residente. No entanto, quando a importação da mão-de-obra se transformar num mecanismo permanente, os empregadores ficarão sem motivação para preparar novas pessoas ou para dar formação ao seu pessoal. Quando há falta de recursos humanos, são logo importados e estão prontos para trabalhar a custo baixo e com fácil controlo. Neste caso, de onde vem a motivação para preparar os recursos humanos locais? Quando os recursos humanos locais diferenciados ficarem sem terreno próprio para desenvolvimento, como melhorar a competitividade dos sectores de Macau?

Esta situação verifica-se no sector da construção civil e noutros sectores. Sinceramente acho que o governo pode ministrar cursos de formação para melhorar o nível e as habilitações dos empregados, mas para melhorar rapidamente a qualidade e habilitações dos mesmos, é indispensável dar-lhes formação no posto de trabalho. E isto é a responsabilidade que deve ser assumida pelas empresas, não podendo atribuí-la a outros.

Estou de acordo com o Sr. Secretário quanto ao conceito dos recursos humanos: bom aproveitamento, desenvolvimento, importação e coordenação; aproveitamento dos recursos humanos locais de forma prioritária, económica, hábil e amigável. Então, de que medidas o Sr. Secretário dispõe para avançar com esse conceito, de forma a promover o bom aproveitamento dos recursos humanos locais?

Para terminar, quero falar sobre o “dinheiro especulativo”. Devido às políticas monetárias expansionistas implementadas por um certo país, foi provocado um excesso da liquidez a nível mundial, entrando muito “dinheiro especulativo” nas bolsas, no mercado imobiliário, fazendo disparar os preços dos activos, aumentando a pressão sobre a inflação.

Para impedir a entrada do “dinheiro especulativo”, todos os

governos aplicaram contra-medidas, no sentido de reduzir os prejuízos para a sua economia: aumentar a taxa de juros, apertar a liquidez, combater a especulação imobiliária com impostos pesados. Mas, vejamos Macau: abriu a porta toda, deixando entrar o “dinheiro especulativo”; face ao mercado imobiliário descontrolado, fica-se insensível. O pior momento ainda não chegou, ainda vai piorar, continuando a obter lucros deste pequeno “mealheiro”.

À medida que, no território vizinho, foram aplicadas medidas para combater a especulação imobiliária com a indicação clara de que o objectivo é combater especuladores e não compradores, parte dos especuladores mudaram-se para Macau, transformando o mercado de Macau pequeno numa “piscina de crocodilos”. Isto agravou a crise da “bolha económica”, constituindo um impacto grave para o futuro desenvolvimento de Macau. Se calhar será um impacto incontornável! O mercado de Macau é o mercado de economia livre, pergunto: na área das finanças, de que medidas fiscais contra o sobreaquecimento imobiliário dispõe, para fazer face a esta situação?

Em Hong Kong foram aplicadas medidas de forma súbita, vai Macau também aplicar medidas de forma súbita? Ou já dispõe de uma série de medidas para aplicar de forma sucessiva? Pode o Sr. Secretário responder-me? Se forem aplicadas medidas de forma súbita, irei a ser o primeiro a elogiá-lo.

O Sr. Secretário para os Transportes e Obras Públicas aplicou dez medidas. Não estou a exigir ao Sr. Secretário para a Economia e Finanças que aplique dez medidas, mas sim uma só, desde que seja eficaz: aumentar fortemente os custos de especulação imobiliária mas com a premissa que é regulamentar as transacções irregulares, por exemplo, a compra e venda de fracções em construção, aquisição interna, entre outros.

Há dias, o Sr. Deputado Chan Meng Kam levantou uma questão sobre o “depósito de intenção em numerário”, então esse depósito não é um tipo de aquisição interna? Com esse “depósito de intenção em numerário”, nada adianta, mesmo que se apliquem medidas de forma súbita tal como em Hong Kong, onde foi aumentado o imposto do selo e reduzida a percentagem de empréstimo hipotecário.

Quero também pedir ao Sr. Secretário que me explique a matéria sobre a taxa cambial. Ontem, um colega meu levantou uma questão sobre esta matéria à qual o Sr. Secretário respondeu que está um funcionamento um mecanismo de ligação entre o governo da RAEM, o governo central e a Autoridade Monetária de Hong Kong para discutir e trocar opiniões de interesse comum.

Pergunto ao Sr. Secretário: face ao sistema financeiro vigente em Macau e à dimensão do mercado, pensou em desindexar a pataca do dólar de Hong Kong para indexar a pataca ao Yuan? No caso de desindexação da pataca, quando apareça especulação da pataca, ou quando haja falta de suporte para a pataca ou quando haja fraca circulação da pataca, teria Macau capacidade de resistir? Tenho dito, obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, caros colegas:

Durante a visita a Macau, o primeiro-ministro Wen anunciou uma série de políticas de cooperação com os países lusófonos e entregou

a Macau uma missão importante. Nas LAG, o Sr. Secretário anunciou também políticas, por exemplo, colaborar com o desenvolvimento de recursos humanos e dar cooperação. Quero saber se o mecanismo e os recursos existentes chegam ou não para concretizar esta missão importante entregue pelo governo central?

Segunda questão. O Sr. Secretário referiu dar colaboração ao desenvolvimento de recursos humanos, de que medidas dispõe? Este é o primeiro aspecto. Segundo aspecto, o Sr. Secretário falou num plano. Acho muito bem. O plano é enviar os universitários para estagiar nas empresas do interior da China. Sei que, em pouco tempo, houve mais de 80 alunos que foram estagiar nas empresas no interior da China, alguns dos quais foram contratados.

Por ano, o número de universitários não é elevado, 80 pessoas é já um número bastante bom. Mas sei que só houve 11 grandes empresas do interior da China que acolheram os tais universitários. Porque foram tão poucas? De notar que o mercado do interior da China é grande, há muitas empresas. Não sei se no futuro é possível ou não aumentar o número de empresas para que os nossos universitários tenham maior saída profissional. Este tipo de estágio é positivo para os jovens de Macau ampliarem o seu horizonte, sendo um canal bom para intercâmbio entre Macau e o interior da China. Portanto, contava com um maior desenvolvimento neste aspecto.

Terceira questão incide sobre a protecção dos direitos de consumidores. Nas LAG, refere-se rever a lei que regula a protecção dos direitos de consumidores. O Sr. Secretário reitera que as prioridades das acções governativas para 2011 serão: criar uma base de dados das lojas certificadas, consumo verde, etiquetas de alimentos, educação sobre o consumo, entre outros. Ontem, o meu colega Au Kam San levantou uma questão sobre a lei da protecção de consumidores, tendo referido a necessidade de melhorar esta protecção.

Sendo Macau uma cidade de turismo internacional, o consumo faz parte importante da nossa economia. Segundo o meu conhecimento, em todos os países, estão muito desenvolvidos os estudos e legislação sobre a protecção dos direitos de consumidores. Gostava de saber se o governo da RAEM vai ou não pensar em estudar e legislar de forma reforçada a protecção dos direitos de consumidores, especialmente alargando o âmbito desta protecção. Estas são as minhas três questões de hoje.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Tam, Srs. Governantes, caros colegas:

Quanto à área da Economia e Finanças, muitos colegas usaram da palavra focando as dificuldades de sobrevivência das PME's, falta de recursos humanos, burocracia nos pedidos de mão-de-obra não residente. Na resposta dada ontem, o Sr. Secretário Tam admitiu haver margens para melhorias e deixou uma promessa de finalizar a apreciação e aprovação dos pedidos no espaço de dois meses, como meta para o futuro.

Por sua vez, o Sr. Secretário Tam reiterou que as PME's devem aproveitar as oportunidades do desenvolvimento do sector do turismo e do jogo e da diversificação adequada, para abrir novas rotas de desenvolvimento; os empresários devem mudar certos conceitos, actualizar a sua mentalidade, acolhendo com iniciativa

estas oportunidades e desafios. Bem, este ponto de vista merece se profundamente pensado.

Quanto à falta de recursos humanos, a situação é grave, mas os desafios que as PME's enfrentam não se limitam apenas a isso. Para sobreviver, as PME's precisam de se desenvolver, mas o problema não se resolve simplesmente com os recursos humanos suficientes. Os empresários devem ter um espírito aberto, a par da evolução do tempo, para que os seus empregados vejam as futuras perspectivas e espaço para se desenvolver. Caso as empresas estabeleçam restrições a si próprias, fiquem estagnadas, nada adianta, por melhores que sejam as políticas de apoio.

Na resposta dada ontem, o Sr. Secretário apontou que muitos empresários locais continuam a ter uma mentalidade inalterada, o que merece ser pensado de forma aprofundada. Fazendo uso desta oportunidade, quero manifestar a minha opinião sobre a alteração dessa mentalidade e levanto também umas questões.

Sou também empresário e constatei que, desde a liberalização do jogo, as mudanças na sociedade trouxeram muitas oportunidades de negócio e ao mesmo tempo muitos desafios novos. Estes são factos indiscutíveis. Nestas novas mudanças, caso os empresários não se adaptem ao novo mercado, podem sofrer impactos psicológicos. São factos verdadeiros a falta de recursos humanos e o aumento dos custos de exercício de actividade.

Contudo, como empresários, devemos recordar como fazíamos negócio. Por exemplo, as lojas eram passadas de geração para geração, nesta passagem, quantos novos adversários apareceram? E como faziam negócio, esses adversários? E damos mais atenção, reparamos que antigamente, em Macau era mais fácil aceder a informação sobre a evolução do mercado, era mais fácil gerir as lojas, pois as próprias lojas tratavam de tudo, desde a compra, a venda dos produtos. A informação do mercado era mais fácil de obter.

Com a liberalização do jogo, o ritmo de desenvolvimento social tornou-se mais acelerado. Antigamente os empresários tinham mais facilidade de julgar as coisas ou exercer sua actividade. Mas com estas mudanças resultantes da liberalização do mercado, chegam a Macau constantemente novos adversários provenientes das regiões vizinhas, empresas internacionais que são muito agressivas. Caso não estejam preparados para fazer frente a estes desafios, não alterem a forma de actuar, e se agarrem às regras antigas, não irão encontrar a rota do desenvolvimento, nem conseguirão gerir bem as empresas, internamente.

Os empresários devem ter espírito aventureiro, os empresários devem conseguir enfrentar os desafios, ter nova mentalidade, antes de fazer face a estas novas mudanças. Os empresários devem enfrentar estas novas mudanças, no entanto, acho que o governo tem também a responsabilidade inalienável de enfrentar estas novas mudanças.

Na apresentação das LAG, a Sr.^a Secretária Chan referiu também a necessidade de resolver as reivindicações da sociedade, pois os cidadãos exigem cada vez mais do governo. Face a estas novas mudanças, como atender às novas e exigentes reivindicações dos cidadãos? Assim, torna-se necessário modificar a mentalidade, para que sejam resolvidos estes problemas.

Há dias, no uso da palavra antes do período da Ordem do Dia, manifestei a minha opinião de que o governo deve ter uma nova

mentalidade para enfrentar esta nova conjuntura. No âmbito do desenvolvimento social, o papel que o governo desempenha é bastante importante, pois é um papel orientador. Desde que o governo venha a resolver tais problemas sociais com o espírito inovador, acredita-se que toda a sociedade fique estimulada para alterar sua mentalidade. Portanto, o governo tem um papel orientador a desempenhar.

Alem disso, o cidadão deve também ter uma atitude tolerante, com visão para aceitar esta nova conjuntura da sociedade. Especialmente ao longo das reformas, o governo deve contar mais com os governantes que tenham mentalidade inovadora. Após definição das políticas, podem aparecer erros. No decorrer das reformas, há muito por corrigir. Desde que o cidadão admite esta mudança no governo que nos orienta para um caminho de desenvolvimento, mesmo que apareçam erros, o cidadão deve adoptar uma atitude que estimule os governantes para aplicar ideias inovadoras.

Com as grandes mudanças desta conjuntura, o cidadão enfrenta novos desafios. Assim, é natural que o cidadão queira melhorar a sua competitividade pessoal. Para isso, o governo dispõe de muitos espaços, mas conseguir ou não aproveitá-los, isto depende do próprio cidadão.

Quanto à promoção contínua do desenvolvimento económico de Macau, a liberalização do jogo foi a primeira fase e a segunda fase deve ser a diversificação adequada dos sectores. Esta segunda fase tem imensa importância, que dependerá da cooperação regional. Assim, apresento as minhas opiniões e levanto questões no debate das LAG da área da Economia e Finanças para o ano 2011.

Primeira. Ontem, o Sr. Secretário Tam referiu ir iniciar brevemente, com mentalidade inovadora, a cooperação com as associações, com o objectivo de melhorar a capacidade de trabalho dos empregados que auferem salários baixos. Nas LAG, refere-se que no próximo ano se irá preparar a regulamentação dos salários mínimos. Este tema será debatido amplamente na sociedade. O essencial deste tema é garantir o melhoramento salarial dos que auferem salários baixos.

Para este melhoramento, há muitos meios diferentes que conseguem obter o mesmo resultado. Por exemplo, através do regime de apoio, das políticas, o governo pode garantir os rendimentos dos mesmos; através das políticas, formação e auto-aperfeiçoamento, melhoramento técnico, os salários poderão ser aumentados; através da formação interna a ministrar pelos empregadores, o nível destes trabalhadores poderá ser melhorado, aumentando os seus rendimentos por meio de prestação de provas e mecanismo de acesso.

No uso da palavra de ontem, o Sr. Secretário referiu que algumas associações prestaram bom serviço aos seus associados no tratamento dos pedidos de mão-de-obra. Através de um exemplo, apresento ao governo uma sugestão. Vão fixar salários mínimos para garantir o melhoramento salarial de alguns empregados. Acredito que, em alguns sectores, essa política poderá ser útil, por exemplo, ajudar a aumentar os salários de porteiros.

Para isso, através de um novo modelo, poderá fornecer-se aos empregados certa formação, por exemplo, porteiros, além de desempenhar devidamente a função no âmbito da segurança, a administração de um edifício inclui ainda a limpeza e higiene dos espaços públicos, alteração e reparação das instalações nos espaços

públicos. Cada tarefa poderá ser executada por 3 ou 4 pessoas, mas se for melhorada a capacidade pessoal, o número destas pessoas poderá ser reduzido, ajudando desta forma a aumentar os salários dos mesmos.

Então como funcionará esse novo modelo? Poderão ministrar-se cursos de formação para melhorar as habilitações dos empregados, através da cooperação entre o governo e as associações. Tendo mais tarefas a executar, não haverá problemas em aumentar salários. Espero que o governo venha a ponderar mais sobre este aspecto.

Segunda questão. A promoção contínua da diversificação sectorial depende da articulação das políticas no âmbito de formação de recursos competentes. Para a diversificação adequada sectorial, o governo fez muito trabalho, tendo sido evidenciado o êxito, por exemplo, da plataforma de comércio, a plataforma lusófona, entre outros factores que estão já a desempenhar devidamente seu papel.

Nos últimos anos, as empresas matriculadas em Macau têm vindo a aumentar. Como é que o governo consegue fazer com que as empresas com nível internacional venham a “residir” em Macau através destas plataformas de Macau, de maneira a formar mais recursos competentes? É também importante pensar em simplificar as formalidades de registo de empresas, de emissão de visto às pessoas especializadas do exterior. Quanto a isso, não será necessária uma optimização? Não haverá espaço de melhoramento?

O governo está empenhado para construir e desenvolver uma plataforma internacional que tem Macau como núcleo. Quanto aos aspectos financeiros, por meio da cooperação regional, no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, aplicaram-se regimes inovadores a título experimental, o que promoveu também mudanças no sector financeiro de Macau. No tocante à preparação de políticas, os recursos competentes têm uma relação estreita com o caminho do desenvolvimento económico. Assim, ao longo deste desenvolvimento, enquanto se produzem políticas para a economia da RAEM, importa também ter-se em conta as políticas que consigam manter os recursos humanos competentes, pois ambos estão estreitamente interligados. A nível de políticas direccionadas à formação de recursos humanos, terá o governo um bom canal de comunicação com os serviços competentes e o sector educativo? Quanto à reserva de recursos humanos competentes, dispõe de medidas de apoio correspondentes?

Terceira questão. De ponto de vista de condução de acções governativas de forma científica, deve fornecer mais dados quantitativos para análise, servindo para aprofundar a diversificação adequada sectorial de Macau. O governo da RAEM está determinado em desenvolver as indústrias criativas e culturais, apoiar e desenvolver novas indústrias novas. Nas LAG refere-se que irá fornecer atempadamente dados estatísticos de qualidade e aptos às necessidades reais, para o governo e os sectores dominarem rapidamente as novas evoluções e alterações no âmbito socioeconómico de Macau, de forma a fornecer dados de referência para o futuro desenvolvimento sustentável da diversificação adequada.

Diz-se que é preciso ter boas ferramentas, a fim de fazer um bom trabalho. Para promover a condução de acções governativas de forma científica, as acções definidas pelo governo merecem ser estimuladas. Mas a nível dos pormenores, ainda há margens de melhorias. Nas LAG, refere-se que serão fornecidos os dados estatísticos mais actualizados e precisos. Não será necessário

também melhorar dados estatísticos específicos? Especialmente para os problemas sociais no âmbito da diversificação adequada sectorial, são muito necessários esses dados. Se o governo está determinado em desenvolver as indústrias criativas e culturais, poderá proceder a uma análise a nível quantitativo? Por exemplo, os dados apropriados de referência para o aumento dos sectores emergentes.

Além da classificação dos sectores que entrou em vigor em 1997 em Macau, pensou em estabilizar critérios estatísticos para a classificação dos sectores emergentes, para se articular com a meta das LAG que é a diversificação adequada da economia? Caso não seja possível classificar e definir os sectores por meio de ferramentas estatísticas, será difícil inteirar-se na criação e desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, do ponto de vista da condução de acções governativas de forma científica.

Por exemplo, ontem falaram na inflação, poderá divulgar o aumento dos preços de bens de primeira-necessidade do interior da China ou evolução da inflação? Acredito que será necessário proceder a novos ajustamentos dos dados estatísticos analíticos e a divulgação dos mesmos. Devido ao facto de o meu tempo se ter esgotado, tenho dito. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Vou colocar hoje questões da área da Economia e Finanças, na expectativa de que o Sr. Secretário me responda.

Primeira questão incide sobre as medidas de apoio às PME's. Nestes dias, este foi um tema muito debatido neste hemisfério pelos meus colegas. Como todos nós reparámos, nos últimos anos, as dificuldades de sobrevivência das PME's foram sempre mencionadas. Apesar das medidas específicas implementadas de forma permanente pelo governo, para aliviar essas dificuldades, é estranho que para as PME's, as políticas e as medidas de apoio não tenham produzido bons resultados e revelem falta de operacionalidade. Quero perguntar ao governo se está bem inteirado das dificuldades das PME's. Ao implementar as políticas, será que as mesmas vão ser implementadas como antes: copiar e colar?

Nas LAG apresentadas neste ano, refere-se as PME's, mas é como virar o disco e tocar o mesmo! Nada é novidade. Nos últimos dias, muitos colegas levantaram questões sobre isto. Espero que o Sr. Secretário vá exortar os governantes que se desloquem aos bairros para se inteirarem das dificuldades das PME's, para saber bem das necessidades verdadeiras, melhorando as políticas direccionadas às PME's.

Foram aplicadas políticas que mereceram elogio das PME's, mas porque não produziram bons resultados? Penso que para essa melhoria, deve ouvir mais as PME's para que as políticas aplicadas não caiam no vazio e ao mesmo tempo as dificuldades das PME's continuem manter-se.

Outra questão que levanto já foi falada pelos meus colegas: a falta de recursos humanos que faz com que as PME's se ressentam muito. Quais são estes problemas? Constatamos que o governo continua a não encontrar soluções efectivas para os resolver.

O governo tem salientado acelerar a apreciação e autorização dos pedidos de importação de mão-de-obra, reforçar o apoio para o desenvolvimento sustentável das PME's. No entanto, na realidade, não foi isso que aconteceu. Porquê? Transmito as palavras das PME's ao Sr. Secretário. O que transmito? Segundo as PME's, não sabem porque é que os seus pedidos de importação de mão-de-obra foram indeferidos; não sabem porque só foram autorizados a contratar poucos trabalhadores não residentes. Mas foram aplicadas políticas favoráveis às grandes empresas, às empresas do jogo. Perante estas políticas tão favoráveis, as PME's acham que o governo favorece apenas essas outras empresas.

Essas políticas levaram não só as PME's a duvidar da imparcialidade no decorrer do processo de apreciação e autorização dos pedidos de contratação de mão-de-obra, entendendo que o governo quis sempre que as PME's viessem a assumir mais a responsabilidade social face a outras empresas, como também a sentirem-se ignoradas. As PME's precisam igualmente de potenciar a sua competitividade, encontrar uma solução para reconverter sua actividade, etc.

Como adaptar-se, por meio destas mudanças, à tendência de Macau ser uma cidade turística, como meta do desenvolvimento? A meu ver, foi superficial a resposta dada ontem pelo Sr. Secretário, pois tive sempre esperança de que o Sr. Secretário nos desse uma resposta mais substancial sobre este aspecto.

Devido às situações de injustiça acima referida, as PME's ficaram com esta dúvida: estará o governo da RAEM a produzir conflitos sociais, afectando a harmonia? Assim, tendo em conta os problemas acima referidos, gostava que o Sr. Secretário encarasse de forma positiva as seguintes questões:

Primeiro, quero perguntar ao governo, sob a premissa de não prejudicar o emprego dos residentes locais, de que medidas dispõe para ajudar as PME's a resolver as dificuldades de recursos humanos? Como acelerar a apreciação e aprovação dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes apresentados pelas PME's, no âmbito das acções governativas? Na resposta, o Sr. Secretário revelou que as formalidades em causa levarão dois meses a concluir. Sr. Secretário, é possível acelerar mais? Uma vez que segundo as PME's, dois meses são muito difícil passar caso não tenham trabalhadores contratados.

Por sua vez, além das políticas e medidas de costume referidas nas LAG, dispõe ainda mais políticas e medidas que sejam capazes de ajudar as PME's a melhorar sua competitividade para se desenvolver em sentido de reconversão da sua actividade? Tal como disse o Sr. Secretário, as PME's precisam de melhorar a sua capacidade, de se reconverterem. De que políticas dispõe para dar articulação à tendência do desenvolvimento do turismo como sector principal em Macau, em vez de implementar as acções governativas de costume? Este é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto incide sobre a segurança social a dois níveis. Quanto à segurança social a dois níveis, trabalhamos anos a fio para atingir a meta de dar protecção universal, com toda a população a pagar contribuições. Assim, todos os residentes de Macau terão uma protecção mais aperfeiçoada e razoável na sua velhice.

Apesar de ter sido resolvido este problema, segue-se outro problema: como garantir o desenvolvimento sustentável do sistema de segurança social? Isto é muito importante! Atendendo a que a sociedade de Macau está a envelhecer, o governo da RAEM deve

pensar em como garantir o funcionamento sustentável do Fundo de Segurança Social. Face às contribuições actuais e prestações a atribuir tendo em conta a futura inflação, o Sr. Secretário deve iniciar o debate e estudo sobre as mesmas o mais cedo possível, com vista a chegar atempadamente a um consenso da sociedade.

É estranho que não se encontrem nas LAG apresentadas este ano as políticas para as matérias que acabei de referir. Sabe-se que o debate das matérias sobre a segurança social está a cargo do Conselho Permanente de Concertação Social da área tutelada pelo Sr. Secretário. O referido conselho vai, no próximo ano, passar para a pasta da secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, mas as matérias acima referidas continuarão a ser da responsabilidade do Sr. Secretário? Está correcta a minha interpretação? Espero um esclarecimento do Sr. Secretário logo que puder.

Por sua vez, embora o governo da RAEM continue a injectar verbas nas contas individuais do regime de poupança central, o governo deixou claro que esta injeção depende do saldo que tiver. Neste caso, a eventual alteração de futuras receitas financeiras comprometerá a estabilidade do regime de poupança central no âmbito da segurança social a dois níveis? Isto merece a nossa atenção. Portanto, não vejo nestas LAG critérios objectivos estabelecidos nem planeamento para essa injeção de verbas. Como vai ser essa injeção?

Por sua vez, antes, o governo da RAEM afirmou adoptar por fazer aquilo que é mais fácil, isto é seguir o princípio de implementar gradualmente o regime de fundo de previdência central obrigatório. No entanto, até à actualidade, parece que o executivo não está muito preocupado em criar o regime de fundo previdência central obrigatório. Quanto a isso, agradeço um esclarecimento do Sr. Secretário, mais logo.

Entretanto, pedia ao Sr. Secretário um esclarecimento claro: o sistema da segurança social de Macau visa desenvolver um sistema de protecção social imparcial e aperfeiçoado, no sentido de promover a harmonia social e partilha justa do fruto do desenvolvimento económico. Afinal de contas, qual será o destino do sistema da segurança social a dois níveis de Macau?

Quanto ao aumento de contribuições no Fundo de Segurança Social, ao estabelecimento de critérios para injectar verbas no regime de poupança central e promoção da criação de um regime de fundo de previdência central obrigatório, como está esse calendário? Dispõe de plano definido? Agradeço uma resposta do Sr. Secretário.

Terceira questão incide sobre a generalização do jogo nos bairros. Nas LAG dos três anos anteriores, salienta-se a fiscalização do sector do jogo. Na realidade, o governo tem afirmado estar atento aos problemas derivados do desenvolvimento do sector do jogo. Mas não sei porque é que o governo da RAEM não se mostrou suficientemente forte perante o sector do jogo, fazendo cedências, o que quase "matou" as políticas e medidas que visam prevenir a generalização do jogo nos bairros.

Consultei os dados divulgados pela Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, as receitas do jogo resultantes das "slot machines", em 2005 foram de 1,25 biliões; no 3º trimestre de 2010, atingiram 6,21 biliões de patacas, um aumento de 5 vezes! O número de "slot machines" não parou de crescer: no 3º trimestre de 2010, registaram-se 14.316, um aumento quase de 4 vezes face ao ano 2005.

Que problemas estes números revelam? A resposta é: nos últimos anos, jogar “slot machines” passou a ser uma moda, o que não deve ser ignorado. Os postos de “slot machines” espalhados amplamente nos bairros atraem principalmente os residentes de Macau reformados e as donas de casa.

Podem deslocar-se aos bairros onde se encontram instalados postos de “slot machines” e irão ver que quem frequenta mais esses postos são os residentes em geral. O pequeno montante de cada aposta e a facilidade do jogar nas “slot machines” levam os seus apostadores a perder a noção da realidade. Assim, muitos apostadores ficaram viciados, transformando-se em apostadores patológicos.

No debate das LAG realizado em Março deste ano, referi que o governo da RAEM anda a atrasar a implementação das políticas e medidas que visam a prevenir a propagação do jogo nos bairros, pois ao longo de três anos nenhum posto de “slot machines” instalado nas proximidades das residências foi transferido para outro local. Não sei por que razão nestas LAG não se faz mínima referência a medidas que visem limitar uma idade de entrada nos casinos nem de trabalhar nos casinos.

Quais foram as causas que atrasaram a implementação das respectivas políticas e medidas? Porque não foram levadas a cabo? Acredito que ninguém da sociedade de Macau sabe a resposta, de forma que agradeço uma apresentação do Sr. Secretário. O exposto leva os residentes de Macau a interrogarem-se: será que o governo só se preocupa em divulgar os êxitos produzidos pelo sector do jogo? Será que o governo ignora o desenvolvimento equilibrado entre o sector do jogo e a própria sociedade de Macau? Será que o governo ignora os problemas sociais derivados pelo desenvolvimento do sector do jogo? De notar que estes problemas comprometem gravemente o sentido moral e do valor predominantes na sociedade.

Sr. Secretário, a execução deste trabalho requer determinação, não se podendo actuar de forma relutante. Acredito que o Sr. Secretário não ficará ciente disso só depois de se tornarem insolúveis os problemas produzidos pela propagação do jogo nos bairros. Pergunto ao Sr. Secretário, quando vai implementar as duas questões acima referidas? Isto já foi referido nas LAG dos três anos anteriores, quando vai divulgar um calendário para transferir os postos de “slot machines” e casas de apostas instalados nos bairros? Quando vai aplicar as medidas que aumentem a idade para 21 anos para quem queira entrar ou trabalhar nos casinos? Agradeço uma resposta do Sr. Secretário às minhas três questões. Obrigado.

Presidente: Incluindo o Sr. Au Kam San que usou da palavra ontem, foram seis Srs. Deputados que usaram já da palavra, tendo levantado muitas questões que exigem a resposta do Sr. Secretário. Tem a palavra o Sr. Secretário Tam.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço as opiniões e questões dos seis Srs. Deputados.

Ontem o Sr. Deputado Au Kam San, na sua primeira questão perguntou como serão os elementos do posicionamento e do desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Penso que todos têm esta ideia: após anos a fio de desenvolvimento, Macau basicamente possui certas condições para se desenvolver rumo a um centro de turismo. Recentemente, tendo o reconhecimento do

organismo competente do nosso país, o futuro rumo do desenvolvimento de Macau será transformar-se num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Isto obteve consenso de todos.

Acho que há um aspecto que merece ser lembrado. Nos últimos anos, nas LAG, incluindo as da minha área, promovemos a ideia de transformar Macau num Centro Regional de Turismo e Lazer. Portanto, a nossa ideia era um centro de turismo e lazer.

Recentemente, o organismo competente do nosso país abordou este assunto connosco. Chegou-se a esta conclusão: transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Qual a diferença? Bom, a ideia do Centro de Lazer significa que iríamos desenvolver o sector do lazer como o rumo principal para orientar o desenvolvimento regional.

O que quer dizer o sector do lazer? O sector do lazer quer dizer um sector que visa satisfazer as crescentes necessidades de lazer das pessoas. Quanto ao centro mundial de turismo e lazer, sendo um centro mundial, é óbvio que teremos de nos virar para o mercado internacional, atingir o nível internacional, enfrentar desafios internacionais. Sendo um centro mundial, teremos de ponderar os seguintes aspectos:

Mercado internacional. Segundo os estudos e análise que li na Revista americana “TIMES”, nos próximos dez anos, os países desenvolvidos entrarão numa “Era de Lazer” e as actividades turísticas e de lazer passarão a ser uma “moda” que lidará o sector de serviços. Com a ascensão das economias emergentes da Ásia, o mercado de lazer da Europa irá gradualmente passar para a Ásia. Neste momento, transformar Macau num centro de lazer é uma opção racional indo de encontro ao rumo de desenvolvimento do mercado do turismo mundial, do mercado de lazer mundial. Portanto, isso corresponde ao desenvolvimento dos mercados internacionais.

Então como ir de encontro ao nível mundial? Como aumentar o nosso nível para o nível mundial? Temos de pensar nos aspectos de actividades de diversões. Nos últimos anos, Macau vem atingindo um certo nível quer a nível de construção urbana, quer a nível de prestação de serviços. Mas será que este nível é o nível mundial? Pode-se discutir isto. Contudo, pelo menos, Macau atingiu um nível bastante elevado no âmbito das actividades de diversões.

Quanto ao turismo, com o futuro desenvolvimento dos serviços de turismo e produtos turísticos, no âmbito da história, cultura, compras e gastronomia, convenções e exposições, será elevado este nível. Portanto, podemos afirmar que este nível está apto para se desenvolver este mercado.

Temos de facto uma base desenvolvida no sector de diversões e turismo. O que nos resta agora fazer é criar e manter uma atmosfera de lazer, isto é importante. O que quer dizer a “atmosfera de lazer”? A resposta é a sensação dos turistas quando viajarem para Macau. Cito um exemplo, se uma pessoa vestida de fato completo viajar para a praia do Hawai, esta pessoa irá naturalmente sentir-se incompatível com a atmosfera. Isto é a sensação dos turistas.

Por isso, como pode Macau prestar serviços e ter instalações de nível mundial e ao mesmo tempo manter uma atmosfera de lazer inerente a uma “cidade do sul da Europa”? Isto é importante! Como prestar um serviço atencioso para que os turistas se sintam relaxados e distraídos? A isto se chama criar uma atmosfera, o que merece mais reflexão.

O que quer dizer “enfrentar desafios mundiais”? Podemos concluir que os desafios são externos e internos. À medida que as instalações de lazer consolidadas nos territórios vizinhos se vão desenvolvendo, é natural que sintamos pressões dos desafios. Há outro ponto de vista que é, à medida que o sector de lazer na Ásia vai crescendo, a fatia do bolo vai crescendo, o espaço do nosso desenvolvimento não deve ser limitado, caso a nossa competitividade se mantenha inalterada.

Bom, como manter certa competitividade? Macau é um território pequeno, os recursos são limitados, para manter uma certa competitividade, é importante explorar novos elementos. Para explorar novos elementos, devemos aproveitar a cooperação regional.

Quanto à cooperação regional, esta é uma cooperação que traz benefícios complementares e mútuos. Com as condições objectivas, tal como maior facilidade no processamento de passageiros nas fronteiras, aperfeiçoamento contínuo das redes rodoviárias entre Macau com as regiões vizinhas, podemos pensar: numa hora de carro, chegaremos à “praia de dez quilómetros” de “Long Kong”, para sentir outro estilo de vida do mar Sul da China; em alguns minutos, chegaremos a um parque temático na Ilha da Montanha. Assim, poderemos aproveitar estas instalações ou elementos de lazer para aumentar a competitividade de toda a região. Assim, a competitividade de Macau irá naturalmente aumentar. É preciso manter o aumento da competitividade para fazer face aos desafios externos.

Quanto aos desafios internos, quer dizer: estamos bem preparados a nível psicológico? Estamos preparados a nível de planeamento? Estamos preparados para nos deslocarmos ao aeroporto internacional de Hong Kong onde levantam diariamente mais de 800 voos, em 20 minutos, de carro, através da mega-ponte que liga Hong Kong, Zhuhai e Macau e que entra em funcionamento em 2016?

Assim, podemos calcular como será o fluxo potencial de passageiros! Com a interligação com o metro inter-cidades em funcionamento, em apenas uma hora de viagem, chegarão a Macau dezenas de milhões de passageiros das províncias e das cidades do interior da China. Então, conseguiremos fazer face a tal fluxo de passageiros? Estamos preparados? Tudo isto vai acontecer daqui a uns anos. Portanto, temos de nos preparar psicologicamente, com planeamento virado para o desenvolvimento, para enfrentar estes desafios.

Penso que o futuro Centro Mundial de Turismo e Lazer representa para Macau oportunidades de desenvolvimento económico e de facto haverá muito por fazer e teremos de enfrentá-lo e fazê-lo em conjunto.

O Sr. Deputado Au Kam San levantou ainda mais questões, por exemplo, sobre a actualização salarial dos serviços adjudicados. Bom, esta matéria pode ser debatida em sede de Conselho Permanente de Concertação Social quando for oportuno.

Em relação aos direitos dos consumidores, tanto o Sr. Deputado Au Kam San como o Sr. Deputado Tong Io Cheng levantaram questões e manifestaram opiniões sobre os direitos dos consumidores. Como sabem, a lei orgânica do Conselho de Consumidores entrou em vigor em 1995, perfazendo 15 anos.

De referir que está em curso a revisão da lei orgânica do CC, onde

propusemos que, nos processos resultantes dos conflitos de consumo, o CC se constitua assistente. Bom, esta proposta de lei será submetida à apreciação do Conselho Executivo e da AL. Por exemplo, se este novo articulado for apreciado e aprovado, será aumentada a competência do CC, aumentado a sua eficácia nas acções a desenvolver.

O Sr. Deputado Au Kam San levantou a questão sobre o desenvolvimento do sector de medicina tradicional chinesa. Quanto a isso, foi criado pelo governo o Gabinete Preparatório do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para preparar o futuro desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa; em 2002, na Universidade de Macau foi criado o Instituto da Ciência de Medicina Tradicional Chinesa para o qual foram convidados estudiosos famosos do ramo provenientes do interior da China, para se encarregarem da investigação e o referido instituto dispõe de laboratórios de avaliação farmacológica, de Biotecnologia e de controle de qualidade, entre outros.

A Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau criou também um Instituto de Medicina Tradicional Chinesa e um Hospital de Medicina Tradicional Chinesa que se encarregam da investigação de medicina tradicional chinesa. As duas universidades formaram em conjunto pessoas competentes, deste ramo, em grande número. Recentemente, o Ministério de Ciência e Tecnologia aprovou a criação em Macau de um “Laboratório-Chave Estatal” de medicina tradicional chinesa. O governo tem planos para transformar este laboratório numa base aberta à cooperação internacional na ciência e tecnologia de medicina tradicional chinesa, no sentido de se articular com o desenvolvimento da indústria de ciência e tecnologia de medicina tradicional chinesa. Espera-se que o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa venha a contribuir para desenvolver a medicina tradicional chinesa a nível internacional.

O Sr. Deputado Au Kam San falou no Fundo de Segurança Social propondo medidas para ajudar vítimas de acidentes de trabalho. Quanto a isso, iremos fazer um estudo mais aprofundado. Mas o regime de pagamento de salários em dívida por falência das empresas prevê a garantia dos créditos emergentes da relação de trabalho. No entanto, as indemnizações por acidentes de trabalho e por doenças profissionais são de natureza diferente.

Na prática, os procedimentos adoptados são bem diferentes. Em relação a casos muito reduzidos, se a obtenção de indemnizações por acidente de trabalho tiver de recorrer ao processo judicial, a nosso ver, é mais adequado proceder à revisão do Regime Jurídico do Fundo de Garantia de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais para resolver tais problemas. A Autoridade Monetária de Macau já deu início à revisão do Regime Jurídico do Fundo de Garantia de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais.

Outro aspecto merece ser referido, o artigo 5º do Código de Processo do Trabalho diz que os processos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais têm natureza urgente. Portanto, o objectivo é não atrasar os processos.

O Sr. Deputado Kou Hoi In manifestou muitas opiniões sobre os recursos humanos das PME's, sobre se vai passar ou não a base de dados das habilitações profissionais para a base de dados dos recursos humanos de Macau, etc. Bom, todas essas opiniões merecem ser ponderadas.

Vários Srs. Deputados acabaram de abordar matérias sobre os recursos humanos, incluindo o Sr. Deputado Lee Chong Cheng. O Sr. Deputado Sio Chi Wai manifestou a sua opinião sobre a mentalidade dos empresários. O Sr. Deputado Ho Ion Sang falou também nos recursos humanos das PME's. Quanto aos recursos humanos, ontem dei já as minhas respostas.

Hoje, ouvi as opiniões dos Srs. Deputados sobre os recursos humanos, as vossas opiniões foram inspiradoras, sim, estamos de acordo com a vossa opinião: ao autorizar a importação de mão-de-obra ou complementar recursos humanos, devemos multar fortemente as entidades empregadoras infractoras; não devem ficar prejudicadas a maior parte das entidades empregadoras que pedem a importação de mão-de-obra em número adequado, devido a um pequeno número de entidades empregadoras infractoras.

As vossas opiniões foram inspiradoras. Iremos tomar como referência as vossas opiniões, na futura definição de políticas e de leis.

O Sr. Deputado Tong Io Cheng levantou várias questões, tendo referido as instruções importantes do primeiro-ministro Wen sobre o Fórum Macau. Terá a RAEM capacidade de finalizar essa missão que lhe foi entregue? Quanto a isso, vejamos que papel desempenha ou que serviço presta o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Quanto à cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, tivemos a honra de o governo central nos ter entregue uma parte da missão de promover a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Agora, a nossa missão é esperar, por meio do Fórum... o Fórum realiza-se de três em três anos em Macau e o Secretariado Permanente do Fórum de Macau está instalado em Macau e o governo da RAEM criou também um gabinete de apoio. Esperamos promover a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, por meio do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.

Desde o Fórum... recentemente foi realizado o Fórum pela terceira vez. Já lá vão sete anos. Ao longo destes sete anos, muitos dados mostram que a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, quer a nível qualitativo, quer a nível quantitativo, quer a nível de trocas de altos níveis e das empresas... estes dados mostram o rápido desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre a China e os países de língua portuguesa ao longo destes sete anos.

Não diria que tudo isso foi graça ao papel desempenhado por Macau, mas de facto Macau fez muito para isso, pelo menos, o papel do Fórum de Macau tem sido cada vez mais reconhecido pelo nosso país e pelos países de língua portuguesa. Isto permite constatar o papel importante que Macau está a desempenhar.

Durante o 3º Fórum de Macau, o nosso país entregou a Macau mais tarefas, isto é, compete a Macau criar um centro de formação. Quanto a isso, faço uma apresentação. Ao longo destes sete anos, o nosso país organizou anualmente muitas delegações de estudo e visitas à China para os diferentes territórios e países de língua portuguesa, e essas delegações passaram por Macau, findas as visitas. Portanto, durante anos, efectuaram muitas visitas ao interior da China.

No futuro, em Macau será criado um centro de formação. Esta será a responsabilidade que Macau terá de assumir. Isto significa que Macau terá de ministrar mais acções de formação. E nós iremos prestar um bom serviço, na medida do possível. Como serão planeadas as acções de formação a desenvolver pelo centro de formação? Isso cabe ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau e ao Ministério do Comércio.

Como Macau prestar este serviço? Iremos fazer os possíveis para dar articulação a este desenvolvimento.

O Primeiro-ministro Wen Jiabao anunciou que será criado um fundo para os países de língua portuguesa no valor de 1 bilião de dólares americanos. Nesse fundo, Macau também vai participar. Esperamos que, com a criação do fundo, as empresas de Macau venham a desenvolver a cooperação com as empresas dos países de língua portuguesa, aproveitando bem as condições a oferecer pelo fundo.

Portanto, no futuro, além de colaborar com o Secretariado Permanente do Fórum de Macau, para fazer um bom trabalho e prestar um bom serviço, Macau terá ainda de assumir todo o trabalho relativo ao centro de formação, bem como dar articulação ao desenvolvimento do fundo em causa. Esta é uma parte da responsabilidade a assumir por Macau.

Quanto à formação dada aos alunos graduados gerida pela DSAL, esta formação teve início já há anos. Nos últimos um ou dois anos, disponibilizamos, para escolha dos alunos graduados, formação em mais de mil postos de trabalho. Iremos estudar com os organismos competentes do interior da China para aumentar lugares de formação nos postos de trabalho, tendo em conta as necessidades.

Por enquanto, proporcionaram nesta formação nos postos de trabalho umas dezenas de empresas que satisfazem as necessidades. Quero explicar que, para oferecer esta formação nos postos de trabalho, as empresas participantes do interior da China investiram muitos recursos. Assim, quero manifestar o nosso agradecimento por essa cooperação.

O Sr. Deputado Sio Chi Wai sugeriu que os empresários devem mudar a sua mentalidade, face aos desafios. Sim, o governo está completamente de acordo. E o governo deve também mudar a mentalidade para enfrentar os desafios e desempenhar o papel orientador; estou completamente de acordo com a ideia de cooperar com diferentes associações; estamos totalmente de acordo com o aumento salarial dos que auferem rendimentos baixos através de uma boa gestão, e com a cooperação no âmbito de preparação de recursos humanos competentes.

Os Serviços de Estatísticas e Censos podem obviamente estudar como divulgar melhores dados em articulação com o desenvolvimento das indústrias emergentes, para servir de referência e para disponibilizar certas condições para o desenvolvimento das indústrias emergentes. O Sr. Deputado Sio Chi Wai sugeriu ideias e disse, de forma inspiradora, que os empresários devem mudar a mentalidade para enfrentar os desafios em resposta ao desenvolvimento dos recursos.

Recentemente, houve um restaurante antigo em Macau... o cozinheiro chefe era o patrão que cozinhava por dia mais de mil pratos. Depois de um documentário feito numa TV em Hong Kong, passou a ter uma vida muito difícil. A mentalidade dele era: eu

cozinhava 500 pratos por dia, mas agora tenho de cozinhar mil pratos. Não aguento cozinhar mil pratos por dia. Decorrido algum tempo, ele pensou: bem, já tenho algum dinheiro para assegurar a minha vida, os meus filhos não querem continuar com o restaurante, mais vale reformar-me antecipadamente. Bem, assim Macau ficou com menos um restaurante antigo muito conhecido.

Quanto a isso, deve-se mudar a mentalidade tendo em conta o seguinte, para servir de referência: muitos empresários das lojas antigas andam preocupados: os clientes vêm ao meu restaurante, por causa dos pratos que eu cozinho; se os pratos não forem cozinhados por mim, não fico tranquilo nem sei como será a qualidade, nem sei se os clientes aceitam ou não. Quando uma loja tem negócio, o governo autoriza duas ou três quotas, só que o dono da loja pede apenas para contratar ajudantes de cozinha, não se colocando a hipótese de contratar cozinheiros com certo nível para ajudar a cozinhar pratos, nem ensiná-los. Há ainda outra mentalidade: se eu passasse as minhas experiências a outros, eles poderiam abrir outro restaurante perto do meu para me tirar o negócio. Há esta mentalidade inerente. Caso esses empresários das PME's mudem a sua mentalidade inerente: bom, tenho falta de mão-de-obra, os meus filhos não querem continuar com o meu negócio, tenho de cozinhar 500 pratos por dia, mas já não sou jovem, quero levar uma vida mais calma. Assim devo contratar ajudantes com certo nível, pelo menos, para manter certo negócio e os custos; vou-lhe ensinar a cozinhar com vista a manter o nível e qualidade do meu restaurante, para continuar a desenvolver o meu restaurante. E se for divulgado num programa televisivo, terei mais oportunidade de desenvolver o meu negócio.

Admitindo estas ideias, ao contratar trabalhadores, as PME's devem pensar mais neste aspecto: além de contratar trabalhadores indiferenciados, devo contratar também trabalhadores diferenciados para desenvolver o meu negócio, garantindo o desenvolvimento sustentável da minha empresa.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang sugeriu que os dirigentes dos serviços públicos devem ter mais contactos com os bairros. Estou de acordo, sim, devemos deslocar-nos mais aos bairros, para nos inteirarmos das dificuldades das PME's emergentes do exercício da sua actividade.

Em relação aos problemas das PME's com os recursos humanos, não quero falar mais. Há quem ache que o governo aplica políticas de recursos humanos mais direccionadas às empresas do jogo, às grandes empresas. Bom, tenho comigo alguns dados que servem para vossa referência: o total dos trabalhadores não residentes contratados pelas seis empresas do jogo é inferior a 20% face ao número total dos seus empregados. O número total dos empregados locais contratados directamente por seis empresas do jogo incluindo os operários de construção civil é perto de 60 mil, ao passo que o número dos trabalhadores não residentes é de 14 mil.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang falou na segurança social a dois níveis. De notar que muitas questões que o Sr. Deputado Ho referiu já se encontram inscritas no projecto consultivo consensual da fase inicial, para o qual foi feita uma consulta junto da sociedade durante anos.

Quanto às opiniões sobre o ajustamento das contribuições e o desenvolvimento sustentável do Fundo de Segurança Social. No projecto consultivo, foram apresentadas muitas opiniões que obtiveram consenso amplo. As ideias com que estamos a elaborar o

sistema da segurança social a dois níveis foram as opiniões recolhidas pelo projecto consultivo.

O Sr. Deputado Ho perguntou se o governo irá injectar verbas no sistema da segurança social do segundo nível só quando tiver saldo. Bom, quanto a isso, nas contas dos beneficiários não são depositadas apenas as dotações do governo, mas sim, as contribuições pagas pelos empregadores e empregados.

Ao longo de anos, afirmámos que os recursos da protecção da aposentação de cada residente de Macau devem ser provenientes do seguinte: as poupanças de cada um e as contribuições pagas pelos empregadores e as dotações pagas pelo governo. De notar que uma parte são as poupanças dos próprios residentes. Quando o regime de previdência for desenvolvido até certo nível, os residentes terão mais vontade de obter melhor protecção na aposentação, de forma que estimulamos que todos paguem contribuições para as referidas contas.

O governo afirmou várias vezes pretender rever o regime de providência três anos depois da sua implementação, para estudar se é adequado implementar o regime de previdência obrigatório. Reafirmei várias vezes, primeiro, aplica-se o regime de previdência central; e depois, procederemos à sua revisão, três anos contados a partir da sua implementação, com vista a ver quando é que é oportuno avançar com o regime de previdência obrigatório.

O Sr. Deputado Ho perguntou sobre o andamento das propostas de lei que regulem o acesso aos casinos. Estas matérias não estão “mortas” nem morreram a meio. Bom, estas matérias não estão inscritas nas LAG para o próximo ano, uma vez que as duas propostas de lei já entraram em processo legislativo. Ou seja, as propostas estão a ser debatidas no seio de Conselho Executivo. Portanto, iniciou-se o processo legislativo e as propostas de lei estão a ser debatidas no seio de Conselho Executivo.

Falou-se no futuro controlo da propagação dos “slot machines” nos bairros. Quanto a isso, a sociedade foi auscultada amplamente e chegou-se à conclusão de que o governo deve regularizar a propagação dos postos de “slot machines” nos bairros. A proposta de lei sobre esta matéria já entrou em processo legislativo, incluindo a proposta de lei que prevê a idade de acesso aos casinos a partir dos 21 anos.

O Sr. Deputado Lee Chong Cheng levantou as questões sobre os efeitos produzidos pela entrada de “dinheiro especulativo” e pelas políticas monetárias expansionistas. Quanto a isso, respondo na próxima parte. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, ainda falta meia hora para fazermos intervalo. Temos ainda 6 Srs. Deputados que vão usar da palavra, na primeira ronda. Vou agora convidar 2 Srs. Deputados a usar da palavra. Pode responder-lhes depois do regresso do intervalo. Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes:

O Sr. Secretário respondeu de forma detalhada e concisa às questões sobre a sua área, levantadas pelos meus colegas. Quanto às LAG da área do Sr. Secretário, li-as e alguns aspectos chamaram-me atenção. As LAG do Sr. Secretário apresentadas este ano, contêm 55

páginas. Destas 55 páginas, em 23 páginas retrata-se o balanço das acções desenvolvidas este ano, enumeradas em 9 pontos detalhados. Nos dados vejo... não me lembro do primeiro ponto; o segundo ponto, parece que estou a começar a ficar com Alzheimer... os dados são muitos, vocês podem lê-los com mais atenção.

Nas LAG para 2011, gastaram-se 32 páginas para falar nos objectivos principais em 6 pontos; são 8 prioridades das acções governativas; quanto às políticas, são 12 pontos importantes. Portanto, aprecio muito o conteúdo das LAG. Foi pena não ter tempo suficiente para ler tudo, de forma que levanto as questões segundo o que pude apreender.

Fiquei satisfeito com a explicação do Sr. Secretário quanto ao posicionamento de Macau no 12º Plano Quinquenal que é o Centro Mundial de Turismo e Lazer, bem como a explicação sobre produtos de lazer, mercado internacional, nível internacional e a moda de lazer vai passar da Europa para a Ásia. Isso é bom! Contudo, para mim, é importante saber qual o rumo da moda de qualquer coisa. Ora bem, ouvi o Sr. Secretário dizer que o nível das instalações das diversões de Macau atingiu um nível mundial, outros aspectos tais como a liquidez, número de pessoas e turistas atingem o nível mundial.

Embora nas LAG se fale muito nestes aspectos, a meu ver, é ainda discutível a afirmação de que as instalações de Macau atingiram o nível mundial. Isto é verdade! Quando à sua explicação sobre a Era de lazer, a meu ver, a Era de lazer contém vários aspectos: primeiro, o contexto mundial; segundo, os produtos; terceiro, a qualidade de serviço a prestar, entre outros.

Quanto a estes vários aspectos, estou completamente de acordo com o Sr. Secretário: é incompatível com a atmosfera, se uma pessoa se vestiu de fato completo e foi à praia. Isto é verdade! Porque há uma falta da atmosfera, a pessoa sente-se parva, algo esquisita. Isto é verdade. Para transformar Macau num centro de lazer, acho que há algo que precisa de... quando as lojas não têm negócio vão à falência, mas isto é o assunto dos seus donos.

Contudo, acho que deve pensar profundamente nas políticas, por exemplo – embora não seja da área do Sr. Secretário – a recusa de taxistas em transportar turistas, discussões, o que é desagradável; num restaurante, a má qualidade de serviço é também desagradável, mesmo que a comida seja saborosa; nos hotéis, os preços sobem loucamente nos feriados, neste mercado livre, o que é também desagradável; nas compras, os turistas queixaram-se de ser enganados, o que é também desagradável; nos postos de fronteira, a fila sem fim irrita também turistas; a barreira linguística é outro factor que compromete a construção desse centro de lazer, etc. A tudo isto deve dar mais atenção se querem transformar Macau num centro mundial de lazer.

O que acabei de dizer pode não ser da área do Sr. Secretário, mas acho que, ao definir políticas, o governo deve ter uma ponderação mais completa. Bom, vou agora falar na qualidade de produtos. Por coincidência, o Sr. Deputado Tong Io Cheng falou também nas mesmas questões que as minhas.

Compete à Direcção dos Serviços de Economia fiscalizar a qualidade de produtos. Nas suas LAG apresentadas este ano, fala-se no Conselho de Consumidores. Os tempos mudaram, pois o CC foi criado na década 80 e sofreu uma revisão em 1995. O Sr. Secretário revelou estar em curso a sua revisão. Fiquei satisfeito com essa

novidade! Não obstante, como será essa revisão? Ontem os meus colegas levantaram questões sobre os preços dos produtos e a segurança alimentar. Não faço ideia se estas questões são ou não da competência do CC: queixaram-se há dias ao CC da venda de bens de primeira-necessidade dentro de alguns edifícios, o CC respondeu: não é da nossa área. Os tempos mudaram, acho que ao proceder a essa revisão, deve levar em conta estes aspectos.

Nas LAG apresentadas no ano 2010, o Sr. Secretário disse pretender reforçar a competência do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, através dos processos mais simplificados e apoio judiciário para resolver conflitos de consumo. Só que nas LAG apresentadas este ano, esta matéria desapareceu! Será que resolveram já tudo? Nas suas LAG onde se referem muitas actividades desenvolvidas pelo CC que tratou 1.785 queixas, 2.961 consultas/pedidos de informação e recebeu 55 sugestões, contabilizando um total de 4.800 casos. Dentre estes, 1.728 referiam-se a turistas, correspondendo a 32% do total. Face a isso, acho que há ainda margens para potenciar a competência do CC. Parece que o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo não produziu efeitos, mas é estranho, porque o Instituto de Habitação vai abrir um Centro de Arbitragem de Administração Predial. Assim, quero reiterar que a qualidade de produtos tem uma importância absoluta para a construção do centro de lazer.

Por sua vez, os recursos competentes são indispensáveis para a construção do centro de lazer. Na página 71 das LAG do Sr. Secretário, refere-se o “Plano de estágio no Interior da China para alunos graduados em instituições de ensino superior”. Em 2009, o plano proporcionou 1000 vagas aos alunos graduados, mas em 2011, só houve 500. Segundo os dados, inscreveram-se 83 alunos, dos quais, 47 foram seleccionados; dos 47 alunos, 11 desistiram e só chegaram a estagiar 36 alunos.

Então porquê? Em 2011, o tempo de formação vai ser reduzido de um ano para seis meses. Não sei porquê, mas vez que durante a visita a Macau, o primeiro-ministro Wen salientou que a formação de recursos humanos competentes em várias áreas constitui papel fundamental para a construção do centro de lazer. Ontem, falaram nas questões relativas à formação de pessoas bilingues chinês e português. Desde 1986, a Administração Portuguesa começou a enviar alunos graduados para estagiar em Portugal, tendo formado muitas pessoas qualificadas. Mas este plano foi suspenso há anos, deixando um espaço vazio.

Acho que tomando como ensinamento o referido plano, deve estudar-se a necessidade de formar pessoas qualificadas. Se, num restaurante, a massa não foi bem cozinhada, não há clientes, mas por outro lado, como será se a oferta de pessoas qualificadas for limitada, como?

Este foi um tema muito debatido e o Sr. Secretário mostrou-se atento à falta de recursos humanos, por exemplo, o equilíbrio entre a DSAL e as PMEs, entre a DSAL e o GRH. Isto constitui um facto importante para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer. De referir que as actuais condições não permitem de forma alguma a construção do referido centro.

No dia de abertura ao público da AL, calhou o meu turno, um cidadão apresentou-me uma queixa contra os assuntos laborais. Eu disse-lhe que voltasse dias depois. Foi agendado um encontro com a pessoa que me apresentou esta queixa: a Lei Laboral entrou em vigor, tenho de cumpri-la. Mas do meu cumprimento resultaram muitos

problemas, por exemplo, pagamento do trabalho nos feriados pelo triplo, pagamento pelo descanso dos empregados, o artigo 78º sobre o cartão do trabalhador, etc. Tenho comigo o registo desta queixa, por isso, não me alongo mais.

Este foi apenas um caso, mas representa a necessidade de resolver os problemas de forma efectiva. Porquê? No Relatório das LAG apresentado pelo chefe do executivo, refere-se a necessidade de revisão da Lei Laboral este ano. E nas LAG o Sr. Secretário refere a revisão da Lei Laboral e da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes.

Ora bem, espero que o Sr. Secretário venha a examinar se se verifica a necessidade de rever a Lei Laboral e a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, depois da entrada em vigor há tempos. Ficarei satisfeito se o governo encontrar os problemas, e quero mesmo saber, agradeço que o Sr. Secretário nos informe isso. Quanto à Lei Laboral e à Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, quero falar nas matérias relativas às empregadas domésticas. Apresentei duas interpelações por escrito sobre esta matéria. A questão é resolver este problema e apoiar as PMEs. As agências de emprego são também PMEs. O primeiro-ministro Wen afirmou a importância de apoiar o desenvolvimento das PMEs. As agências de emprego são também PMEs.

Quando à autorização de empregadas domésticas, elas chegam a Macau na qualidade de turistas e andam a abordar pessoas perguntando se precisavam de empregada doméstica. Por exemplo, abordaram-me: Sr. Ung, precisa de empregada doméstica? Respondi: sim, preciso. Isto acontece porque a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes contém disposições polémicas: os empregadores obrigam-se a assegurar-lhes alojamento e indemnização nos casos do despedimento. Se quiser, posso fornecer os dados.

Esta matéria merece ser debatida! Uma vez que as pessoas entraram em Macau e conseguiram encontrar quem as contrate, logo a seguir vão tratar das formalidades necessárias à contratação. Porque nos termos da lei em causa, as formalidades demoram muito mais tempo. Portanto, está aí a necessidade de rever a lei. Caso contrário, causava impacto às PMEs bem como aos Srs. Governantes e aos meus colegas aqui presentes, pois contrataram também empregadas domésticas. Por isso, afigura-se a necessidade de apertar mais a autorização de pedidos e rever a lei em termos de segurança e saúde das mesmas.

Falando no Fórum de Macau, o primeiro-ministro Wen afirmou a importância de realizar o Fórum em Macau. Antes de deixar Macau, o primeiro-ministro Wen disse: foi elevada a categoria do Fórum de Macau, tendo por objectivo atribuir mais tarefas a Macau, uma vez que em 2003, Macau anunciou construir três plataformas, nomeadamente, a plataforma entre a China e países de língua portuguesa, a plataforma para os empresários chineses, entre outras.

Quanto ao Fórum de Macau, o governo central deu a Macau muito apoio, pois o primeiro-ministro Wen deslocou-se de propósito a Macau com um pacote de políticas favoráveis. Assim, entendo que é absolutamente necessário pensar nestes aspectos.

Quanto aos números, o primeiro-ministro Wen Jiabao desejou ver as trocas bilaterais comerciais atingir em 2013 cem biliões de dólares americanos. Caso não seja dada atenção suficiente, como alcançar essa meta de cem biliões? Portanto, acho que o Sr. Secretário deve

perder mais tempo em definir políticas. Bom, acredito que o Sr. Secretário vai levar em conta estas matérias.

Nas LAG refere-se criar uma feira nocturna que é uma das características do Centro Mundial de Lazer. Foi escolhido o local, que é no Lago Nam Van, foi o Lago de Sai Van? Obrigado ao Sr. Deputado Chan Chak Mo pela correcção, pois quando falo muito perco-me, seria melhor falar menos... no Lago de Nam Van ou de Sai Van? Lago de Sai Van, certo. Para criar essa feira, deve levar-se em conta a articulação em termos da higiene e dos recursos humanos. Quanto a isso, acho importante perder mais tempo em pensar nisto. Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Melinda Chan Mei Yi

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Nas LAG do Sr. Secretário, nas acções a desenvolver em 2011 refere-se concretizar a criação do regime de reserva financeira. O investimento e a gestão do capital da reserva financeira estão a cargo da Autoridade Monetária de Macau. As acções prioritárias a desenvolver em 2011 são para reforçar a fiscalização do sector segurador. Está certo encarregar a AMM de tratar das duas matérias acima referidas. Não estou contra, mas tenho certas dúvidas sobre a atitude no trabalho e a capacidade da AMM.

Porque digo isto? Levanto uma questão que já levantei no debate das LAG no ano passado. Há mais de um ano, 7 associações de taxistas reuniram-se com a AMM para falar sobre o excessivo aumento unilateral do prémio de seguro pelas companhias seguradoras. Sobre este aumento, reunimo-nos várias vezes com a AMM.

Em Abril deste ano, apresentei uma interpelação por escrito e, em Maio, a AMM deu-me a resposta. Em Julho, reuni-me com o sector dos táxis e a seguir demos uma resposta ao presidente da AMM sobre a nossa decisão consensual. Na altura, a AMM respondeu-me que iria reunir-se com o sector segurador. Ora bem, estamos em Novembro, ou seja, passaram já 16 meses. Segundo o meu conhecimento, antes da minha intervenção, o sector dos táxis já tinha feito chegar o problema à AMM. Ou seja, passaram pelo menos cinco anos e o problema continua a não ficar resolvido até hoje.

Coloco agora esta questão e espero uma resposta do Sr. Presidente da AMM: quando é que o problema fica resolvido? Na opinião do sector dos táxis, não estará a AMM a proteger o sector segurador? Porque não quis resolver o problema? Estou à espera de uma resposta e não queria voltar a levantar a mesma questão no próximo ano. Não consigo encarar o sector dos táxis, quando ando na rua, olham para mim, e não consigo encará-los.

Portanto, estou à espera de uma resposta. Isso preocupa-me, uma vez que a reserva financeira tem a ver com o dinheiro dos 500 mil habitantes de Macau. Quero perguntar ao Sr. Secretário: a AMM vai gerir tanto dinheiro, mas terá a AMM os recursos humanos competentes em número suficiente para gerir o nosso dinheiro? Como será o investimento a fazer pela AMM?

Porque falo no investimento? Porque recebi muitas queixas dos cidadãos: o investimento realizado pelo Fundo de Pensões deu prejuízo. Terá sido uma má gestão? Sim, os investimentos oferecem

sempre riscos, mas caso o pessoal da AMM fosse competente, penso que o risco seria menor. Estas duas questões têm a ver com investimento e espero uma resposta do Sr. Secretário e do Sr. Presidente da AMM.

Falo agora na fiscalização do sector do jogo que foi o tema das intervenções dos meus colegas, ontem e hoje. A meu ver, o governo poderia fazer melhor trabalho em vários aspectos. Primeiro, proibir o envio de sms aos residentes de Macau. O governo não estimula os residentes a jogar nos casinos e quer promover o jogo responsável. Portanto, em primeiro lugar, deve ser proibido o envio de sms aos residentes de Macau para os atrair para jogar nos casinos. Esta é a primeira questão.

Segunda, espero que seja proibida a circulação dos “shuttle bus” dos casinos que transportam pessoas gratuitamente, o que é um estímulo para os cidadãos irem jogar nos casinos. Quem quer jogar nos casinos, deve gastar o seu dinheiro nos transportes para jogar nos casinos, em vez de lhes ser dado transporte gratuito.

Em Singapura, não existe “shuttle bus” que transportem pessoas gratuitamente. O Sr. Secretário referiu estar preocupado em melhorar o nível de vida dos residentes. Mas os “shuttle bus” causam incómodo aos residentes. Cito dois exemplos. Primeiro, muitos “shuttle bus” param no Porto Exterior, constituindo a origem de engarrafamentos, mas quando os cidadãos param ali, os agentes policiais de trânsito mandam-nos logo ir embora, ou passam-lhes multas. Os “shuttle bus” dos casinos param ali e ninguém os chateia. Este é o primeiro exemplo. Portanto, devem reduzir esses “shuttle bus” para resolver o problema.

Segundo exemplo, nas Portas do Cerco, para apanhar autocarros, os cidadãos de Macau têm de descer para as paragens situadas na cave onde o ar está mau e há muito calor. Tal como os jornais noticiaram antes, os passageiros respiram ao mesmo tempo com os ratos que vivem na cave. Ou seja, perante as condições más, os cidadãos têm de ir para a cave para apanhar autocarros.

No entanto, os “shuttle bus” dos casinos param na superfície da via pública, além disso, o pior é que os “shuttle bus” têm sempre os motores ligados emitindo gases poluentes que afectam a zona nas proximidades. Os residentes afectados protestaram contra isso. É de esperar controlar com rigor esses “shuttle bus” dos casinos. Acredito que há solução para os dois problemas acima referidos.

Terceira questão incide sobre o sector do jogo. Quero perguntar sobre o número de mesas de jogo. Sim, o número de mesas é controlado, mas o número de mesas de jogo é proporcional ao número dos trabalhadores dos casinos? Agradeço que o Sr. Secretário nos apresente os respectivos dados.

O Sr. Secretário acabou de responder aos meus colegas sobre o Centro Mundial de Turismo e Lazer, mas o Sr. Secretário disse apenas que o serviço já atingiu certo nível, Macau reúne condições para desenvolver o tal centro, tendo como base as instalações de diversões e turismo.

Contudo, não ouvi do Sr. Secretário a anunciar quais as políticas a implementar para apoiar o desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer. O Sr. Secretário limitou-se apenas a dizer que dentro de uma hora, chegar-se-á à “praia de dez quilómetros” em Ieong Kong e falou no parque temático a construir na Ilha de Hengqin. Sim, está certo, temos de desenvolver a economia regional,

no entanto, que política vai aplicar para promover a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer?

Este ano, esta política está contemplada no “12º Plano quinquenal”, ou seja, nos próximos cinco anos, Macau será transformado neste centro mundial. Então teremos as condições suficientes? Não será necessário o melhoramento? Quanto a isso, é de esperar que o Sr. Secretário e os respectivos governantes venham a pensar nisto de vários ângulos.

Quanto a isso, temos uma sugestão a dar sobre a indústria de embarcações de recreio. Será essa indústria uma actividade de lazer? A meu ver, esta indústria é uma actividade de lazer. Acho que o Sr. Secretário deve dar mais consideração, uma vez que o Sr. Secretário afirmou desenvolver a indústria de convenções e exposições. Porque tenho esta opinião? Bom, em Hong Kong, estão registadas mais de dez mil de embarcações de recreio; no interior da China estão registadas mais de dez mil de embarcações de recreio e, nos próximos cinco anos, prevê-se um aumento muito significativo de cerca de 10 mil.

Em Hong Kong, realiza-se anualmente uma exposição de embarcações de recreio na “Gold Coast”. Acho que Macau reúne condições para organizar também uma exposição de embarcações de recreio. Assim, poderá atrair mais turistas a Macau, para lhes oferecer mais opções; por outro lado, a exposição de embarcações de recreio poderá atrair turistas de consumo de produtos de luxo a viajar para Macau. Sr. Secretário, para esta indústria, é desejado o apoio com políticas.

Actualmente, em Macau o prémio de seguro para embarcações de recreio é muito caro, de forma que as 80 embarcações de recreio registadas em Macau subscrevem seguros de Hong Kong. E porque isso acontece? Cabe a vocês estudá-lo.

Outra questão. Em Macau, não é fácil obter licenciamento para embarcações de recreio, devido às muitas restrições colocadas pela Capitania dos Portos. Assim, muitos foram a Hong Kong para licenciar as suas embarcações de recreio. Portanto, acho que o Sr. Secretário deve pensar nisto a nível de política.

Como poderá Macau atrair turistas através de exposições de embarcações de recreio? A resposta é dar apoio com políticas. Esta indústria pode criar muitos postos de trabalho e quem trabalha nas embarcações de recreio não precisa de possuir habilitações académicas elevadas. Só que, para trabalhar nas 80 embarcações de recreio, foram contratados trabalhadores de Hong Kong.

Quanto a isso, não deve estudar mais, trabalhar mais? Esta é a minha modesta opinião. Neste dois dias, muitos colegas meus falaram nos recursos humanos, de forma que não quero repetir o que disseram.

A meu ver, há uma tarefa que o governo pode fazer que é assegurar a formação. Para isso, podem tomar como referência a prática de outros, incluindo a de Hong Kong. Hong Kong passou de uma sociedade industrializada para uma sociedade prestadora de serviços. Esta passagem levou o seu tempo. Em 1982 foi criado em Hong Kong o VTC que assegura formação de vária ordem; em 1984, dependente do VTC foi criado o “Chinese Cuisine Training Institute (CCTI)”.

Este instituto realiza cursos de formação específica para as

peças de baixa escolaridade com idade entre 40 a 60 anos. O que é que os formandos aprenderam? A arte da cozinha do nível alto, médio e baixo; cozinha de “dim sam” e “sio mei”, empregados de mesa. A todos os formandos são emitidos certificados. Macau pode também ministrar este tipo de formação em cooperação com o sector da restauração de Macau, assim os formandos terão postos de trabalho garantidos, findo o curso.

Segundo o meu conhecimento, a falta de recursos humanos é sentida muito por muitas PME's de diferentes sectores. Especialmente os restaurantes, sentem ainda mais esta falta, pois poucos se interessam em trabalhar neste sector. Devido a esse pouco interesse, precisam de importar mão-de-obra. Mas para isso, o governo deve trabalhar neste aspecto: as pessoas de meia-idade com baixa escolaridade têm sentido de responsabilidade e são capazes de trabalhar em alguns sectores, por exemplo, nas cozinhas dos restaurantes.

Quanto a isso, espero que o Sr. Secretário venha a estudar o assunto, a trabalhar mais para ajudar a reconversão destes trabalhadores. Sei que o governo realiza muitos cursos de formação, mas a maior parte destina-se aos operários da construção civil. As pessoas com idade compreendida entre 40 a 50 podem não ter a força física exigida. Portanto, pode o governo ministrar outros tipos de cursos de formação para a reconversão dos mesmos? Obrigada.

Presidente: Bom, vamos agora fazer um intervalo de 30 minutos. Do regresso, agradeço que o Sr. Secretário responda aos Srs. Deputados Ung Choi Kun e Melinda Chan Mei Yi e a outras questões que ainda não foram respondidas.

(Intervalo)

Presidente: Bom, prossigamos o plenário. Tem a palavra o Sr. Secretário Tam.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Em primeiro lugar, respondo às questões dos Srs. Deputados Ung Choi Kun e Chan Melinda Mei Yi. O Sr. Deputado Ung Choi Kun manifestou a sua opinião sobre a competência do Conselho de Consumidores. A sua opinião serve-nos de referência. Quanto à formação dos alunos graduados no interior da China, no primeiro ano, para a formação, foram fornecidos 1.000 postos de trabalho na formação; no segundo ano, 500. Esta redução não foi a ideia das empresas do interior da China participantes neste plano que não quiseram oferecer mais, mas sim, pedimos a essas empresas que oferecessem este número de postos de trabalho na formação, tendo em conta o número dos alunos inscritos, a necessidades dos alunos graduados.

Tendo em conta a experiência do primeiro ano, como as necessidades não foram tantas conforme as nossas estimativas, de forma que pedimos apenas 500 vagas no segundo ano. E no final, só houve 80 alunos interessados. Portanto, a oferta é suficiente.

Quanto à revisão da Lei Laboral e da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, estas duas leis já entraram em vigor há algum tempo, durante o qual nos fizeram chegar muitas vozes da sociedade, das partes laboral e patronal, especialmente sobre a Lei Laboral. De forma que já planeamos proceder à revisão da Lei Laboral e da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, no próximo ano, quanto à sua aplicação.

Quanto a esta matéria, além do Conselho Permanente de Concertação Social, foi criado o Grupo de Acompanhamento da Implementação da Lei Laboral que se pronunciará sobre a implementação da Lei Laboral.

No tocante ao Fórum de Macau, durante a sua realização, o primeiro-ministro Wen afirmou que em 2013, as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa atingirão cem biliões de dólares americanos. Esta foi a meta anunciada no último fórum. Estes cem biliões de dólares americanos serão o volume total das trocas comerciais entre as empresas do interior da China e as empresas dos PLP. Nestas trocas comerciais podem não participar as empresas de Macau. Portanto, este volume será obtido através do desenvolvimento económico e comercial entre o nosso país e os PLP.

Este volume será atingido através de crédito de exportação, crédito comercial a conceder pela China aos PLP, sendo um desenvolvimento a longo prazo. Portanto, estamos confiantes. Tendo em conta o aumento das trocas comerciais nos últimos anos, estamos confiantes de que em 2013, as trocas comerciais entre a China e os PLP atingirão cem biliões de dólares americanos.

O Sr. Deputado Ung Choi Kun propôs que a criação da feira nocturna deva ser pensada de forma criativa, com a articulação dos recursos humanos. Sim, não estamos apenas a pensar em criar uma feira nocturna ou um determinado projecto, sim é precisa uma articulação neste aspecto. Penso que o futuro desenvolvimento económico de Macau, independentemente da área, deve ser de forma criativa e com articulação de recursos humanos.

Aqui, quero referir-me a isto: bom, falamos muito nos recursos humanos, o desenvolvimento económico de Macau deve aproveitar em pleno os recursos humanos que devem ser valorizados. Para o desenvolvimento económico de qualquer território, deve-se aproveitar devidamente os recursos existentes. Lembro-me das palavras de um antecessor do sector comercial:

O sucesso de uma empresa não se mede pelo dinheiro que ganhou, nem o êxito que obteve no seu desenvolvimento, mas sim mede-se através do êxito obtido em relação aos recursos investidos. Ora bem, o sucesso é medido: quantos recursos que podem ser aproveitados? Depois do aproveitamento dos recursos limitados, importa ver a percentagem entre o sucesso obtido e os recursos investidos. Só assim é que se mede o êxito.

Se uma empresa possui recursos ilimitados, quer liquidez, quer mão-de-obra, o dinheiro que esta empresa ganhou não é suficiente para medir o seu sucesso. Para qualquer empresa, qualquer território, os recursos aproveitáveis são sempre limitados. Sendo um território pequeno, os recursos de Macau são muito limitados.

Importa aproveitar bem os recursos existentes, para que o desenvolvimento de Macau seja sustentável e saudável. Este é o maior desafio! Quanto aos recursos humanos, podemos importá-los; quanto à escassez de terrenos, iremos cooperar com o interior da China ou aproveitar a cooperação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, assim, o espaço de desenvolvimento será maior.

Outras políticas implementadas pelo nosso país são também recursos: como aproveitar bem o CEPA? Como aproveitar bem o futuro desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre a China e os PLP? Como desempenhar o papel de Macau como plataforma? Tudo isto são recursos. Há um recurso que não deve ser

ignorado, que foi construído pelas gentes de Macau e que produziu já efeitos para promover a economia.

Este recurso é a reputação de Macau, a reputação de Macau, o efeito de marca. Quanto a este recurso, as gentes de Macau, as empresas de Macau devem pensar bem como o aproveitar bem. Sabem que, nos últimos anos, um determinado sector de Macau obteve sucesso na área economia, aumentando a reputação de Macau.

Portanto, este recurso traz a Macau facilidades no financiamento de qualquer projecto de investimento. Os projectos turísticos de Macau atraem fundos de investimento internacionais, instituições financeiras do exterior para a primeira abordagem e a seguir, irão avaliar se se tratam de boas oportunidades de investimento. Assim, isto passou a ser um recurso para o desenvolvimento económico e investimento em Macau.

É sabido que temos agentes de muitos produtos, incluindo de cereais, óleos e géneros alimentícios. Segundo o sector, antigamente era muito difícil negociar com fornecedores no exterior na compra de produtos, porque argumentavam: como o consumo em Macau é pequeno, vão comprar produtos em Hong Kong onde guardam uma parte de produtos para Macau.

No entanto, actualmente, com o aumento da reputação de Macau resultante do êxito obtido do desenvolvimento económico, segundo os agentes de revenda de cereais, óleos e géneros alimentícios, junto dos fornecedores estrangeiros, conseguiram o direito de exclusividade na representação dos seus produtos em HK, Macau e interior da China.

Estes são os exemplos que demonstram o aumento da reputação de Macau a nível mundial devido ao desenvolvimento económico nos últimos anos. Esta reputação é já um recurso de marca, atingindo já um certo nível. Se esta reputação for bem aproveitada, será benéfico para o futuro desenvolvimento económico.

Portanto, quando falamos nos recursos, não devemos limitar aos recursos humanos. Sim, os recursos humanos são importantes para o desenvolvimento de muitas empresas, mas podemos aproveitar outros recursos para ajudar a nossa própria actividade comercial.

A Sr.^a Deputada Melinda Chan levantou as questões sobre o seguro. Nos últimos anos, a Sr.^a Deputada Melinda Chan tem prestado muito apoio ao sector dos táxis e andou para a frente e para trás, entre serviços públicos, devido à subscrição do seguro dos táxis e fez muito trabalho neste sentido.

Tomando conhecimento do problema, a AMM reuniu-se várias vezes com as 7 associações dos taxistas e, em algumas destas reuniões, os representantes da Associação das seguradoras de Macau participaram também. Quanto a esta matéria, a AMM desempenhou o seu papel coordenador, com sentido de responsabilidade, entre o sector dos taxistas e o sector segurador. Quanto a isso, a AMM assumiu a devida responsabilidade.

As solicitações resumidas do sector dos taxistas são exigir que os mediadores de seguro intervenham na sua subscrição de seguro; o valor da cobertura para o seguro seja superior ao montante mínimo previsto legalmente, ou seja, 1,5 milhões de patacas; definir um valor razoável do aumento do prémio do seguro; indemnização diária para os táxis que ainda não estejam em funcionamento; indemnização pelo prejuízo causados aos rendimentos dos taxistas;

indemnização para os dias de trabalho perdidos devido a acidentes. Estas são as solicitações do sector dos taxistas que exigiram a intervenção da AMM.

Após análise, a AMM preparou um projecto como plataforma para resolver as diversas situações do sector dos taxistas em termos de seguro, para as diversas partes apreciarem. Em 28 de Julho de 2010, a Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi e as 7 associações dos taxistas concordaram em princípio com o projecto.

A Associação de Seguradoras de Macau também concordou com o referido projecto, mas exigiu que aquela nova tabela dos valores e o novo limite de responsabilidade civil automóvel por cada acidente entrem ao mesmo tempo em vigor. A AMM compreendeu a ideia da ASM concordando que aquela nova tabela dos valores e o novo limite de responsabilidade civil automóvel por cada acidente entrem em vigor ao mesmo tempo.

Em Setembro deste ano, o governo produziu um projecto de regulamento administrativo sobre a revisão do regime legal do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, cujo processo legislativo se encontra em curso, uma vez que o aumento dos valores de indemnização e dos valores constante na referida Tabela devem ser aprovados por regulamento administrativo. Iniciámos já o processo legislativo e neste momento este projecto está a ser analisado juridicamente pela DSAJ.

Faço voto de que após análise jurídica, o referido projecto seja submetido o mais cedo possível ao debate do Conselho Executivo. Esta matéria está a ser acompanhada, não desistimos de coordená-la. Esta é a nossa responsabilidade e não a rejeitamos.

Quanto à gestão da reserva financeira pela AMCM, ao longo de anos, é de responsabilidade da AMCM gerir as reservas internacionais. Decorridos anos, os funcionários da AMCM adquiriram rica experiência em gestão, incluindo a nível técnico, e conseguem assegurar os investimentos.

Ao longo de anos, para assegurar a gestão das reservas internacionais e a futura gestão da reserva financeira que são os recursos do governo, adoptamos um modelo de gestão prudente e conservador.

Quanto a este modelo prudente e conservador, na era do desenvolvimento económico acelerado, se calhar, acham-no bastante conservador. Mas depois da crise financeira em 2008 e 2009, nestes dois anos, os recursos financeiros geridos pela AMCM não sofreram prejuízos, obtendo um retorno razoável na altura.

Portanto, a gestão feita pela AMCM atingiu a meta definida pelo governo que é uma gestão prudente. Pelo menos, durante a crise financeira de 2008 e 2009, as reservas internacionais geridas pela AMCM não sofreram prejuízos, obtendo retorno razoável.

A Sr.^a Deputada Melinda Chan levantou uma questão sobre a fiscalização do sector do jogo, o controlo de envio de sms aos residentes. Essa sua sugestão será tomada como referência. A Sr.^a Deputada Chan falou no desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Quanto a exposições de embarcações de recreio, quando forem reunidas as devidas condições, iremos estimular a sua realização em Macau. Com a criação da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, uma parte desses trabalhos foi iniciada, tendo feito a primeira abordagem com as

respectivas associações internacionais e do interior da China, bem como os empresários do sector de exposições.

As exposições a abordar são de dimensão bastante grande, com uma reputação internacional ou a nível do interior da China, incluindo as exposições de automóveis e de alimentos. Já se deu início à primeira abordagem.

Como sabemos, de facto, Macau reúne as devidas condições para organizar exposições de automóveis. Por exemplo, durante o Grande Prémio, poderemos realizar uma exposição com a duração de uns dias ou uma semana porque neste período concentram-se em Macau pessoas influentes no sector dos automóveis. Por isso, Macau tem as condições para organizar exposições de automóveis, de embarcações de recreio ou de produtos de consumo de luxo.

A Sr.^a Deputada Melinda Chan falou nas exposições de embarcações de recreio, o que nos ampliou a nossa ideia quanto ao futuro desenvolvimento do sector de exposições. Macau vai transformar-se num Centro Mundial de Turismo e Lazer, Macau terá certamente capacidade para organizar exposições de produtos de luxo ou serviços de luxo etc.

A Sr.^a Deputada Melinda Chan levantou uma questão sobre cursos de formação em cozinha em Hong Kong. Bom, também temos em Macau, por exemplo, através da cooperação entre a DSAL e a Federação das Associações dos Operários de Macau, ou através da cooperação entre o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau e os organismos do interior da China, alguns cozinheiros de Macau adquiriram certificados emitidos pelo interior da China mediante prestação de provas. Nos últimos anos, foi obtido sucesso na certificação.

Sendo Macau um centro de turismo e lazer, a formação em cozinha será uma formação prioritária. Na formação no sector de turismo deve pensar-se mais neste aspecto. Agradeço a sugestão da Sr.^a Deputada Melinda Chan. Sr. Presidente, acabei de responder às questões dos dois Srs. Deputados. Obrigado.

Presidente: Está bem. Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Governantes, caros colegas:

Ontem, o Sr. Secretário entregou-nos os exemplares da apresentação das suas LAG com 12 páginas. Lendo a página 10, fiquei muito emocionado, pois o Sr. Secretário diz o seguinte:

O desenvolvimento económico visa principalmente melhorar e aumentar a qualidade de vida dos residentes, de forma a que todos os residentes possam ter uma vida melhor, mais feliz, mais digna. Construir e partilhar o fruto económico em conjunto são as exigências básicas do desenvolvimento da sociedade moderna.

Aqui há três parágrafos que falam nisto e não vou ler mais. Estas expressões deveriam ser colocadas no início. Na apresentação, o Sr. Secretário apontou os quatro problemas principais existentes. A falta dos recursos humanos foi o tema mais debatido nestes dois dias. Nas LAG, o Sr. Secretário tem um capítulo exclusivo sobre esta matéria, nas páginas 6, 7 e 8.

Sendo deputado do sector laboral, tenho de apontar os problemas com os recursos humanos. Porquê? Quanto aos problemas com os recursos humanos, a lei diz claramente que se deve contratar trabalhadores não residentes com as condições iguais. Será assim na verdade? Hoje foram divulgados os resultados do inquérito às necessidades de mão-de-obra dos diversos sectores no 1º trimestre.

Faço uma comparação entre duas vagas do sector da restauração. Este “livro” refere isto: no sector hoteleiro e de restauração, na coluna de profissões, linha 5ª: os vendedores; comparando com os trabalhadores não residentes, os locais representam 85%; linha 9ª: comparados com trabalhadores não residentes indiferenciados, os locais são 90%. Bom, o resultado não deve ser este se as condições forem medidas de forma igual. Esta medição é de área ampla e não restrita. A lei diz: com as mesmas condições. Espero que o governo esteja decidido a resolver este problema.

Segunda questão incide sobre as condições de trabalho. A falta de recursos humanos é sentida por todos. Assim, os locais deveriam ser muito desejados. Mas não é isto que acontece! Para o desemprego estrutural, nada se pode fazer, os locais têm de aprender, têm de receber formação. Mas, o desemprego devido a discriminação atinge mais os locais, porque a Lei Laboral diz: podem ser despedidos os locais sem necessidade de apresentar justa causa mediante o pagamento das devidas indemnização.

Porquê os locais? Os trabalhadores locais exigem duas coisas: primeira, não podem as fábricas e empresas reduzir ou despedir os locais unilateralmente; segunda, os lugares ocupados por trabalhadores não residentes, devem ser preenchidos por locais, se estes são capazes para tal. Os trabalhadores ficam num lugar muito humilde! Porquê? Ficam num lugar muito humilde, devido à discriminação. É de esperar que o Sr. Secretário e os governantes competentes encontrem solução viável.

Segunda questão. No dia 14 do mês passado, reuniram-se as três partes laboral, patronal e governamental, tipo palestra ou “workshop”. Na terceira prioridade das LAG do Sr. Secretário falta uma coisa. Sugiro que escreva nas suas LAG: “promover as negociações tripartidas, construir uma relação de trabalho harmoniosa”. Onde haja empregados e relação laboral, há sempre conflitos, resultantes de distribuição dos direitos e interesses, do equilíbrio dos poderes, o que é algo claro, “a priori”.

Contudo, se todos de nós salientássemos esse aspecto, seria um colapso de tudo, uma vez que andam a querer vingar-se. Em Macau, o sector principal é o sector de serviços, que exige uma boa atitude de serviço. Quando uma pessoa não é bem tratada, esta pessoa anda com “trombas” e outros reagem pior. Assim, ninguém sai a ganhar. Que solução para essa “ligação”?

Disse isso não tendo intenção de... este é um problema de “ligação”. Andam a falar muito no pagamento de remunerações pelo triplo do valor. Bom, se uma loja dependesse apenas destes 10 dias para fazer negócio, então seria uma “grande loja”! Num ano de 365 dias, só os dez dias é que contam? E só pelos dez dias pagam-se remunerações ao triplo do valor! E então, como passam os restantes 355 dias? Qual é fatia maior? Não se sabe... isto existe desde 1984, e porque só agora querem regulamentá-lo? Passaram já mais de 20 anos e antigamente não faziam nada. A lei actual é menos rigorosa do que a anterior.

Foi feita a divulgação que a lei actual é menos exigente do que a

anterior, pois a lei anterior previa disposições muito rigorosas. Não sei porquê. Para chegar a uma harmonia das três partes envolvidas, na verdade, foram feitos muitos trabalhos. Sucederam dois incidentes de conflitos laborais em Macau e não deram grandes prejuízos, graças à harmonia das três partes envolvidas, aos acordos de quatro partes, assim muitos problemas foram resolvidos. Bom, muitos problemas foram resolvidos no âmbito da harmonia das três partes envolvidas.

Embora tenham acontecido situações de injustiça, por exemplo, o Sr. Director Shuen esteve nestas situação, mas no final muitos problemas foram resolvidos e todos os envolvidos cederam, tornando as situações menos tensas. Com os problemas resolvidos, a sociedade avançará naturalmente, assim será bom para todos. Porque não promovem mais a harmonia, coordenação e negociação das três partes? Para isso, colocaram sempre um “escudo de defesa”: os problemas serão resolvidos no Conselho Permanente de Concertação Social!

A lei n.º 4/98 - artigo 10º da “Lei de bases da política do emprego e dos direitos laborais” refere já a respectiva competência para resolver esses problemas, mas foi produzida outra lei; quando há lacunas, produzem mais leis e assim sucessivamente.

Quanto a isso, achei sempre que a coordenação tripartida é eficaz para resolver problemas, eficaz não só em Macau, mas sim em todo o mundo, onde se promove isto para resolver problemas. Esta “receita” aplica-se em países grandes ou em territórios pequenos. Se é eficaz, porque não é aplicada? Porque não querem promovê-la? Seria tão difícil promovê-la em Macau? Não! Antigamente os empregados de restaurantes não precisavam de descansar? Precisavam! Mas logo no sexto dia do calendário lunar estava tudo definido.

Ou seja, quando o restaurante “Dai Sam Un” estava fechado, o restaurante “Lei Hong Kei” abria; quando o restaurante “Lei Hong Kei” estava fechado, o restaurante “Dai Sam Un” abria. Portanto, nos feriados não entravam em conflito e havia sempre restaurantes abertos, porque os cafés fechavam e abriam alternadamente. Todos podiam descansar nos feriados. Não havia problema. Quem destruiu estas regras? Foi quem quis operar o seu negócio 365 dias por ano.

Isto é muito complicado! Portanto, devemos promover a harmonia das três partes envolvidas com determinação. Pensem bem: promover isto é benéfico para todos. Com as negociações tripartidas, por exemplo, antigamente, não havia problemas no sector da construção civil, mas agora há muitos problemas devido à importação de trabalhadores não residentes e trabalho ilegal. Diz-se no sector da construção civil que em Macau há quatro estaleiros de construção civil: um estaleiro grande, um para pessoas de HK, outro para as gentes de Macau, outro para os trabalhadores ilegais do interior da China que começam a trabalhar a partir das 19:30 horas, portanto, seria melhorar não entrar em concorrência com os últimos.

Falo agora na transparência de informação. Agora a informação sobre a importação de trabalhadores não residentes está a ser divulgada com transparência: três meses para autorizar pedidos; quais as empresas que pediram; e quantos trabalhadores contratados. Tudo isto está divulgado. Mas em causa está o número de trabalhadores importado! Qual a necessidade? Porque a informação divulgada em 2006 pelo Departamento de Emprego da DSAL provocou grande “agitação”?

Naquele ano, a população activa era de 210 mil, mas o número de trabalhadores não residentes que as empresas pediram era 210 mil também. Cito o nome de um filme: Nada mais, nada menos. O número de trabalhadores não residentes que pediram para importar duplicou! Naquele ano, foram autorizados 90 mil trabalhadores não residentes. Portanto, estão em causa as quotas!

Foram autorizados outros 6 mil trabalhadores não residentes, alguém protestou? Ninguém. Pediram 6 mil e todos foram autorizados. Está em causa o desequilíbrio da importação de trabalhadores não residentes entre as empresas grandes e empresas pequenas. A importação dos trabalhadores não residentes estragou o “tacho” dos locais. Se isso não tivesse acontecido, ninguém protestava! Está em causa a ordem! Qual seria problema se fosse divulgada essa informação? Com a divulgação desta informação, ficaríamos informados: afinal de contas, o governo trabalhou arduamente, perante muitos pedidos. Portanto, deve tornar as coisas mais transparentes: como são os pedidos em termos das condições? Que salários ofereceram? Porque não foi divulgada essa informação?

Os trabalhadores vivem dependentes do seu emprego. Quando têm emprego, ficam mais tranquilos. O pior agora é que esta sociedade é impiedosa, pois com a entrada em vigor o regime de importação de trabalhadores não residentes, a atmosfera de trabalho ficou deteriorada devido à discriminação, esta discriminação piora nos casinos: 7 trabalhadores não residentes contra 3 trabalhadores locais. Resultado, estes três locais não têm um minuto para descansar. Qual é a justiça? Como é possível saber a resposta?

Acho que não é tão difícil resolver esses problemas. Serão muito exigentes as referidas solicitações? Sinceramente digo: o problema com o emprego da classe de base não foi resolvido, e andam a gritar: falta mão-de-obra. Mas ninguém está contra a importação de mão-de-obra! Porque noutros países importaram também mão-de-obra e não sucederam problemas? E porque a importação de mão-de-obra em Macau deu tantos problemas? Como foi o controlo?

Em Singapura, é importada mão-de-obra, sendo 1/3 da população activa trabalhadores não residentes. E porque nada sucedeu de mal em Singapura? A resposta é estarem em vigor leis que protegem os locais! Agora, as agências intermediárias não estão devidamente fiscalizadas, depois do licenciamento, não assumem nenhuma responsabilidade. Qual a responsabilidade delas? Como fiscalizar este problema: os trabalhadores não residentes obrigam-se a devolver parte da sua remuneração ao empregador, na sequência do recebimento da mesma?

Não se devem repetir acontecimento de cem anos atrás: em Macau a indústria principal era vender mão-de-obra barata. Em 1840, Macau era conhecido pela venda de mão-de-obra. Cem anos depois isso pode repetir-se? A sociedade progrediu e tudo é diferente. É de esperar que tenham clemência, façam algum ajustamento, façam um bom trabalho. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Tam, Srs. Governantes, caros colegas:

Em primeiro lugar, levanto questões fiscais para debater com o Sr. Secretário. Fiquei satisfeito ao saber que a revisão da Contribuição Predial entrará em processo legislativo ainda este ano. Trabalhámos

imenso para essa revisão, especialmente eu pessoalmente, que lutei anos a fio para essa revisão. Isto será benéfico para todos, incluindo a classe média. É uma boa notícia para os residentes que compram imóveis como investimento a longo prazo, para receber renda.

Para investimentos a longo prazo, os factores decisivos são: primeiro, o desenvolvimento dos espaços onde se realizam investimento; segundo, rendimentos estáveis que permitam um retorno razoável dos investimentos feitos. Quero partilhar isto com todos. Falam-se muito nos investimentos e nas especulações. Acho importante marcar uma fronteira entre ambos. Muitos desejam realizar investimentos enquanto outros querem realizar actividades especulativas. Para os que se interessam em investimentos, importa o retorno razoável. Caso o retorno seja inferior à taxa de juro de depósitos a longo prazo nos bancos, os investimentos a longo prazo serão afastados, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento do território.

Fiquei muito satisfeito ao saber que, adoptando com uma atitude prática, o governo decidiu fazer um ajustamento adequado às contribuições prediais. Desejo ver essa proposta de lei submetida à aprovação da AL para ser publicada o mais cedo possível. O que é positivo.

Do Relatório das LAG apresentado pelo Chefe do Executivo este ano constam 15 projectos legislativos, tendo referido que o Código Tributário entrará em processo legislativo no 2º trimestre do próximo ano. Esta revisão é também referida nas LAG do Sr. Secretário. A revisão deste código foi sempre muito desejada durante anos. Gostava de me informar sobre o conteúdo dessa revisão. O mais importante é se o Código Tributário revisto é apto ou não às necessidades do actual desenvolvimento de Macau. Portanto, agradeço uma apresentação do Sr. Secretário.

Por sua vez, quero discutir com o Sr. Secretário uma matéria. Nas LAG refere-se: Aperfeiçoamento de normas do sector contabilístico: Concluir o trabalho legislativo sobre a revisão do Estatuto dos Auditores de Contas e do Estatuto dos Contabilistas Registrados; Promover os serviços profissionais dos sectores de auditoria e contabilístico consagrados no «Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau», e cumprir o estabelecimento em Macau de um centro para realização de exames de qualificação para contabilistas registados no Interior da China.

É pena que a revisão do Estatuto dos Auditores de Contas e do Estatuto dos Contabilistas Registrados não se encontre agendada no plano legislativo para o próximo ano. Quero ainda perguntar ao Sr. Secretário se dispõe ou não um calendário para a revisão dos dois estatutos acima referidos e para o estabelecimento em Macau de um centro para realização de exames de qualificação para contabilistas registados no Interior da China?

Nas LAG, o Sr. Secretário refere a intenção de efectuar estudos sobre a revisão do Imposto Complementar de Rendimentos. Faço voto de que ao proceder a essa revisão, a DSF queira auscultar os profissionais, especialmente os do sector contabilístico sobre esta matéria.

Sendo trabalhador do sector contabilístico, ao longo de anos, participei activamente na produção deste regulamento, de modo que tenho bom conhecimento da realidade. Poderei fornecer informação para essa revisão.

Esta revisão foi igualmente muito desejada ao longo de anos. Este regulamento não foi revisto por muito tempo, de forma que está no momento oportuno de proceder à sua revisão. Para terminar, quero discutir com o Sr. Secretário sobre os recursos humanos.

Penso que o Sr. Secretário deve ficar satisfeito como eu, pois após muitos anos, só hoje é que constatámos que os Srs. Deputados, especialmente os do sector comercial e laboral têm as mesmas opiniões sobre os recursos humanos e todos levantaram estas questões com uma postura pragmática e aberta.

Faço votos de que o Sr. Secretário exorte os governantes competentes para recolher informação sobre esta matéria para proceder a uma revisão do respectivo regulamento administrativo bem como dos meios administrativos. E espero que, no próximo ano, as questões como estas sejam menos levantadas, todos fiquem mais contentes, os cidadãos tenham melhor nível de vida. Penso que isto é desejado por todos. Acredito que nada é difícil se os respectivos governantes tiverem determinação. Sei que não é possível resolver todos os problemas, mas pelo menos alguns. Assim, serão reduzidos conflitos laborais, incomodando menos as gentes de Macau, o sector laboral e comercial.

Assim, será também aumentado o índice da felicidade, matéria muito falada hoje em dia. Acredito que tudo isto é possível fazer-se. Tal como o Sr. Deputado Lam Heong Sang disse: é preciso o esforço laboral, patronal e governamental. Segundo as opiniões manifestadas, o governo deve ainda trabalhar mais para resolver parte dos problemas deste sentido. Estamos cientes de que é impossível não aparecerem mais problemas. Quando aparecerem novos problemas, vamos resolvê-los em conjunto. Se todos nós mantivermos esta postura, acredito que os dias serão fáceis de passar, todos ficarão mais contentes, o índice da felicidade será aumentado, a vida será melhor. Não será bom assim? Acredito que os esforços dos governantes através da exortação feita pelo Sr. Secretário e os esforços das partes laboral e patronal serão muitos positivos para o futuro desenvolvimento de Macau. Obrigado, a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Julgava que era um tema novo, afinal, é um tema já debatido de forma exaustiva. O que vou dizer são apenas as minhas opiniões. De facto, fiquei preocupado com a falta de recursos humanos. Antigamente, Macau era uma sociedade harmoniosa, as relações laborais eram boas. Nasci numa família que faz negócio na área da construção civil, constatei que os construtores e os operários da construção civil se encontravam como amigos com muita harmonia; jantavam em conjunto; jogavam “Mahjong” juntamente; faziam tudo à vontade, sem discriminação entre eles.

Decorridas dezenas de anos, reparei que estes conflitos se tornam inevitáveis. Será positivo ou negativo? Devemos pensar nisto de forma científica. Estou totalmente de acordo com muitos Srs. Deputados: a informação sobre os recursos humanos deve ser divulgada com transparência. Tal como a “kwan che” sugeriu, deve-se divulgar na Internet a informação sobre os requerentes para todos nós ficarmos saber o ponto de situação.

Quanto a isso tenho uma opinião complementar a dar, esperando que o governo venha também divulgar a informação sobre as pessoas

que andam à procura do emprego: quantos empregos arranjaram? Quanto tempo durou cada emprego? Assim ficaremos a saber, por exemplo, fulano mudou de emprego de três em três anos ou de três meses em três meses?

Com a tal informação divulgada, ficaremos com uma ideia mais concreta, caso contrário, a informação divulgada será apenas parcial. Vão fazer censos brevemente sobre os recursos humanos. De que recursos humanos Macau dispõe? Quem me pode responder? A informação divulgada é informação parcial, é de certos sectores, mas não é a informação de todos os recursos humanos de Macau. Estamos a viver em Macau, ao invés de viver num determinado sector. Como definir as políticas sem dominar o ponto de situação dos recursos humanos de Macau?

Assim, proponho, quando for adequado, aproveitar e tratar a informação existente incluindo a da DSAL e das empresas sociais para ver se tirar uma conclusão; pode também aproveitar-se o pessoal disponível na sequência da realização dos censos sobre os recursos para fazer um “tracking” dos recursos humanos.

No fundo, estamos a confrontar-nos com uma questão de estudo demográfico. O desenvolvimento demográfico manda nos recursos humanos de Macau. Vejamos os dados: desde a década 70, a taxa de nascimento começou a descer, na década 70, a taxa era 2,1, ou seja na década 70, cada casal tinha 2,1 filhos. Este número equilibrava o desenvolvimento; mas em 2001, a taxa era 0,83; em 2009, subiu um pouco, 1. Só que 1 é metade de 2,1. Estes dados falam por si: os recursos humanos produzidos localmente são limitados. Entretanto, a esperança de vida torna-se mais longa, agravando o envelhecimento da população. Por outro lado, é uma boa notícia: as pessoas são mais saudáveis.

Como resolver estes problemas? O que poderemos fazer através do estudo demográfico? A resposta é definir políticas sem ser de forma parcial. Há quem ande à procura de emprego e há quem queira contratar empregados. Esta é uma verdade que sempre existiu.

Há empregadores maus, há também empregados que comprometem o negócio do seu patrão. Isto é verdade! Só que como analisar isso de forma emocional ou objectiva? A “forma emocional” quer dizer inferir com sentimento; a “forma objectiva” quer dizer inferir com dados. Proponho usar as duas formas mas com mais peso na “forma objectiva” para analisar que recursos humanos estão disponíveis.

Quanto aos recursos humanos, existe um “ponto cego”: a ideia geral é a de que há uma oferta de posto de trabalho, uma pessoa anda à procura de emprego, pronto, o problema está resolvido. Mas não nos esqueçamos que nesta sociedade livre, todos nós temos liberdade de escolher emprego, sim, há uma vaga, mas isso não significa que essa pessoa seja obrigada a preenchê-la. Com a prosperidade económica, os pais querem que os seus filhos arranjem bom emprego e ninguém quer ver os seus filhos a trabalhar em recolha de lixo. Só que se ninguém trabalhasse nisto, a nossa sociedade deixava de ser agradável. Então como equilibrar? Quanto a isso, todos nós devemos pensar bem nisto: há trabalhos que poucas pessoas querem fazer? Há discriminação etária? Há poucas pessoas interessadas em trabalhar em sectores que obrigam a muita força física, por exemplo, a recolha de lixo. Coisas deste género não devem ser classificadas, de forma a resolver gradualmente os problemas com os recursos humanos?

Dizem muitos que com a formação, podemos contar com mais recursos humanos competentes. Mas, não sei se foram recolhidos dados estatísticos: quantas pessoas andam sempre a participar em cursos de formação? Quantas pessoas arranjaram emprego, finda a formação? O “emprego” aqui quer dizer ter um emprego que dura muito tempo, em vez de largar o emprego para frequentar repetidamente cursos de formação.

Deve examinar-se qual o objectivo dos cursos de formação. O objectivo é formar pessoas com habilitações para que as mesmas possam sustentar-se. Penso que o governo deve estudar de forma aprofundada e trabalhar mais nestes aspectos. Diz-se muito que os trabalhadores precisam de mais formação; os jovens que acabaram o curso superior e andam à procura de emprego precisam de formação. No entanto, a meu ver, os empregadores também precisam de formação, uma vez que, caso eles não estejam a par da evolução do tempo, será difícil conseguir sucesso.

Muitos colegas disseram que é preciso aprender sem parar nesta sociedade desenvolvida: gestão financeira, administração, gestão, assuntos fiscais, como explorar novos mercados. Mas os empregadores podem não saber isto. Que curso de formação lhes vai proporcionar para resolver mesmo os problemas?

Os meus colegas disseram que algumas associações e empresas realizam cursos de formação, mas o que isso significa para as pessoas que aprendem uma arte manual que passa de geração para geração? Seria necessário ministrar cegamente cursos de formação para fazer “wan tan” com massa? Com cursos de formação, quantas pessoas se conseguem formar para fazer “wan tan” com massa? Isto merece ser bem ponderado.

Mudando de assunto, falo nos profissionais do sector do jogo. Quanto ao sector do jogo, reparei que, no início, as pessoas entraram sem objectivo no sector do jogo. Os dados mostram-nos que no 2º trimestre deste ano, registam-se cerca de 44.000 profissionais incluindo os croupier e fiscais entre outros, correspondendo a mais de 10% da população total activa.

Segundo os profissionais do sector do jogo, alguns aperceberam-se de que, embora seja bem pago, o emprego não lhes serve, tendo abandonado o sector do jogo. Neste caso, pergunto ao governo: quanto a isso, o governo chegou a estimular as empresas do jogo para ministrarem cursos de formação de outras áreas ou o próprio governo pensou em ministrar cursos de formação para eles terem oportunidade de mudar da ideia inicial participando em cursos de formação de outras áreas? Assim eles terão oportunidade mudar de emprego.

Entretanto, considerando as suas restrições, vai ou não ministrar cursos de formação com horários flexíveis para eles poderem frequentar as aulas? Isto porque são incompatíveis os horários das aulas e os turnos de trabalho deles. Esta incompatibilidade reduz a assiduidade de aulas. Assim, parece que eles não estão interessados nas aulas, mas no fundo verifica-se uma impossibilidade. Quanto a isso, poderá o governo pensar melhor?

Falando nas acções de formação, acho que há uma coisa que não precisa de formação, mas de orientação psicológica. Nos últimos anos temos lido nos jornais: desfalque por croupier, dependência de drogas por croupier, suicídio de croupier para fugir de dívidas. Não sei que ideia tem o Sr. Secretário quanto a isso. Não será necessário melhorar a qualidade psicológica dos profissionais deste sector? Para

alcançar isto, pode ser feito por meio de testes de habilitações técnicas de croupier, uma vez que com estes testes, eles não têm apenas de passar por provas técnicas, têm também de mostrar capacidade mental para resistir à tentação do dinheiro, pois quando vêm pessoas a ganhar milhões, podem ficar com inveja, querendo também apostar.

Que solução para assegurar que eles... ou para lhes lembrar... formação regular pode ajudá-los a adquirir uma capacidade mental estável. Ao fim e ao cabo, estes profissionais são também seres humanos. Constatei que, muitas vezes, eles não são respeitados, uma vez que as pessoas ficaram a ideia que todos eles foram pessoas que falharam nos estudos escolares e entraram no sector do jogo só para auferir salários bons. Acho incorrectas atitudes como esta. Eles são igualmente importantes! Quanto a isso, é de esperar que o governo pondere ministrar cursos de formação adequados.

Quero também falar no sector de convenções e exposições. Acho que o governo fez um bom trabalho em promover o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. E foi criada uma comissão para o efeito. Contudo, o sector em causa aspirava saber quando iremos ter instalações aperfeiçoadas para convenções e exposições, uma vez que as instalações são essenciais. De que plano o governo dispõe?

Quantas instalações estão disponíveis em termos de dimensão? Acredito que o governo tem uma resposta para me dar. Mas a médio e longo prazo, quantas instalações o governo vai disponibilizar, em termos de dimensão? Que meta foi definida? De que plano dispõe? Que estratégias a aplicar para atingir a meta? Quanto ao sector de convenções e exposições, o mais importante é atrair clientes, compradores. Quanto a isso, quais foram os resultados obtidos? Foram dadas condições vantajosas para atrair expositores mas como atrair clientes? Espero que o governo venha a pensar bem nisto de forma adequada.

Relativamente às PME's, o governo fez já muito para ajudar as PME's de Macau, tendo aplicado o regime do Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, os regimes do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas e do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico.

Quero ainda referir que, além disso, nem todas as PME's que têm falta de dinheiro, falta de capacidade de contrair crédito, mas sim a falta de recursos humanos ou falta de lojas apropriadas, dificuldade provocada pela subida de preços de bens de consumo. Quanto a isso, não deverá o governo actualizar a sua mentalidade para ajudá-las a melhorar sua competitividade? Recordo-me que, durante a visita a Macau, o primeiro-ministro Wen disse que Macau deve desenvolver indústrias com as características próprias de Macau, tal como as PME's, especialmente as empresas pequenas, incluindo as indústrias criativas e culturais. Quanto a isso, quero referir que quando o Sr. Secretário estava a elaborar as suas LAG, o primeiro-ministro Wen ainda não tinha pronunciado estas palavras. Agora, ele já o disse. Então, de que medidas o Sr. Secretário dispõe para responder ao apelo do primeiro-ministro Wen. Tenho dito por enquanto, obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

No início, pensei que era a última pessoa a usar da palavra na primeira ronda. Afinal, depois de mim, há ainda dois Srs. Deputados que são advogados. Eles disseram, a brincar: vamos apresentar alegações finais. Os temas que preparei já foram debatidos pelos meus colegas.

Quanto a esses temas, o seu debate pode ser aprofundado, na minha opinião. Acho que as respostas dadas pelo Sr. Secretário aos Srs. Deputados foram incompletas, pois para algumas questões, respondeu detalhadamente, para outras, superficialmente. Portanto, quero dar seguimento ao debate. Em primeiro lugar, levanto uma questão sobre o jogo responsável. Admitimos que com a liberalização do jogo, o número de mesas de jogo aumentou de forma acelerada, passando de 400 para 4.000! O Sr. Deputado Chui Sai Peng referiu que o número de trabalhadores do sector do jogo é já mais de 40 mil.

Sou deputada proveniente do sector educativo, o que me preocupa mais é: com a liberalização do jogo, as empresas do jogo contrataram muitos croupier; na sequência, muitos alunos do ensino secundário foram afectados: mal completaram os 18 anos de idade, ainda não tinham o ensino secundário concluído, muitos alunos abandonaram a escola. Isto é verdade e muitos colegas meus já falaram nisto. Contaram-me muitos professores da linha da frente: um aluno disse ao professor: “deixe-me em paz, professor, amanhã, vou trabalhar no casino e o meu salário será superior ao seu”. Na altura o salário dele era 18 mil de patacas, ao passo que nas escolas particulares, os professores recém admitidos recebem 12 mil ou 13 mil de patacas. Portanto, é incomparável com o salário do aluno.

Assim, daí resultaram muitos factores negativos que preocupam o sector educativo. Tal como disse o Sr. Chui Sai Peng, aqueles alunos imaturos que trabalham nos casinos podem sofrer impactos negativos. Entre Fevereiro e Outubro deste ano, aconteceram mais de dez casos de infracções. Por exemplo, desfalque por croupier; em Novembro, dois croupier suicidaram-se através de asfixia com carvão a arder. Este fenómeno merece mais atenção do governo e da sociedade, pois isto está a pôr em causa a qualidade das pessoas qualificadas, no futuro.

Nas LAG, o Sr. Secretário refere a intenção de controlar e ajustar a dimensão do sector do jogo em prol do seu desenvolvimento sustentável. Acho que é oportuno controlá-lo. Alguns Srs. Deputado mostraram-se preocupados com a regulamentação da idade para entrar nos casinos, especialmente para os profissionais do sector do jogo. Nas LAG o Sr. Secretário disse que essa proposta de lei está agendada para 4º trimestre deste ano. O Sr. Secretário acabou de responder aos Srs. Deputados que não vai demorar. Portanto, espero que fiquem, o mais cedo possível, resolvidos os problemas através da regulamentação.

Em 2007, o governo já tinha planeado esse controlo, especialmente o jogo responsável. Quanto ao jogo responsável, tenho opinião a dar. Ontem o Sr. Deputado Au Kam San disse que aos alunos se deve introduzir a ideia de afastar-se do jogo, não devem tentar a sorte, porque do ponto de vista matemático, quem aposta nos casinos, sai sempre a perder. Bom, quanto aos residentes e turistas, acho que é importante promover o jogo responsável.

Nas LAG refere-se que continuará a estudar a elaboração das orientações do jogo responsável. Neste caso, quero perguntar quanto tempo vai esse estudo demorar? Vejam: em Singapura, em menos de

um ano depois da entrada em funcionamento dos casinos, já tinham uma série de medidas, por exemplo, apostadores na lista negra. A tal lista negra inclui os próprios apostadores por decisão deles; por decisão dos seus familiares ou por decisão de terceiros. O número dos apostadores constantes dessa lista negra é mais de 35 mil. E por que razão em Macau isso demora tanto tempo? E porque não consultaram os exemplos dos países desenvolvidos, por exemplo, Canada, Austrália onde é promovido o jogo responsável com sucesso, por exemplo, cartazes afixados com vista a lembrar os apostadores a aprender como encarar o jogo.

Em Singapura funciona 24 horas por dia um centro de prestação de aconselhamento profissional. Face ao exemplo de Singapura, espero que o governo venha a regulamentar o jogo responsável com determinação. Quanto a estas medidas, sei que não pode depender apenas do governo, mas sim também das seis empresas do jogo e de certas instituições particulares. Mas quanto a isso, poderá o governo estar no lugar liderante? Vamos ver o número dos apostadores patológicos.

Por exemplo, segundo o Instituto de Estudo para os Jogos da Universidade de Macau, em 2003, registaram-se 4,3% de apostadores patológicos, correspondente a mais de 10 mil; em 2007, os estudos mostram um aumento para 24 mil. De referir que os apostadores patológicos afectam gravemente os seus familiares: 3 a 14 familiares ficam afectados, segundo o estudo. Multiplicando este número, dá cerca de 100 mil. O sector educativo deparou-se com muitas famílias com problemas provocados pelos pais apostadores patológicos.

Quanto a isso, espero sinceramente que o Sr. Secretário Tam nos dê um calendário. O Sr. Deputado Ho Ion Sang falou na propagação de jogos nos bairros. Poderá definir um calendário para afastar dos bairros os postos de “slot machines” e casas de apostas? Assim os jovens terão condições saudáveis para o seu crescimento. Isto depende essencialmente do esforço de todos.

Segunda questão incide sobre o desenvolvimento da Ilha de Hengqin. Ontem, os meus colegas já levantaram questões sobre isto. Na sequência da implementação das Linhas Gerais do Plano da Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, bem com do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin, Macau ficou com muito interesse em participar no desenvolvimento da Ilha de Hengqin. Ouvi dizer que há muitas PME's de Macau interessadas em participar no referido desenvolvimento que não sabem como começar.

Enquanto não sabem por onde começar, viram que muitas empresas do interior da China já “colocaram a sua bandeira”. As tais PME's desconhecem a intenção do governo. Portanto, as PME's pretendiam saber qual o posicionamento definido? Qual a dimensão? Uma vez que, com boa divulgação, com um posicionamento claramente definido, as PME's poderão preparar-se para agarrar as oportunidades de exploração da Ilha de Hengqin.

Terceira questão que vou colocar já foi levantada pelo meu colega, quero dar seguimento ao “Plano de estágio no Interior da China para alunos graduados em instituições de ensino superior”. No debate das LAG em Março já levantei esta mesma questão. A DSAL lançou este plano tendo em conta a situação de emprego em 2009. O objectivo do plano é permitir aos alunos graduados que adquiram experiência de trabalho, alargar o seu horizonte, conhecer a situação do país, e planear a sua saída profissional. O objectivo está claramente definido.

Tal como disseram alguns colegas meus, só houve 83 candidatos e desses, 47 alunos cujas inscrições foram confirmadas, mas no final só cerca de 30 alunos chegaram a integrar-se no plano.

Nas LAG do Sr. Secretário refere-se que a maior parte dos alunos que participaram no plano de estágio foram contratados por empresas do interior da China, onde fizeram estágio. Diz ainda que tudo está correr bem. O plano vai sofrer alterações este ano, sei que o plano contava com mil participantes, envolvendo 50 milhões de patacas como subsídio. O Sr. Secretário já respondeu que, este ano, os postos para estágio são apenas 500 apesar do aumento do subsídio que teve em conta o nível de vida, etc. O governo chegou a pensar por que razão o plano não foi bem acolhido? Será a divulgação fraca? Chegou a saber quais as necessidades verdadeiras dos utentes, ou seja dos referidos alunos graduados?

Ouvi dizer que, para muitos alunos graduados, o mais prático é arranjar um emprego logo a seguir à conclusão do curso. Agora, para fazer estágio nas empresas no interior da China, eles terão de abandonar o seu emprego. Então, como devem eles optar? Como fazer a divulgação desse plano? Muitos alunos universitários de Macau ou do interior da China que estão a estudar precisam de procurar por eles próprios empresas de Macau para fazer estágio, através das suas relações pessoais. Como eles não conhecem bem o interior da China, muitas vezes, têm de voltar para Macau para procurar empresas para estagiar. Face a isso, poderá o governo pensar em aplicar medidas para responder efectivamente às necessidades destes alunos, além deste plano? Estas são as minhas três questões, obrigada Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas.

Relativamente aos trabalhos do Fórum de Macau, os Srs. Deputado Tong Io Cheng e Ung Choi Kun levantaram questões sobre os mesmos, às quais o Sr. Secretário já respondeu. Fazendo uso desta oportunidade, pedia ao Sr. Secretário um esclarecimento mais detalhado. Porquê? Quanto à consolidação e ao aprofundamento da construção da plataforma de serviço para a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP, nas LAG da área da Economia e Finanças, o Sr. Secretário refere que, por um lado, o gabinete de apoio ao Fórum de Macau irá dar articulação e colaboração ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau para desenvolver as acções a desenvolver; por outro lado, desenvolvendo o papel da plataforma de serviços de Macau, será promovida a cooperação e trocas económicas e comerciais entre a China e os PLP, incluindo atrair investimentos dos PLP para a Ilha de Hengqin de Zhuhai. Estando presente na 3ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau em meados deste mês, o primeiro-ministro Wen disse que, sob o impulso do Fórum de Macau, as relações económicas e comerciais entre Macau e os PLP serão reforçadas. O governo da RAEM não poupou esforços para apoiar o Fórum de Macau, incluindo para os PLP, ministrar-se cursos de formação de quadros da área financeira, da gestão de turismo. Na abertura do Fórum de Macau, o primeiro-ministro Wen anunciou com toda a solenidade, as seis medidas definidas pelo país para apoiar os PLP em desenvolvimento durante 2011 – 2013. Uma destas seis medidas está estreitamente relacionada com Macau, que é treinar 1.500 funcionários e pessoal técnico para os PALOP no âmbito do fórum e apoiar Macau a criar um centro de formação em Macau.

Segundo os media, em 14 deste mês, foi inaugurado o Centro de Formação do Fórum de Macau. O plano de formação será estudado pelo secretariado permanente, respeitando as solicitações dos países de língua portuguesa para fazer um projecto adequado às necessidades de cada país. O centro de formação funcionará em cooperação entre o governo da RAEM e a Universidade de Macau; com a colaboração da Universidade de Macau o centro de formação utilizará parte das instalações e recursos da Universidade de Macau.

Segundo o que entendi, a UM vai disponibilizar a respectiva colaboração, assegurada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em língua portuguesa, centro de estudos, faculdade de administração pública; cursos de tradução e interpretação chinês-português (bacharel) e curso complementar de tradução e interpretação chinês-português (licenciatura) da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau; curso complementar de administração pública da Escola Superior de Administração Pública ou cursos especializados do IPM.

Além disso, os SAEP e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária vão também dar apoio à formação de funcionários dos PLP. Além disso, na área dos assuntos da justiça, a Associação de Advogados tem experiência de muitos anos em dar formação aos advogados estagiários e deve também poder contribuir. Não sou responsável da Associação de Advogados, mas acho que esta associação tem a responsabilidade inalienável de contribuir para a formação jurídica para os PLP. Quanto a outras associações do ramo de contabilista, auditores, profissionais da engenharia ou construção civil têm igualmente a mesma responsabilidade, a meu ver.

Considerando que esta missão atribuída pelo país ao governo da REAM deve ser concluída entre 2010-2013, Sr. Secretário, pode ou não apresentar-nos de forma aprofundada dados sobre o plano de formação, especialmente a disponibilização de docentes e tradutores em Macau? Como o governo vai organizar, articular-se com os referidos cursos a ministrar, a fim de responder à missão entregue pelo país que é concluí-la no espaço de 3 anos, treinar 1.500 funcionários e pessoal técnico para os PLP, participantes do Fórum de Macau de cooperação entre a China e os PLP? Esta é a primeira questão.

Segunda questão. Quero manifestar a minha opinião ao Sr. Secretário sobre indemnização do seguro de responsabilidade civil automóvel. Na página 28 das LAG da área economia e finanças para o ano 2010, estou a referir-me às LAG, página 28, ponto 2.7.1 (7), apresentadas pelo Sr. Secretário em Março deste ano neste hemiciclo... Devido ao aumento da indemnização de seguro de responsabilidade civil automóvel, ouvidas as seguradoras, será revisto o regime legal do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel que entrou em vigor em 1994. Na apresentação das LAG em Março, o Sr. Secretário anunciou esta revisão. Fiquei satisfeito ao saber que o governo está determinado em rever a referida lei.

Nos últimos anos, a economia de Macau tem-se desenvolvido de forma acentuada. Nos casos de indemnização por danos causados a terceiros, nos acidentes de viação, aconteceu muito estas situações: num processo judicial, apesar de o tribunal dar razão às vítimas, o limite de indemnização é de um milhão de patacas por um acidente de viação contra terceiros. Nos casos de morte da vítima, embora a sentença do tribunal defina o valor de indemnização de 3 ou 4 milhões de patacas, muitas vezes o ofensor ou foi para a prisão ou

não tinha condições para cumprir a sentença do tribunal. Assim em muitos casos, as vítimas receberam apenas a indemnização de um milhão pago pela seguradora, não podendo receber a quantia remanescente mandada pagar pelo tribunal. Rever o respectivo regime foi anunciado nas LAG apresentadas em Março deste ano. Contudo, nas LAG para 2011 do Sr. Secretário não encontrei esta revisão mencionada na página 106, 4.7.1-Revisão e alteração de diplomas e regulamentos legais relacionados. No calendário dos projectos legislativos anexos ao Relatório das LAG do Chefe do Executivo não encontrei os projectos legislativos da sua área nem a respectiva revisão. Fazendo uso desta oportunidade, quero saber porque desapareceu essa revisão? Esta é segunda questão.

Terceira questão. Continuo com a intervenção do Sr. Deputado Au Kam San de ontem quanto à garantia salarial por acidente de trabalho, à qual o Sr. Secretário já deu uma resposta, mas quero manifestar a minha opinião pessoal do ponto de vista jurídico. Quanto à garantia salarial por acidente de trabalho, segundo o regime vigente, do ponto de vista jurídico, por enquanto, não vejo este regime noutros territórios ou países: na sequência de um acidente de trabalho, antes de chegar a um consenso sobre a indemnização entre a seguradora e a vítima, a vítima pode receber a indemnização com antecedência, por meio da garantia salarial.

O regime vigente em Macau mostra-se eficaz. Num acidente de trabalho, quando a vítima não consegue chegar a um consenso sobre a indemnização com a seguradora, pode a vítima queixar-se à DSAL; os fiscais ou outros funcionários da DSAL procedem a uma investigação e de seguida, a uma conciliação para chegar a um consenso entre o empregado, empregador e a seguradora sobre o pagamento da indemnização por acidente de trabalho; intervém o Ministério Público, nos casos de não-conciliação. Durante a intervenção do MP, ainda se pode recorrer ao regime de conciliação e só quando não se conseguir essa conciliação é que tem lugar o processo judicial.

Acredito que o Sr. Presidente Teng está muito bem informado sobre o número dos casos, por ano, de indemnização por acidentes de trabalho. Qual é a percentagem desses casos em que foi recorrer ao processo judicial? Segundo a minha experiência, foram muito poucos. Tenho comigo os dados estatísticos, não é possível enganar ninguém.

Podem consultar a página electrónica do Tribunal Judicial de Base, ficam informados sobre o número dos casos anuais de processos por acidentes de trabalho. Se fosse criado o mecanismo de garantia salarial conforme a sugestão do Sr. Deputado Au Kam San, isso poderia causar efeitos negativos prejudicando o interesse público. Primeiro, as respectivas vítimas poderiam abusar desse mecanismo e também as seguradoras. Como? Em conformidade com o mecanismo vigente e eficaz, as seguradoras pagam sempre as indemnizações correspondentes na maioria dos casos, mas com esse mecanismo da garantia salarial em vigor, os responsáveis das seguradoras não queriam negociar com as vítimas, pois as devidas indemnizações seriam pagas pelo regime da garantia salarial. Segundo, o mecanismo de conciliação do MP ficaria menos eficaz. Terceiro, aumentariam os processos acumulados nos tribunais, uma vez que todos os casos seriam julgados em tribunal. Com o fundo da garantia salarial, as seguradoras não recorriam ao meio de conciliação com as vítimas e qual seria o resultado? Haveria muitos mais processos acumulados nos tribunais, levando a que os cidadãos tivessem de esperar muito mais tempo para tratar de assuntos através processo judicial. Sendo deputados, antes de criar este novo regime, seria

melhor procedermos a uma avaliação aprofundada e, compararmos com outros, antes de apresentar uma sugestão construtiva. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Alves.

Leonel Alberto Alves: Muito obrigado.

Sr. Presidente,

Sr. Secretário e seus colaboradores,

Caros Colegas.

Pedi a palavra também para dizer algo sobre a área de intervenção do Sr. Secretário, e o primeiro tema, este ano bastante debatido, tem a ver com o papel de Macau no âmbito do intercâmbio e cooperação com os países de língua portuguesa.

Com a vinda do Sr. Primeiro Ministro ficou, portanto, esclarecido, de uma vez para sempre, que Macau está, efectivamente, vocacionada para desempenhar este importante papel de estabelecer contactos entre a China e esses países lusófonos, de incrementar as relações comerciais económicas e também, porque não, as relações culturais.

Por isso tenho algumas ideias para apreciação do Senhor Secretário, e para ver se podem, efectivamente, contribuir, para que Macau desempenhe melhor este seu papel de “intermediação”.

Creio que uma das funções que podemos desenvolver é dar a conhecer, a todas as partes, a China, Macau, o Continente, e os restantes países... dar a conhecer a realidade económica, a realidade social, a realidade cultural, e também o direito que vigora em cada um desses países. Macau tem meios para conseguir divulgar no Continente e nesses países a realidade destas partes; a realidade económica, social, cultural e jurídica, como há pouco referi, e para isso é preciso fazer estudos, é preciso investir no conhecimento, é preciso produzir livros, é preciso produzir revistas, material didáctico, material de divulgação, material de informação, enfim, é um conjunto de tarefas, para além daquelas que o Senhor Deputado, meu colega, há pouco referiu, como ao nível da Universidade e do Politécnico de Macau. Portanto, as várias instituições académicas também poderão intervir neste processo de melhor compreensão da realidade política, económica e jurídica de cada um desses países. E nós em Macau, com a elevação do estatuto que o Governo Central nos atribuiu, devemos assumir isto como um dever, um dever para o bom cumprimento desta tarefa. O processo está no início, este processo de estreitamento de relações, através de Macau, entre a China e esses países; tudo está ainda no início e, como tal, creio que será extremamente útil que se criem em Macau estruturas... estruturas para o aprofundamento do conhecimento daquelas realidades que referi.

Macau poderá, por exemplo, promover semanas culturais, semanas dedicadas à divulgação das potencialidades económicas de cada um desses países; Macau poderá criar um centro de mostras de produtos desses países; Macau poderá criar, portanto, um centro para exposição desses produtos e também um centro para o conhecimento do Direito vigente nesses países. Macau tem a particularidade de ter um Direito muito semelhante ao que vigora no Brasil, Angola e em outros países, incluindo Portugal, e como é óbvio, Macau poderá atrair académicos, pensadores do Direito, executores do Direito para

se encontrarem em Macau e aqui trocarem as suas experiências, as suas experiências profissionais e também as suas experiências “jurisprudenciais”, por forma a que, por exemplo, no âmbito do comércio, no âmbito da propriedade, haja um corredor de conhecimento entre Macau e estes países, e também, a longo prazo, seja uma realidade jurídica... do continente chinês, no que respeita a estes temas do comércio e de propriedade. Aqui bem perto de nós, a vizinha região de Hong Kong tem um Direito e uma realidade de comércio internacional comum, como Singapura, Austrália e outros países da chamada “*common law*”. Macau, esta pequena cidade, poderá contribuir para um conhecimento mais profundo entre o continente chinês, Macau e estes países de expressão portuguesa, também na área do Direito, na área da Jurisprudência; o trabalho é difícil, é óbvio, e é por isso que até hoje não foi desenvolvido nem implementado, mas como Macau tem esta vocação de plataforma de estreitamento das relações comerciais, pode também tê-la ao nível cultural e também no que diz respeito ao Direito, porque o Direito está intrinsecamente ligado ao comércio; ninguém faz negócios sem ter segurança jurídica. Ora, Macau pode ser o centro para informar os investidores dos países lusófonos sobre o Direito vigente na China, no continente chinês, e vice-versa; os investidores estrangeiros, brasileiros, por exemplo, se quiserem saber o que se passa com o Direito numa província... Macau pode prestar esse serviço. E o investidor, o empresário chinês que queira conhecer a realidade jurídica do Brasil, para ter melhor segurança e protecção nos seus contratos, poderá procurar e obter essa informação através de Macau. Não posso falar muito sobre comércio, uma vez que não é a minha área de especialização, agora como sou advogado já alguns anos aqui em Macau, e também em virtude de algumas solicitações de empresários desses países, senti esta necessidade, e acho que é útil para Macau a assunção de um papel ainda mais relevante como plataforma de intercâmbio. E também proporcionar às pessoas interessadas, quer empresários chineses, quer empresários desses países de expressão portuguesa, o acesso ao conhecimento sobre o Direito vigente, para melhor protecção dos seus interesses.

Nos últimos tempos tem-se falado muito na necessidade de se criar o chamado “seguro de crédito”, há exportadores que assumem os riscos, não é? Os riscos de venderem produtos, de exportarem produtos para países como os que mencionei há pouco, e muitas vezes este relacionamento comercial não é mais incrementado em função dos riscos inerentes, por causa desses riscos nessas transacções comerciais. Muitos pequenos e médios empresários, sobretudo os pequenos e médios empresários de Macau, sentem esta necessidade, não digo que este ano, para o ano, ou em breve haja um instituto, uma seguradora que faça a cobertura destes riscos mas, se calhar, não seria mau que no próximo ano se iniciassem estudos, se é que já não foram iniciados, estudos visando institucionalizar, um dia, este regime de seguro de crédito.

Ainda tenho mais três questões sobre a área da tutela do Senhor Secretário, a colocar, a solicitar. Uma tem a ver com o Código Tributário. O Código Tributário faz falta, trata-se de uma verdadeira omissão legislativa em Macau, depois do retorno em 99, porque a legislação anterior não transitou para o novo regime constitucional de Macau, e como tal, existe uma grave lacuna no nosso ornamento jurídico... no nosso ornamento jurídico, no que diz respeito ao Código de Procedimento Tributário. Portanto, têm-se registado problemas, de facto, com a cobrança coerciva de dívidas fiscais, em virtude da ausência deste Código. Faço, por isso, votos, para que no próximo ano, aliás, nas Linhas de Acção Governativa e no calendário de diplomas legislativos prontos para serem discutidos na Assembleia, conste, efectivamente, este Código Tributário... este

diploma de Código Tributário. É por isso que faço votos para que em 2011 o mesmo seja entregue a esta Assembleia, para efeitos de discussão e aprovação.

A segunda tem a ver com o Regime Jurídico do Sistema Financeiro é... o diploma em vigor data de 1993, salvo erro, portanto, já tem alguns anos de vida e, porventura, com a experiência colhida ao longo destes anos, alguns melhoramentos poderão ser introduzidos. Todavia, se é que li bem, há apenas referência nas Linhas de Acção Governativa que o Regime será revisto apenas no tocante à parte penal, portanto, em vez de... portanto, se houver exercício ilegal de actividade bancária, em vez de multa ou em vez da pena prevista, haverá lugar a uma elevação da moldura penal. Acho positivo, acho que se trata de um propósito positivo, mas parece-me que é insuficiente, não é? Depois de tantos anos de experimentação deste regime jurídico, creio que já estaremos na altura apropriada para proceder a uma análise conjunta e a uma eventual alteração desse regime jurídico, portanto, a questão é a seguinte: “é só a parte penal que vai ser revista? Ou também algumas outras matérias serão objecto de revisão?”

Finalmente, apenas uma dúvida. Não sei se li bem, se li mal, mas nas Linhas de Acção Governativa li algures o seguinte: “Abolição do imposto de selo relativo à transferência ou transmissão intercalar de imóveis”, portanto, a abolição do imposto de selo tem por objecto as transmissões intercalares, não é assim?

Gostaria de ser melhor esclarecido sobre isto, se vai haver abolição, ou uma alteração, ou uma diminuição, ou uma subida da taxa ou, pura e simplesmente, não haverá qualquer incidência fiscal para as transmissões intercalares. Li isto algures, na versão portuguesa, e fiquei com dúvidas. Por isso, aproveito para formular esta questão ao Sr. Secretário.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Governantes, caros colegas:

Boa noite! A área do Sr. Secretário é da economia e finanças, no fundo abrange também a área financeira. Sendo trabalhador do sector financeiro, gostava de trocar opiniões com o Sr. Secretário.

O tema agora mais debatido é as políticas expansionista monetária dos Estados Unidos implementadas novamente, a entrada cega de “dinheiro especulativo” em todo o mundo causou impactos muito negativos. Recordo-me que numa visita ao exterior, o Sr. Presidente Wu falou de propósito com o chefe do executivo de HK, para lhe chamar atenção para os impactos gerados pelo “dinheiro especulativo” em HK, de forma a preparar atempadamente contra-medidas.

Na visita a Macau, no encontro com personalidades, o primeiro-ministro Wen referiu igualmente os impactos eventuais causados pelas políticas expansionistas monetárias, dizendo que precisávamos de dar mais atenção, aplicar contra-medidas. Fiquei satisfeito com as medidas para estabilizar o sistema financeiro, anunciadas pelo Sr. Secretário na sua apresentação das LAG: “Tomada de medidas adequadas para responder aos efeitos subsequentes da crise financeira internacional; manutenção da solidez do sistema

económico e financeiro; manutenção da tendência de recuperação económica; prosseguimento dos trabalhos para o aperfeiçoamento das oportunidades de emprego dos residentes e o melhoramento eficaz da qualidade da sua vida...” Hoje, o Jornal “Va Kio” noticiou em destaque: Macau já saiu do impacto causado pela crise financeira.

Há dias, quando estava a trocar opiniões com a Sr.^a Secretária Chan sobre os preços de carne suína e de vaca, reparei na revista mensal do Sr. Director Kuong onde se revelaram os dados estatísticos sobre os depósitos nos bancos. Li-os e queria trocar opiniões com o Sr. Secretário e também gostava que o Sr. Presidente Teng Lin Seng que nos fizesse uma apresentação sobre a liquidez de Macau.

Segundo os dados estatísticos publicados pela DSEC em Agosto, na página 95 diz-se o seguinte: os depósitos totais do sector bancário em Macau atingiram MOP 316,6 biliões; os empréstimos atingiram MOP22,7 biliões. Quando ao “rácio” entre depósitos e empréstimos, é de 71%, correspondendo a MOP 227,5 biliões; o rácio de 71.9% (é igual a 72%) quer dizer que os depósitos no valor de MOP 316,6 biliões são os depósitos dos residentes. Esta é a situação dos depósitos. Os dados estatísticos da DSEC dizem: MOP225,1 biliões são dos residentes de Macau, ou seja, dos tais 316,6 biliões, 71% são os depósitos dos residentes; os depósitos de MOP 71,4 biliões são dos não residentes, equivalente a 23%. Os depósitos dos serviços públicos, ou seja, os serviços governamentais cujos depósitos atingiram MOP20 biliões, são equivalentes a 6%. Resumindo, a composição dos depósitos dessas MOP 316,6 biliões é: 71% dos residentes; 23% dos não residentes, 6% dos serviços governamentais. Destes 316,6 biliões, MOP35 biliões são dos três bancos “offshore”. Excluindo estes depósitos, o “rácio” entre os empréstimos e os depósitos é de 80%.

Não sei se estes dados estão correctos ou não. Há ainda um problema. Qual? Dos MOP316,6 biliões dos depósitos, mais de MOP200 biliões foram concedidos, muitos dos quais são os depósitos não-residentes. Que opinião tem a AMCM enquanto entidade fiscalizadora? Excluindo os depósitos dos bancos “offshore”, acha que perante este sistema financeiro de Macau, há liquidez a mais ou a menos? Isto porque, segundo outros dados estatísticos publicados pela DSEC, em Agosto deste ano, face aos finais do ano passado, regista-se um acréscimo de empréstimos de cerca de 22%, um aumento muito acelerado, pois em Agosto, os empréstimos aumentaram 22% ao passo que os depósitos aumentaram apenas 3%.

Esta é a situação actual. Sei que a AMCM tem exercido a fiscalização financeira rigorosamente seguindo a legislação e recomendações. Gostava muito de saber a opinião do Sr. Presidente Teng quanto à situação actual financeira, especialmente ao fluxo de caixa. Há quem diga que no interior da China, o “rácio” entre depósitos e empréstimos é apenas de 75%, excluindo 23% ou 24% para a reserva. Que acha quanto à situação de Macau? Os depósitos são X, os empréstimos são Y, perante a entrada cega do “dinheiro especulativo”, que impactos se verificarão, caso os depósitos não-residentes se vão embora?

Diz-se que se deve ter sentido de crise quando se está bem. Gostava muito de saber que medidas ou ideias o governo tem quanto ao impacto do “dinheiro especulativo” sobre a fiscalização financeira? Se calhar, o governo já tem as medidas e não as conheço. O que li nas LAG é: o Sr. Secretário Tam referiu vagamente as medidas a aplicar pelo governo: perante a instabilidade do contexto económico

e o mercado financeiro internacionais, continuará a aperfeiçoar a fiscalização do sistema financeiro, reforçar a fiscalização e prevenção dos riscos financeiros, melhorar a capacidade de resposta rápida, resolver os factores instáveis financeiros”. Os problemas já foram localizados, mas na prática como fazer? Que medidas a aplicar especialmente em relação à situação do fluxo de caixa neste sistema financeiro? Pode-nos fazer uma apresentação?

Como ainda me restou algum tempo, levantou mais duas questões. A primeira incide sobre o sector do jogo. O Sr. Secretário Tam afirmou controlar o crescimento da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo, por meio de controlo do número de mesas de jogo tendo como meta as 5.500 mesas. Se não me engano, na visita a Macau, o primeiro-ministro Wen afirmou que se deve desenvolver o sector do jogo em boa ordem. Sim parece-me esta expressão: “Desenvolver em boa ordem”.

Na semana passada, li num jornal isto: segundo o Sr. Secretário Tam, nos próximos três anos, o número de mesas será controlado dentro de 5.500 e a seguir, permitir-se-á um aumento de 3% a 5% por ano. Na apresentação das LAG, o Sr. Secretário não fez referência ao crescimento de mesas de 3% a 5%.

Quero perguntar ao Sr. Secretário, como ponderar sobre esta matéria? Quando o Sr. Secretário revelou estes 3% e 5%, alguns amigos meus perceberam: esse controlo visa “obrigar” os investimentos estrangeiros a virarem-se para os hotéis, e ao mesmo tempo transmitiu aos investidores: não tenham medo, só vamos controlar durante os próximos anos, e depois podem aumentar mais mesas. Será isso a política do governo no sentido amplo? Será que o primeiro-ministro deu ao governo umas “dicas”? Então, como? Gostava de saber. Primeiro, vai controlar o número de mesas dentro das 5.500 e três anos depois, ou seja depois de 2012, teremos mais de 165 mesas de jogo, se for 3%; se for 5% o número de mesas será ainda maior. Por isso, gostava de trocar opiniões com o Sr. Secretário.

Ainda tenho 5 minutos. Outra questão incide sobre os recursos humanos. Este é um tema muito debatido. Todos os Srs. Deputados incluindo os eleitos por sufrágio directo manifestaram a mesma opinião: a falta dos recursos humanos gera a maior dor de cabeça. Hoje e ontem, todos debateram detalhadamente esta matéria. Alguns acharam que isto se prendeu com a fiscalização débil do governo dando origem às infracções.

Alguns Srs. Deputados do sector comercial fizeram chegar as vozes do sector comercial: o exercício de actividade torna-se muito difícil devido às dificuldades de contratar mão-de-obra; se assim continuar, irão à falência; outros sugeriram realizar cursos de formação, reduzir as quotas das grandes empresas, alargar as quotas das PME's; ontem alguns sugeriram que o governo sustentasse todos os desempregados porque o número é apenas 9 mil. Em suma, as opiniões foram diversas.

A meu ver, a falta de recursos humanos causa maior impacto. Especialmente depois Macau ser posicionado pelo governo central como Centro Mundial de Turismo e Lazer, este problema deve ser ainda ponderado de forma aprofundada. Solicito ao Sr. Presidente que se realize um debate público sobre os recursos humanos. Troquei opiniões com os meus amigos especialmente com os meus colegas deputados, mas ainda não encontramos um tema específico para o debate: alguns queriam aumentar a importação de mão-de-obra, mas este aumento poderá provocar “barulho” dos deputados do sector laboral; alguns tiveram a opinião de que resolverão os problemas se

os pedidos forem despachados dentro de um mês, em vez de dois meses, assim sucessivamente.

Quanto a isso, o que o Sr. Secretário disse? O Sr. Secretário disse: “apareceram desafios novos para manter o equilíbrio entre a importação de mão-de-obra e garantia de emprego dos locais”. Ora bem, então, vamos debater esse tema: como manter o equilíbrio? Todas as políticas implementadas pelo governo devem ser revistas, uma vez que o nosso posicionamento sofreu grandes alterações. Tal como sugeriu o Sr. Deputado Lam Heong Sang, o mais importante é promover a harmonia das partes laboral e patronal.

Há muitos temas, mais tarde, quando tiver o tema definido, solicito ao Sr. Presidente, que seja realizado um debate adequado sobre os recursos humanos, mas temos de fixar um tema bem escolhido. Caso contrário, causar-se-iam disputas desnecessárias. Portanto justifica-se este debate. Na AL nunca realizámos efectivamente um debate sobre os recursos humanos. Por isso, vale a pena pensar em realizar este debate, mas com tema certo. Se não for assim, entraremos num beco sem saída.

Mais tarde, solicito ao Sr. Presidente que se realize um debate depois de falar como os meus amigos. Obrigado.

Presidente: O que? Diga com clareza.

Au Kam San: Na intervenção, o meu colega Vong Hin Fai referiu várias vezes o meu nome. Entendo que isso pode dar origem a um mal-entendido. Nos termos do disposto na alínea c), g) e h) do artigo 58º do Regimento da AL, peço a palavra.

Presidente: Quer esclarecer alguma coisa?

Au Kam San: Sim. Uma vez que devido à intervenção do meu colega Vong Hin Fai, estou com receio que a intervenção dele possa orientar mal os governantes competentes para definir políticas, de forma que quero prestar um esclarecimento. Quanto ao conhecimento jurídico, não sei tanto como o Sr. Deputado Vong Hin Fai. O Sr. Deputado Vong Hin Fai estuda a legislação dentro do gabinete, mas eu sei como a legislação é implementada por meio dos contactos com os cidadãos. De forma que levantei a questão sobre o atraso frequente no pagamento de indemnização por acidente de trabalho. Tive contactos com muitos casos destes, este atraso deu...o meu colega Vong Hin Fai referiu a conciliação da DSAL, do MP, parece que isto tudo é muito simples. Acontece que a conciliação por meio da DSAL leva meses, a conciliação por meio do MP leva mais de um ano. Quando vítima for a principal fonte de rendimento da sua família, quando tiver de esperar por meses para receber indemnização para aceder à assistência médica e quando não receber 2/3 das remunerações, os três dias para a vítima serão muito longos, muito mais se tiver de esperar por meses.

Concordo com as soluções do Sr. Secretário: ou rever a lei que regula a indemnização por acidentes de trabalho ou recorrer à Lei laboral que prevê a prioridade dada à indemnização por acidentes de trabalho. Mesmo assim, discordo de que a legislação não tenha vícios. Se a legislação está perfeita, tal como o Sr. Deputado Vong Hin Fai disse, e eu ainda levantei esta questão, não seria eu estar a provocar problemas deliberadamente? Portanto, entendi ser necessário prestar um esclarecimento. Obrigado.

Presidente: Autorizo o Sr. Deputado Vong Hin Fai a prestar mais um esclarecimento e acaba aí. Tem a palavra o Sr. Deputado

Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Isto não é debate!

Presidente: Certo.

Vong Hin Fai: Isto não é debate! Relatei apenas o regime vigente e não disse que o regime está perfeito!

Presidente: Sim.

Vong Hin Fai: Tenho certa reserva quanto às palavras do Sr. Deputado Au. Não disse que o regime está perfeito! Só expliquei como funciona o regime vigente. Pedia ao governo, especialmente à DSAL que nos fornecesse informação sobre os acidentes de trabalho, em particular quantos casos foram resolvidos por conciliação? E quantos por meio de processo judicial? Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Façam o favor de fornecer a informação solicitada. Agora passo a palavra ao Sr. Secretário. Ah, não pode usar mais da palavra! Porque quando implica a necessidade de esclarecimento mútuo, podem prestar esclarecimento, não vamos começar a debater. Tem a palavra o Sr. Secretário Tam.

Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aos vários Srs. Deputados pelas opiniões e questões levantadas. O Sr. Deputado Lam Heong Sang manifestou opiniões de várias ordens, tais como promover a harmonia tripartida, cooperação laboral patronal. Essas são opiniões valiosas que nos servirão de referência.

Por exemplo, falou no reforço de fiscalização das agências de emprego. Essas opiniões foram valiosas. Iremos dar acompanhamento a essa matéria. O Sr. Deputado Chui Sai Cheong levantou uma questão sobre o Código Tributário. Bom, faço a apresentação solicitada. O Sr. Deputado Leonel Alves falou na evolução do Código Tributário. É sabido que o Código Tributário entrou em vigor há mais de 60 anos, durante o qual muitas coisas mudaram. Nos últimos anos na RAEM, foram introduzidas alterações ao Direito Fiscal material, de forma que temos de proceder à respectiva articulação. Assim, do plano para o próximo ano conta a revisão do Código Tributário. Começamos a elaborar a proposta de lei há muito tempo e foi já apreciada pelo Conselho Executivo de forma preliminar. E recentemente submetemos a proposta de lei ao CE para debruçar-se sobre a matéria.

O conteúdo da revisão do Código Tributário, segundo a nossa proposta de lei, o CT consta de 384 artigos, que tratam de matérias que são altamente especializadas e técnicas, definindo as formas e procedimentos a respeitar em matéria fiscal pela Administração Fiscal e pelos contribuintes.

O objectivo é garantir a implementação das normas do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, do Regulamento do Imposto Profissional e do Regulamento do Imposto do Selo. Este é o conteúdo principal da revisão. O rumo desta regulamentação é articular-se com contexto e evolução sócio-económica, modernizar e adaptar-se a uma série de regimes vigentes e integrar as normas relativas à legislação fiscal avulsa vigente e os princípios tributários, de forma a construir um regime tributário da RAEM mais moderno, eficaz e transparente. Esta é o rumo da regulamentação que segue a nossa proposta de lei.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong falou no Estatuto dos Auditores de Contas e Estatuto dos Contabilistas Registados. A revisão destes dois estatutos não consta do calendário, uma vez que estes dois estatutos serão revistos em forma de regulamento administrativo.

A DSF anda a trabalhar nesta revisão. De referir que na página 82 das nossas LAG fala-se na elaboração de projectos de diplomas legais para a revisão do Estatuto dos Auditores de Contas e do Estatuto dos Contabilistas Registados.

A revisão em curso consta do seguinte: a DSF e a Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas recolheram opiniões do sector nos finais de 2009 sobre o rumo da revisão do Estatuto dos Auditores de Contas e Estatuto dos Contabilistas Registados e debateram de forma aprofundada com os representantes dos diversos sectores e associações. Tendo em vista as opiniões recolhidas, a referida comissão preparou um anteprojeto do regulamento administrativo. E em Outubro de 2010, o referido anteprojeto foi submetido à auscultação dos organismos especializados, instituições académicas, associações comerciais. Da auscultação foram recolhidas muitas opiniões que estão a ser analisadas pela comissão. Tendo em conta as opiniões recolhidas, vamos introduzir alterações ao diploma legal.

Estamos a trabalhar para que os dois regulamentos administrativos possam entrar em processo legislativo no próximo ano. Este é o ponto de situação da revisão dos dois estatutos. O Sr. Deputado Chui Sai Cheong sugeriu auscultar mais os sectores sobre a revisão do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos. Sim, estamos de acordo e iremos fazê-lo.

O Sr. Deputado Chui Sai Peng falou na futura formação dos profissionais do sector do jogo, sugeriu proporcionar-lhes mais formação para que eles possam reconverter-se e avaliar a estabilidade mental dos croupier e dar-lhes formação para os ajudar a adaptar-se à sua profissão. Estas foram as sugestões para a formação deles. Poderemos considerá-las de forma aprofundada.

Quanto ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições, como planejar? Como atrair clientes? Como desenvolver? Tudo isto é exactamente o que a Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições precisa de definir, ou seja, esta é o rumo dos trabalhos que esta comissão vai seguir ao traçar o plano de actividade. À medida que a Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições dê início aos respectivos trabalhos, será divulgada mais informação de forma sucessiva. Portanto, irei fornecer ao Sr. Deputado Chui Sai Peng mais informação à medida que a referida comissão divulgue mais informação resultante dos debates a realizar.

A Sr.^a Deputada Ho Sio Kam falou no jogo responsável, mostrou-se atenta aos croupiers. Tal como já referi, iremos dar mais atenção a este trabalho, elaborando o mais cedo possível orientações como tarefa prioritária do próximo ano.

Em relação ao calendário de trabalho, sim vamos reforçar este trabalho que será colocado num lugar importante nas LAG para o próximo ano, esperando concluí-lo o mais cedo possível.

Relativamente ao desenvolvimento da Ilha de Hengqinq, além de se ter em conta as necessidades de Macau, temos ainda de considerar a cooperação com Zhuhai e da província de Guangdong. Ontem, já fiz uma apresentação, além do parque científico e industrial de

medicina tradicional chinesa, temos ainda ideias de criar mais parque de tema diferente. Quando tivermos avançado nestas ideias, iremos divulgá-las junto das empresas de Macau, para todas poderem participar nesses projectos.

No que diz respeito ao “Plano de estágio no Interior da China para alunos graduados em instituições de ensino superior”, manifestaram opiniões valiosas, sim, devemos ouvir mais os respetivos alunos para nos inteirarmos das suas necessidades, no sentido de lhes permitir participar no plano de estágio realizado pelo governo. Quanto a este estágio, iremos auscultar os serviços de educação, para nos dar uma colaboração.

O Sr. Deputado Vong Hin Fai falou no centro de formação que irá formar mais de mil funcionários para os PALOP. Penso que ficaram todos esclarecidos que estamos a dar articulação ao plano de formação a apresentar pelo Secretariado Permanente do Fórum de Macau. Segundo a nossa informação, os cursos de formação serão de curto e médio prazo, ou seja, não se trata de contar com mais de mil formandos durante três anos. Não é essa a ideia.

O tal centro de formação vai ministrar cursos de formação a curto e médio prazo. Será bem-vinda a cooperação de outros organismos, tais com o IPM, os serviços governamentais e Associação de Advogados. Mas tudo isto dependerá do plano de formação a apresentar pelo Secretariado Permanente do Fórum de Macau para definir as prioridades e necessidades, só depois disso é que iremos contactar com a UM e se houver mais organismos a participar neste plano de formação, será sempre bem-vinda a sua participação.

No tocante à indemnização de responsabilidade civil automóvel, na resposta à Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi, esclareci que até Setembro deste ano, o governo iria iniciar o processo legislativo do anteprojecto do regulamento administrativo que define a nova tabela dos valores de indemnização de responsabilidade civil automóvel. Portanto, em Setembro foi iniciado o processo legislativo tendo sido submetida a proposta de lei à análise jurídica da DSAJ. Esperamos entregar o mais cedo possível o regulamento administrativo à apreciação do Conselho Executivo.

O Sr. Deputado Leonel Alves referiu... sim estamos totalmente de acordo com a ideia de reforçar as acções promocionais em Macau sobre os PLP, para as pessoas de Macau, do interior da China e dos próprios PLP conhecerem o potencial económico, o sistema jurídico e as culturas dos PLP. Sim, estamos completamente de acordo e vamos propor isto ao Secretário Permanente. No próximo ano, o IPIM vai criar um Centro de Exposição de Produtos onde serão exibidos produtos dos PLP acompanhados de acções promocionais. Portanto, isto é o trabalho que vamos fazer.

Forneço mais tarde outra informação solicitada detalhada sobre o sistema financeiro. Sim, deve ser cancelado completamente o imposto de selo especial sobre a transmissão de bens imóveis.

O Sr. Deputado Cheang Chi Keong referiu a entrada cega do “dinheiro especulativo” provocada pelas políticas expansionistas monetárias. Antes disso, o Sr. Deputado Lee Chong Cheng já tinha colocado esta questão: perante as políticas expansionistas monetárias que provocaram a entrada cega do “dinheiro especulativo”, como é que a área da economia e finanças vai reagir? Bom, antes disso, vamos conhecer melhor as políticas expansionistas monetárias.

É sabido que as políticas expansionistas monetárias foram as

medidas aplicadas pelos Estados Unidos para injectar no mercado financeiro liquidez em elevado montante, através da aquisição das dívidas nacionais, com o objectivo de estimular as actividades da “*real economy*” aproveitando a abundante liquidez nos bancos.

Quanto aos seus impactos negativos sobre Macau, com exceção de incidentes a nível mundial, os seguintes impactos estimados são: primeiro, agravaria a inflação prevista; provocaria maior pressão de inflação importada (Isto é já do conhecimento de todos); a eventual entrada do “dinheiro especulativo” em elevada quantidade a nível mundial aumentaria o risco de bolha de activos, comprometendo a estabilidade económica de Macau. Outros impactos seriam: para fazer face às políticas expansionistas monetárias dos Estados Unidos, haverá mais países colocando barreira ao comércio internacional ou implementando outras contra-políticas monetárias, atrasando a recuperação económica global ou provocando outra recessão da economia.

Quanto aos impactos sobre a inflação, nestes dias já falaram muito nisso e escuso-me a falar mais. No entanto, a entrada do “dinheiro especulativo” merece a nossa análise mais aprofundada.

Segundo as ideias em geral, o “dinheiro especulativo” com alta mobilidade entra principalmente no mercado internacional, por exemplo, no mercado monetário e na bolsa de valor com alta mobilidade. Assim, a preocupação de muitos países é com o seu mercado monetário e bolsa de valores, que poderão ser alvo do “dinheiro especulativo internacional” de alta mobilidade, a nível mundial.

Perante a inexistência de um mercado financeiro de Macau, de uma bolsa de títulos e activos com alta mobilidade, estimamos que a ameaça provocada pela entrada do “dinheiro especulativo” seja relativamente baixa. Estamos bem cientes de que quando no mercado há liquidez a mais, isto provoca preocupação com a prática de especulações imobiliárias. Assim, por um lado, a AMM está a reforçar a fiscalização do mercado financeiro, especialmente a entrada do “dinheiro especulativo” em Macau; por outro lado, está atenta quanto à possibilidade de a especulação imobiliária ter sido ou não provocada pelo “dinheiro especulativo”... pode não ser especulação, de qualquer forma o governo da RAEM vai trabalhar neste sentidos.

Foi aplicado um pacote de medidas para o desenvolvimento sustentável do sector imobiliário, uma das medidas foi direccionada às actividades especulativas suportadas pela entrada da liquidez em grande quantidade. Quanto a isso, o governo está atento. A AMM está a dar particular atenção à hipoteca bancária sobre imóveis. Conforme os dados recentemente publicados pela DSF e pela DSEC, este ano, os investimentos nos imóveis feitos pelos não-residentes representam 18% face às transacções imobiliárias totais. Portanto, 18%, o número das fracções hipotecadas aos não-residentes não foi superior a 3 mil.

Estamos dar muita atenção a estes números, à entrada do “dinheiro especulativo”, de forma a evitar a bolha imobiliária ou impacto negativo sobre a estabilidade financeira de Macau. Para melhor esclarecimento, convido o Sr. Presidente Teng a responder às questões que preocupam ao Sr. Deputado Cheang.

Presidente da Autoridade Monetária de Macau, Teng Lin Seng:
Sr. Presidente, Sr. Secretário, caros colegas:

Faço-lhes uma apresentação sobre o “rácio” entre depósitos e empréstimos questão levantada pelo Sr. Deputado Cheang. O “rácio” entre depósitos e empréstimos a relação entre os valores dos depósitos e os valores dos empréstimos concedidos. Por exemplo, o banco recebeu 100 patacas de depósito... o rácio referido pelo Sr. Deputado Cheang é idêntico ao do mês de Setembro, 71.5%, ou seja quando o banco recebeu 100 patacas, dessas 71.5 patacas foram emprestadas. Em Macau verificam-se duas situações nos bancos: uns têm sede em Macau e outros são sucursais em Macau com capital estrangeiro. Em regra geral, a actividade das sucursais em Macau com capital estrangeiro não foca a venda a retalho, portanto, não recebem depósitos em grande quantidade.

Então pergunta-se: de onde vem a liquidez desses bancos? Vem da sede, de forma que alguns bancos cujo “rácio” entre depósitos e empréstimos pode atingir 200%. Será pouco saudável? Não. Uma vez que a sua liquidez não vem só dos depósitos, mas sim vem da sede, ou seja da sede é-lhes transferida a liquidez. Vejamos os bancos com sede em Macau, quando o rácio não é superior a 75%, é considerado saudável internacionalmente. Vejamos o “rácio” em relação às dívidas incobráveis e de cobrança duvidosa: desde 2005 e 2006, este rácio tem descido e nos últimos anos tem-se mantido estável em 1% e, em Setembro do ano passado, este rácio estava nos 0,6%. Isto permite concluir que a qualidade dos activos do sistema bancário de Macau está de boa saúde. De notar que estes números são os números mantidos desde há alguns anos e não durante pouco tempo.

Quanto aos meios utilizados para fiscalização, os meus colegas vigiam permanentemente as contas dos bancos. Através dos números fornecidos pelos bancos, vigiam a combinação dos empréstimos diferentes, informação sobre os empréstimos, sistema de aprovação de empréstimos dos bancos, sistema interno de vigilância. Portanto, esta vigilância é permanente e repetida.

Voltando aos números referidos, ao longo de anos, vigiamo-los em cada mês, cada trimestre. Não focamos apenas os números globais, mas sim, os números de cada banco. Caso sucedam problemas, os problemas seriam resolvidos de forma específica. Até hoje, não sucederam problemas nesta matéria.

A situação que acabei de apresentar mostra a estabilidade do sistema bancário. Tal como referiu o Sr. Secretário Tam, estamos muito atentos ao fluxo de capital dos bancos, empréstimos, depósitos o “rácio” em relação às dívidas incobráveis e de cobrança duvidosas e outros indicadores. Obrigado.

Presidente: Não tem mais a acrescentar? Está terminado o debate das LAG da área da economia e finanças apresentadas pelo segundo secretário.

Declaro encerrado o plenário.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

